

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

148

148

SALVADOR • SETEMBRO DE 2006



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

PAULO GANEM SOUTO

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

ARMANDO AVENA

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA - SEI

CESAR VAZ DE CARVALHO JUNIOR

CONSELHO EDITORIAL

Cesar Vaz de Carvalho Junior

Edmundo Sá B. Figueirôa

COORDENAÇÃO GERAL

Luiz Mário Ribeiro Vieira

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Elissandra Alves de Britto

João Paulo Caetano Santos

EQUIPE TÉCNICA

Alynson dos Santos Rocha

Carla Janira Souza do Nascimento

Fabiana Karine Pacheco dos Santos

Joseanie Aquino Mendonça

Nícia Moreira da Silva Santos

Rosangela Ferreira Conceição

NORMALIZAÇÃO

Coordenação de Documentação e Biblioteca - COBI

REVISÃO

Luís Fernando Sarno

DESIGNER GRÁFICO

Humberto Farias

EDITORAÇÃO GRÁFICA

Karol Farias

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI. É permitida a reprodução total ou parcial dos textos desta revista, desde que seja citada a fonte.

Esta publicação está indexada no Ulrich's International Periodicals Directory e no Qualis.

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO, v.1 - (1994-)
Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2006.

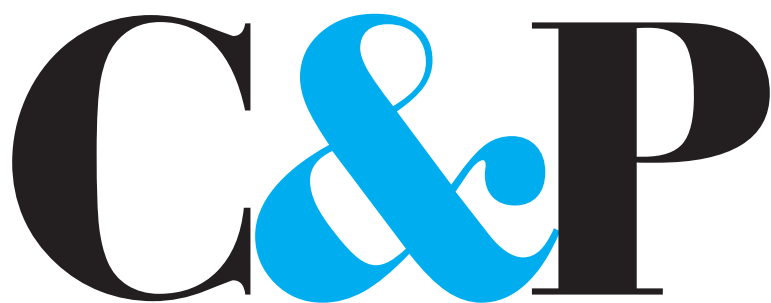
Mensal

ISSN 1413-1536

CDU - 338(814.2)



Av. Luiz Viana Filho, 435 - 4ª Avenida - 2º and. - CAB
Cep: 41.750-300 - Salvador - Bahia
Tel.: (71) 3115-4823/4822 Fax: (71) 3116-1781
www.sei.ba.gov.br/sei@sei.ba.gov.br



CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

Sumário

Economia em Destaque

Desempenho da economia baiana 1º semestre Núcleo de conjuntura	4
---	---

Conjuntura Econômica Baiana	12
-----------------------------------	----

Artigos

Da porteira para dentro e para fora, agronegócio brasileiro em crise? Antônio Plínio Pires de Moura Paulo Sérgio Souza Robenilton dos Santos Luz	22
---	----

A eletrificação rural na Bahia: entraves e programas Nícia Moreira da Silva Santos	30
---	----

Setor Externo Brasileiro e liberalização financeira uma abordagem pela ótica dos grandes grupos econômicos Bruno Rodrigues Pinheiro	37
---	----

Considerações sobre o Empreendedorismo no Brasil: Reflexões a partir da Pesquisa do GEM Zélia Góis	46
--	----

Investimentos na Bahia

Investimentos industriais previstos para o Estado da Bahia totalizam R\$ 10,7 bilhões	52
--	----

Notícias	56
----------------	----

Legislação	59
------------------	----

Indicadores Conjunturais

Indicadores Econômicos	62
Indicadores Sociais	68
Finanças Públicas	78

Carta do Editor

O comportamento da economia brasileira sugere uma avaliação sobre a eficácia das políticas adotadas no direcionamento do crescimento econômico. Nesse aspecto, a edição de nº 148 da revista Conjuntura & Planejamento contempla questões que sinalizam o grau de amadurecimento da economia brasileira, num ambiente de política não expansionista.

Nesta edição, analisam-se textos sobre o desempenho do agronegócio brasileiro no primeiro semestre de 2006, comenta-se sobre a funcionalidade do empreendedorismo no Brasil, além de avaliar o problema da eletrificação rural na Bahia. Essas abordagens trazem subjacentes a idéia de que a política de crescimento econômico pautada na manutenção de uma ambiente estável poderá surtir efeitos mais duradouros.

No artigo **Da porteira para dentro e para fora, agronegócio brasileiro em crise?** os autores Antônio Plínio Pires de Moura, Paulo Sérgio Souza e Robenilton dos Santos Luz destacam os aspectos da crise de liquidez e renda que acarretou um arrefecimento no dinamismo do agronegócio brasileiro. Analisam o desempenho do setor, ressaltando as medidas que poderiam ser evitadas ou reformuladas, de forma a amenizar os efeitos negativos sobre esse setor.

Em outro artigo, intitulado **Considerações sobre o empreendedorismo no Brasil: reflexões a partir da pesquisa do GEM**, a autora Zélia Góis analisa o perfil do empreendedorismo no Brasil a partir de uma pesquisa realizada internacionalmente pela London Business School e pelo Babson College dos Estados Unidos. Através dessa pesquisa, a autora infere que a grande motivação para se criar um negócio no Brasil decorre da dificuldade de se encontrar trabalho.

Assim, para se criar um ambiente mais estável para a economia brasileira, deve-se ter todo cuidado na condução da política econômica praticada no país. É preciso atentar para os efeitos sobre a atividade econômica advindos de uma política mal sucedida, pois a elevação da produtividade e o aumento da competitividade são elementos fundamentais para a promoção do crescimento econômico de um país.

Desempenho da economia baiana – 1º semestre

Núcleo de Conjuntura da SEI*

Economia brasileira: tímida expansão

A economia brasileira apresentou, no primeiro semestre de 2006, algumas contradições: se por um lado o mercado interno apresentou elementos expansionistas, do lado do mercado externo (exportações) verificam-se contribuições negativas para o crescimento do PIB. Entre os elementos que impulsionam o mercado doméstico tem-se: aumento da massa salarial real; expansão do crédito, principalmente para pessoas físicas; e aumento dos gastos do governo.

Da análise do mercado externo extrai-se que a apreciação cambial tem provocado a desaceleração das exportações em *quantum*, ao mesmo tempo em que provoca um aumento nas importações. Ainda assim, os saldos correntes mantêm-se elevados devido aos elevados preços das exportações.

Entre os fatores que desanimam os analistas de mercado, além da apreciação cambial tem-se a taxa do PIB trimestral, que na comparação quatro trimestres em relação aos quatro trimestres anteriores vem decrescendo desde o quarto trimestre de 2004, quando passou de uma taxa de 4,9% para 1,7% no segundo trimestre de 2006.

A propósito do PIB trimestral, que apresentou crescimento de 0,5% na comparação do segundo trimestre contra o primeiro trimestre de 2006, levando-se em conta a série com ajuste sazonal (IBGE, 2006a),

observa-se que esse resultado pouco satisfatório foi obtido em razão da queda do setor industrial (-0,3%). Pode-se destacar o fato de que os bens produzidos pela indústria nacional são exportáveis e, sendo assim, este setor sofre mais com as consequências da apreciação cambial.

Neste contexto, conforme os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o crescimento total da indústria (transformação e extrativa mineral) no primeiro semestre de 2006 foi de 2,6%, taxa idêntica à observada no mesmo período de 2005. Esta taxa foi resultado do aumento em 21 atividades, podendo-se destacar: fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática (58,4%), indústria extrativa (8,4%), máquinas e material elétrico (13,8%) e refino de petróleo e produção de álcool (5,2%). Houve aumento na produção de monitores e computadores, na extração de petróleo e minérios de ferro, na produção de transformadores e no processamento de óleo diesel.

Com relação à produção agrícola, fatores como a estiagem, o veranico e, sobretudo, os preços dos produtos influenciaram prognósticos negativos para o setor. Como exemplos, pode-se citar: a redução da área plantada do trigo, devido à baixa cotação no mercado interno; a dificuldade de estocagem do milho, por con-

* Alynson Rocha, Carla do Nascimento, Elissandra Britto, Fabiana Pacheco, João Paulo C. Santos e Joseanie Mendonça, economistas, técnicos da SEI e membros da Coordenação de Análise Conjuntural da SEI.

ta da soja que ainda está armazenada, aguardando melhores preços; e a estiagem na maioria das regiões produtoras de café e de cana-de-açúcar, apesar desta última cultura apresentar boas perspectivas devido à alta dos preços externos, aumento das exportações de álcool e maior demanda interna com os veículos bi-combustíveis. Contudo, espera-se um crescimento de 4,9% da safra nacional de oleaginosas, cereais e leguminosas em 2006, comparando-se com 2005, com destaque para as culturas de milho e soja, apesar da expectativa de redução de 3,85% da área plantada.

Outro fator que caracteriza o mercado interno como responsável pelo crescimento é a performance do comércio varejista. Seguindo as tendências altistas, na comparação entre o primeiro semestre de 2006 e o mesmo período de 2005, o varejo apresentou crescimento de 5,7% no volume de vendas, conforme os dados apurados pelo IBGE (2006c) na Pesquisa Mensal de Comércio (PME). No tocante à receita nominal, obteve-se aumento de 7,5% no mesmo período de comparação. Por setor de atividade, em termos de volume de vendas, hiper e supermercados foi o destaque, com crescimento de 7,6%, seguido por outros artigos de uso pessoal e doméstico, que apresentou incremento de 15,1%. Quanto a móveis e eletrodomésticos, apesar da redução do ritmo de crescimento e da forte base de comparação que foi o ano de 2004, registrou crescimento de 9,0%, comparando-se o primeiro semestre de 2006 e o primeiro semestre de 2005.

Na comparação entre o primeiro semestre de 2006 e o mesmo período de 2005, o varejo apresentou crescimento de 5,7% no volume de vendas, conforme os dados apurados pelo IBGE (2006c) na Pesquisa Mensal de Comércio (PME)

A recomposição da renda explica esse desempenho, assim como a geração de postos de trabalho com carteira assinada no período; entretanto, não é demais lembrar que a maior oferta de crédito e, mais ainda, do crédito consignado em folha de pagamento, têm relevância significativa nesses números.

Comparando-se com junho de 2005, a PME captou um aumento de 296 mil pessoas no número de ocupados com carteira assinada e uma redução de 4,7% entre os ocupados sem carteira assinada

A recomposição dos rendimentos dos ocupados foi verificada pelo IBGE (2006d) na Pesquisa Mensal de Emprego (PME). A média semestral do nível de ocupação de 2006 (50,7%) não apresentou variação quando comparada com a média de 2005, apesar do menor crescimento relativo da população ocupada entre 2005 (1,7%) e 2006 (0,7%). Comparando-se com junho de 2005, a PME captou um aumento de 296 mil pessoas no número de ocupados com carteira assinada e uma redução de 4,7% entre os ocupados sem carteira assinada, apesar do aumento de 14,1% entre junho de 2005 e junho de 2006 no número de desocupados. Contudo, o aumento do contingente de ocupados ainda não foi suficiente para reduzir a taxa de desocupação de forma sustentada. Ademais, o poder de compra dos ocupados cresceu 6,7% em 2006, comparando-se com 2005.

Considerando-se os resultados do PIB trimestral para o primeiro semestre de 2006, comparado ao mesmo período de 2005, verifica-se acréscimo de 2,2%. Nesta mesma comparação, os setores agregados da indústria e serviços cresceram 2,6% e 2,3%, respectivamente, e a agropecuária, 0,3% (IBGE, 2006a).

Em termos de crescimento mundial, as estimativas de crescimento do Brasil são bastante modestas; segundo relatório da ONU, o país deverá crescer 3,7%, enquanto Rússia, China e Índia esperam taxas mais significativas de crescimento (6,0%, 9,6% e 7,4%, respectivamente). Na América Latina, a Argentina deve crescer 6,5% (INSTITUTO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL, 2006).

Economia baiana

Após as considerações sobre o desempenho da economia brasileira, esta seção apresenta os resultados dos principais setores da economia baiana,

quais sejam: agricultura, indústria, comércio exterior e comércio varejista.

A princípio, destacam-se os resultados do PIB trimestral baiano. Segundo dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2006b), o produto interno baiano cresceu 2,2% no segundo trimestre deste ano, em comparação com o mesmo período do ano passado. O bom resultado da economia baiana se deve principalmente à indústria, que cresceu 4,6% no segundo trimestre. O setor de serviços apresentou incremento de 3,5% e a agropecuária repete resultado negativo com taxa de -7,2%.

O bom resultado da economia baiana se deve principalmente à indústria, que cresceu 4,6% no segundo trimestre. O setor de serviços apresentou incremento de 3,5% e a agropecuária repete resultado negativo com taxa de -7,2%

No primeiro semestre, o PIB baiano apresentou crescimento de 2,5%, pautado no incremento dos setores industrial e de serviços de 4,3% e 3,3%, respectivamente. A agropecuária acumula decréscimo de 8,4%. Os motivos para esses resultados estão apresentados nas próximas seções.

Safras 2006: ano difícil para a agricultura baiana

A agricultura baiana enfrenta dificuldades observadas em outras regiões produtoras brasileiras: a conjuntura desfavorável de câmbio, os preços dos produtos e as condições climáticas influenciaram decisivamente nos resultados do campo. Segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2006b), realizado em agosto de 2006, para os grãos, outrora destaques de produtividade, a queda foi de 18,7%. Some-se aos fatores citados a estocagem de alguns produtos, como a soja, que afeta a produção e a comercialização do milho, como contribuição aos resultados. Os destaques

negativos são: milho (-28,3%), feijão (-22%) e soja (-17%). Somente café e cana-de-açúcar apresentam estimativas positivas para a safra (26% e 2,7%, respectivamente).

As lavouras de grãos baianas não somente apresentam redução de área plantada e colhida, como, à exceção do algodão, apresentam também queda de rendimento por hectare. Esse fato reflete, além da redução das áreas de cultivo, a menor aplicação de adubos e defensivos agrícolas. Isso se deve ao fato de que, com a tendência à queda do dólar, os agricultores preferem reduzir custos com tratamentos culturais, uma vez que a maioria dos insumos é cotada em moeda estrangeira e, no momento da colheita e comercialização, o dólar mais barato representa redução dos ganhos e/ou prejuízos com as lavouras. Essa tem sido a queixa principal dos agricultores em relação ao Governo Federal, resultando na queda do Ministro Roberto Rodrigues, em junho de 2006.

A mandioca continua com estimativas de produção negativas para 2006 (-2,2%), devido ao aumento substancial da produção da raiz em 2005, que ainda afeta (em 2006) os preços da farinha, desestimulando novas expansões de plantio. O cacau (-3,4%), apesar de estimativas anteriores que mostravam aumento de produção, em agosto de 2006, com a lavoura em frutificação, os produtores revisam estimativas anteriores – considerando a clonagem das mudas, a vassoura de bruxa e uma nova doença potencialmente danosa à lavoura: provocada pelo inseto *Conopomorpha cramerella*, originário da Indonésia; a praga pode chegar à Bahia pela importação do cacau, através do porto de Ilhéus (NOVA ..., 2006).

A mandioca continua com estimativas de produção negativas para 2006 (-2,2%), devido ao aumento substancial da produção da raiz em 2005

O resultado positivo do café deve-se à utilização de plantações irrigadas, reduzindo o impacto das estiagens durante o plantio, e à bianualidade positiva da lavoura e melhoria dos tratamentos culturais. Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (2006), para a Bahia:

Na região do cerrado, os baixos índices pluviométricos e as altas temperaturas não afetaram os cafezais, pois o cultivo é totalmente irrigado. Na região atlântica, apesar do período de estiagem, a produção não foi significativamente afetada, pois a maior parte dos cafezais já se encontravam com os grãos formados. Já na região do planalto, o período de estiagem, com altas temperaturas nos meses de janeiro e fevereiro, prejudicou as lavouras, pois coincidiu com o período de granação.

A lavoura de cana-de-açúcar acompanha os estímulos da conjuntura do açúcar e do álcool. Para este último, existe a expectativa da incorporação obrigatória do produto à gasolina de diversos países como parte de programas de redução da poluição atmosférica. Isso significa uma demanda substancial a ser atendida, estimulando o produtor brasileiro. Para o Nordeste, o abastecimento do mercado externo representaria maiores estímulos à lavoura de cana-de-açúcar.

As exportações da agricultura baiana também sofrem os impactos da redução da produção e da desvalorização do dólar frente ao real. Produtos da pesca e aquicultura, frutas, soja e derivados e café são os destaques negativos neste item. Esse fato repercute também nas receitas auferidas, tendo-se elevação de apenas 0,9% no comparativo 2005/06. Algodão e sisal apresentam-se como destaques positivos nas receitas de exportações (aumentos de aproximadamente 128% e 38%, respectivamente). Esses últimos resultados, contudo, não são capazes de reverter o resultado geral do primeiro semestre de 2006: confere-se ao campo a redução da participação no total das exportações baianas de 24%, em 2005, para 15%, em 2006. Em receitas, a situação é semelhante: de 15,3%, em 2005, para pouco menos de 13%, em 2006.

Atividade industrial: nível de produção mantido pelo setor de bens intermediários

A indústria baiana (extrativa mineral e transformação) registrou crescimento de 5,5% no primeiro semestre de 2006, segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do IBGE (2006e). Isoladamente, a indústria extrativa mineral acumulou resultado positivo (1,3%). Na indústria de transformação o crescimento no semestre

Na indústria de transformação o crescimento no semestre foi de 5,7%, apresentando incremento na produção de cinco dos oito setores que compõem esta indústria

foi de 5,7%, apresentando incremento na produção de cinco dos oito setores que compõem esta indústria.

As contribuições de maior influência foram: setor de papel e celulose que registrou para o acumulado do ano até junho um crescimento de 35,0%, em função do incremento na produção de celulose; refino de petróleo e produção de álcool, com crescimento de 9,0% devido a um aumento na fabricação de óleo diesel e gasolina; o segmento da metalurgia básica, que registrou um aumento no período de 16,4%, em virtude do acréscimo na produção de barra, perfil, vergalhões de cobre e vergalhões de aço ao carbono; e o segmento de borracha e plástico (7,8%).

As quedas no desempenho dos segmentos industriais foram registradas nos setores: alimentos e bebidas, com redução de 4,5%, o que se deve a uma menor produção de farinha e “pellets” da extração do óleo de soja e na produção do óleo de soja; produtos químicos, registrando uma queda de 0,8%, com queda na sua produção de policloreto de vinila (PVC) e etileno não-saturado; e veículos automotores, com uma redução de 7,7%, o que pode estar relacionado com o câmbio desfavorável às exportações dos veículos (IBGE, 2005e).

Destacando o desempenho de alguns setores, no primeiro semestre de 2006, observa-se que o resultado positivo do setor de refino de petróleo e produção de álcool deveu-se ao aumento na produção de determinados derivados do petróleo. Os principais destaques foram: óleos diesel (1,5%), óleo combustível (27,9%), e gasolina (13,1%) (AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, 2006). Em virtude das inversões realizadas na Unidade 39 da refinaria, responsável pela produção de gasolina, diesel e nafta, espera-se incremento significativo durante o ano de 2006.

O segmento de celulose e papel vem apresentando um cenário favorável com o aumento da demanda internacional e nacional, além da subida dos preços.

O segmento de celulose e papel vem apresentando um cenário favorável com o aumento da demanda internacional e nacional, além da subida dos preços

Soma-se a isso a produção acelerada das empresas recentemente instaladas, com triplicação da capacidade produtiva e novos investimentos previstos com a instalação e ampliação de novas empresas, influenciando positivamente não apenas a produção industrial como também o nível de exportações do estado.

O segmento da metalurgia básica no estado foi afetado pela alta volatilidade do preço do cobre no mercado internacional. A sua produção teve aumento em decorrência da maior fabricação de barra, perfil e vergalhões de cobre e vergalhões de aço ao carbono. Em relação às vendas, foi registrado aumento no mercado interno de 1,9%.

Analisando o desempenho do emprego industrial, segundo a Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salários (PIMES) do IBGE (2006f), registrou-se queda no nível de pessoal ocupado assalariado de 1,6% no estado, para o semestre, comparando-se com igual período do ano passado. No Brasil esse resultado foi um pouco melhor, registrando decréscimo de 0,5%. Dos segmentos industriais, destacam-se com melhor desempenho no incremento do emprego: máquinas e equipamentos (12,1%), coque e refino de petróleo (6,7%), calçados e couro (5,7%) e fabricação de meios de transporte (4,0%). Os segmentos que apresentaram queda mais significativa foram: produtos químicos (-10,2%), produtos de metal (14,3%), borracha e plástico (-12,2%) e vestuário (-11,5%).

Espera-se que a indústria baiana continue a sua trajetória de expansão ao longo do ano, com crescimento acima da média nacional e obtendo resultados positivos na maioria de seus segmentos. Investimentos importantes nos setores de papel e celulose e de refino de petróleo também deverão influenciar positivamente o setor. Deverá também influenciar o resultado da indústria baiana em 2006, aquecendo a sua economia, um comportamento de câmbio desvalorizado, que influencia positivamente o volume das exportações, e a baixa na taxa de juros, que eleva os investimentos do setor.

Comércio exterior baiano: valorização do Real impõe limites às exportações

O comércio exterior baiano apresentou, nos primeiros sete meses de 2006, desempenho acima do ocorrido no mesmo período do ano anterior. As exportações registraram crescimento de 21,8%, com valor total de US\$ 3,681 bilhões, enquanto as importações registraram crescimento de 34,0%, com valor total de 2,431 bilhões. Em 2005, esses valores foram de US\$ 3,023 bilhões e US\$ 1,814 bilhão. Com esses resultados, a balança comercial apresentou, em 2006, saldo superavitário de US\$ 1,249 bilhão, enquanto em 2005 o saldo foi de US\$ 1,209 bilhão.

O comércio exterior baiano apresentou, nos primeiros sete meses de 2006, desempenho acima do ocorrido no mesmo período do ano anterior

Avaliando-se o comércio exterior como um todo, poder-se-ia dizer que o seu desempenho é altamente satisfatório, na medida em que as variáveis que o compõem mantiveram resultado positivo no período. Entretanto, quando se analisa cada variável, pode-se perceber que, apesar da balança comercial manter-se positiva, o saldo vem decrescendo ao longo do tempo, na medida em que as exportações não apresentam o mesmo dinamismo que antes, bem como pelo ritmo de crescimento das importações, que se dá em patamares acima do verificado nas exportações. Esse cenário é determinado, em parte, pela desvalorização do Dólar frente ao Real, que, entre janeiro de 2005 e julho de 2006, foi de 16,8%, e que impacta diretamente sobre os volumes exportados (com redução) e importados (com elevação).

No que concerne ao agronegócio, a perda de dinamismo é ainda mais visível em função da sua relação direta com o câmbio. Destaca-se a queda nas exportações de soja (-17,1%), decorrente da queda de 17% na safra de 2006 – em função da estiagem no oeste baiano – e da tendência de baixa nos preços internos e externos, bem como da queda nas exportações de frutas (-18,5%) e de pesca e aquicultura (-32,8%).

Dada a configuração do crescimento econômico do Brasil, bem como a manutenção da taxa de câmbio nos níveis atuais, a tendência é de que as importações mantenham a trajetória de crescimento, podendo ultrapassar a barreira histórica dos US\$ 4 bilhões.

Viu-se, ao longo do texto, que a balança comercial baiana vem passando por um processo de reversão, onde a expansão das exportações, verificada até recentemente, vem dando lugar à expansão das importações. Essa modificação se dá basicamente pela valorização do Real frente o Dólar, fato que diminui a competitividade dos produtos exportados pela Bahia. Em contraponto a isso, a valorização no preço de algumas *commodities* e de produtos básicos exportados pela Bahia mantém os ganhos advindos das exportações superiores aos gastos com as importações. Dessa forma, a perspectiva para o curto prazo, mantendo-se a atual conjuntura, é de que essa deterioração seja ainda mais profunda. De outro modo, uma reversão na valorização do Dólar pode vir a contribuir positivamente para a recuperação da balança comercial baiana.

Varejo: mercado interno aquecido favorece vendas

As vendas do comércio varejista na Bahia expandiram-se em 6,0%, na comparação de junho de 2006 com junho de 2005, segundo a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2006c). Esse resultado coloca o estado baiano como o quinto a se destacar, no mês de junho, no critério da participação na composição da taxa do comércio varejista brasileiro – em relação ao mesmo mês do ano passado (4,1%) – juntamente com São Paulo (3,7%), Minas Gerais (11,2%), Rio de Janeiro (2,4%) e Distrito Federal (9,7%).

Apesar de positiva, a taxa do mês de junho foi a de menor expressividade apurada pelo varejo desde o mês de fevereiro de 2006. O ritmo reduzido nas vendas para esse mês tem sido atribuído à Copa do Mundo, evento que estimulou o fechamento de lojas em dias de jogos do Brasil e ao arrefecimento do crédito. Para o acumulado do ano o incremento no comércio foi de 9,2%.

A taxa do mês de junho foi a de menor expressividade apurada pelo varejo desde o mês de fevereiro de 2006

O acúmulo positivo no volume de vendas para o primeiro semestre do ano de 2006 é atribuído à inflação em queda, ao aumento, embora lento, do emprego e à ligeira recuperação da renda média dos trabalhadores. Além da expansão do crédito ao consumidor, que embora esteja contribuindo em menor intensidade para o aumento marginal das vendas, ainda impulsiona o setor.

A trajetória apresentada pelo comércio nos primeiros seis meses, comparada ao primeiro e segundo semestres de 2005, que tiveram expansão de 7,3% e 7,1%, respectivamente, é recebida com otimismo pelos analistas do setor. No entanto, a inadimplência crescente observada nos últimos meses tem contribuído para pressionar os juros cobrados aos consumidores, uma vez que os bancos e financeiras estão mais cautelosos na concessão de crédito e, por isso, repassam maior custo em suas operações. Por atividade, observou-se crescimento para os meses entre janeiro e junho de 2006 em relação a igual período em 2005, em seis dos oito segmentos que compõem o índice de volume de vendas do comércio varejista baiano, com destaque para Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (12,2%), seguidos por Móveis e eletrodomésticos (23,8%) e Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (54,6%).

Os demais segmentos a expandirem suas vendas foram: Outros artigos de uso pessoal e doméstico (10,9%); Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (3,0%); e Tecidos, jornais, revistas e papelaria (1,5%). Obteve, ainda, variação positiva para o acumulado do ano o subgrupo de Hipermercados e supermercados, com 19,7%. Quanto aos segmentos que apresentaram desempenho negativo, têm-se Combustíveis e lubrificantes (-2,9%) e Livros, jornais, revistas e papelaria (-28,1%). Nos ramos que não contribuem para a formação do indicador, como Veículos, Motos e peças e Material de Construção, o incremento alcançou 19,3% e 3,4%, respectivamente.

Além disso, a trajetória de queda da taxa básica de juros – Selic – iniciada desde setembro de 2005, reforça a tese de que no segundo semestre de 2006 o comércio baiano deverá manter o desempenho favorável. A perspectiva é que o varejo acompanhe o ritmo de crescimento da economia, não obstante o aumento do risco da inadimplência pressionar os juros cobrados dos consumidores.

Referências

ABIC financiará álcool no Norte e Nordeste. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 17 jul. 2006. Disponível em: <http://www.polobio.esalq.usp.br/noticias>. Acesso em: 31 ago. 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIADORES DE CAMARÃO. *Releases*. Disponível em: <http://www.abc-cam.com.br>. Acesso em: 31 ago. 2006.

AGÊNCIA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES E INVESTIMENTOS. *Notícias*. Disponível em: <http://www.apexbrasil.com.br>. Acesso em: 31 ago. 2006.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO. *Petróleo e derivados*. Disponível em: <http://www.anp.gov.br>. Acesso em: 31 ago. 2006.

BAHIA. Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária da Bahia. *Cotação agrícola*. Disponível em: <http://www.seagri.ba.gov.br>. Acesso em: 31 ago. 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior. *Indicadores e estatísticas*. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br>. Acesso em: 29 ago. 2006.

CENTRO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS DA BAHIA. *Desempenho do comércio exterior*. Disponível em: <http://www.promobahia.com.br>. Acesso em: 29 ago. 2006.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA. *Índices de preços*. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/>. Acesso em: 31 ago. 2006.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. *Informe Conjuntural*, v. 22, n. 2, abr.-jun. 2006. Disponível em: <http://www.cni.org.br/f-ps-ec.htm>. Acesso em: 18 ago. 2006.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. *Safrá 2006/2007 terceiro levantamento agosto/2006*. Disponível em: <http://www.conab.gov.br>. Acesso em: 31 ago. 2006.

IBGE. *Contas nacionais trimestrais*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 ago. 2006a.

_____. *Levantamento sistemático da produção agrícola*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 ago. 2006b.

_____. *Pesquisa mensal de comércio*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 ago. 2006c.

_____. *Pesquisa mensal de emprego*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 ago. 2006d.

_____. *Pesquisa industrial mensal*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 ago. 2006e.

_____. *Pesquisa industrial mensal de emprego e salário*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 ago. 2006f.

INDÚSTRIA perde fôlego no 2º trimestre. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 20 jun. 2006. p. B5.

INSTITUTO DE ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. Ficando para trás. *Carta IEDI*, n. 223, set. 2006. Disponível em: <http://www.iedi.org.br>. Acesso em: 05 set. 2006.

NASCIMENTO, Beatriz. Copa do Mundo reduz vendas do comércio. *Jornal do Commercio*, Recife, 17 ago. 2006. Disponível em: <http://www.andima.com.br>. Acesso em: 17 ago. 2006.

NOVA praga ameaça o cacau. *A Tarde*, Salvador, 15 ago. 2006. Disponível em: <http://www.seagri.ba.gov.br>. Acesso em: 31 ago. 2006.

PEREIRA, Renée. Pressão sobre as taxas de juros no crediário. *Jornal do Commercio*, Recife, 17 ago. 2006. Disponível em: <http://www.andima.com.br>. Acesso em: 17 ago. 2006.

SALGADO, Raquel. Inadimplência controlada ajuda o varejo. *Valor Econômico*, São Paulo, 17 ago. 2006. Disponível em: <http://www.andima.com.br>. Acesso em: 17 ago. 2006.

SANTANA, Nanci. Varejo vende 5,7% mais no semestre. *Gazeta Mercantil*, São Paulo, 17 ago. 2006. Disponível em: <http://www.andima.com.br>. Acesso em: 17 ago. 2006.

SOARES, Pedro. Venda do comércio no país recua em junho, mas cresce 5,7% no semestre. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 17 ago. 2006. Disponível em: <http://www.andima.com.br>. Acesso em: 17 ago. 2006.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *PIB*. PIB estadual trimestral. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br>. Acesso em: 11 set. 2006.

UFRJ. *Economia & conjuntura*. agosto de 2006, v. 6, n. 75. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/conjuntura/pdfs/Ago2006.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2006. ■

www.sei.ba.gov.br

Informação a um só **clique**

Através do site da SEI você fica por dentro
das mais relevantes informações
socioeconômicas e geoambientais dos Estado.
Pesquisas, publicações, indicadores - PIB, PED
IPC entre outros - limites municipais, cartogramas e
o banco de dados da SEI estão ao seu alcance.
Navegue e conheça a Bahia de perto.
Um canal de comunicação aberto para você.



Conjuntura Econômica Baiana

Em junho, verificou-se mais uma vez a trajetória de expansão pela qual vem passando a economia baiana nos últimos anos. Os indicadores relativos à produção física da indústria, às vendas do comércio e ao comércio exterior mantiveram a tendência de crescimento, registrando taxas de crescimento positivas.

A produção da indústria baiana de transformação, segundo a PIM-IBGE, registrou, em junho de 2006, variação positiva de 1,4% em relação ao mesmo mês de 2005. No ano, a indústria acumula crescimento de 5,7% em comparação com o mesmo período de 2005. Nesse mesmo período, os segmentos que apresentaram os maiores crescimentos foram: *Celulose, papel e produtos de papel* (35,0%), *metalurgia básica* (16,4%) e *minerais não-metálicos* (10,4%). Por outro lado, os segmentos de *alimentos e bebidas* (-4,5%), *automotivo* (-7,7%) e *produtos químicos* (-0,8%) registraram desempenho negativo no período em enfoque.

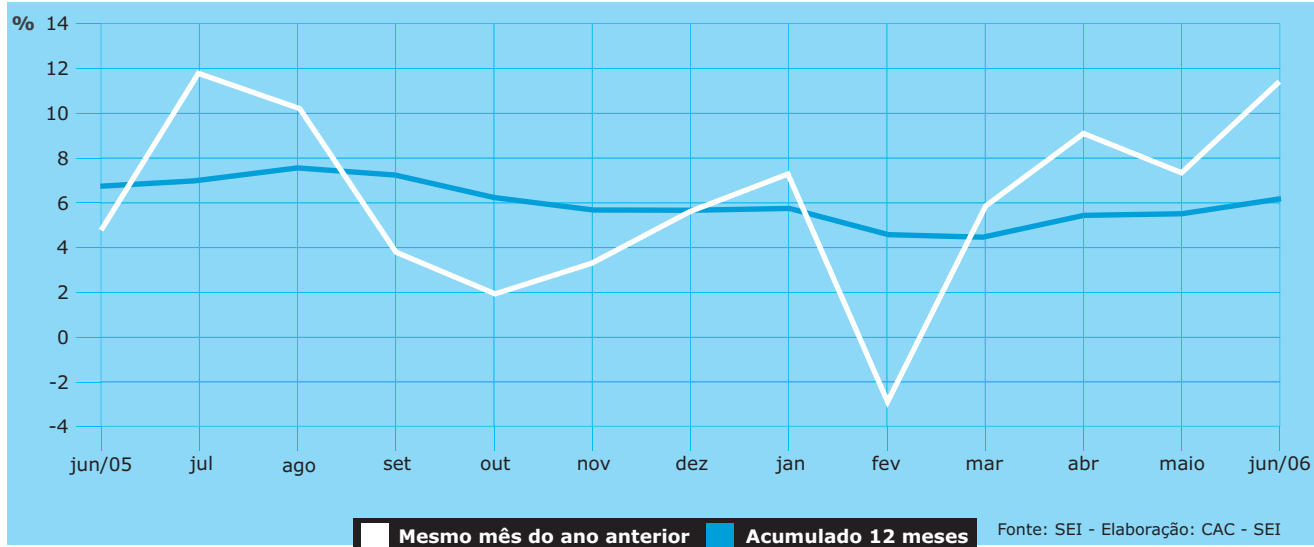
No que se refere ao comércio exterior, o destaque fica por conta do crescimento das importações (35,6%) com valor total de US\$ 2,375 bilhões. Já as exportações registraram crescimento de 21,8% até o mês de junho, com valor total exportado de US\$ 3,681 bilhões. Nos sete primeiros meses do ano o saldo da balança comercial baiana acumulou superávit de US\$ 1,305 bilhão.

O comércio varejista, conforme os dados da PMC-IBGE, registrou variação positiva no volume das vendas de 9,0% no primeiro semestre de 2006. Os segmentos que apresentaram as maiores taxas de crescimento no ano foram: *equipamentos e materiais para escritório* (50,8%), *móveis e eletrodomésticos* (22,0%) e *hipermercados e supermercados* (20,2%). O segmento *veículos, motos, partes e peças* registrou crescimento de 21,4% no ano.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-SEI), para Salvador, registrou, no mês de agosto 2006, queda de 0,05%. De janeiro a agosto de 2006, os preços se elevaram, em média, 2,6%, mantendo a tendência de queda da taxa, que está projetada, até o momento, para fechar em 5,5% em 2006.

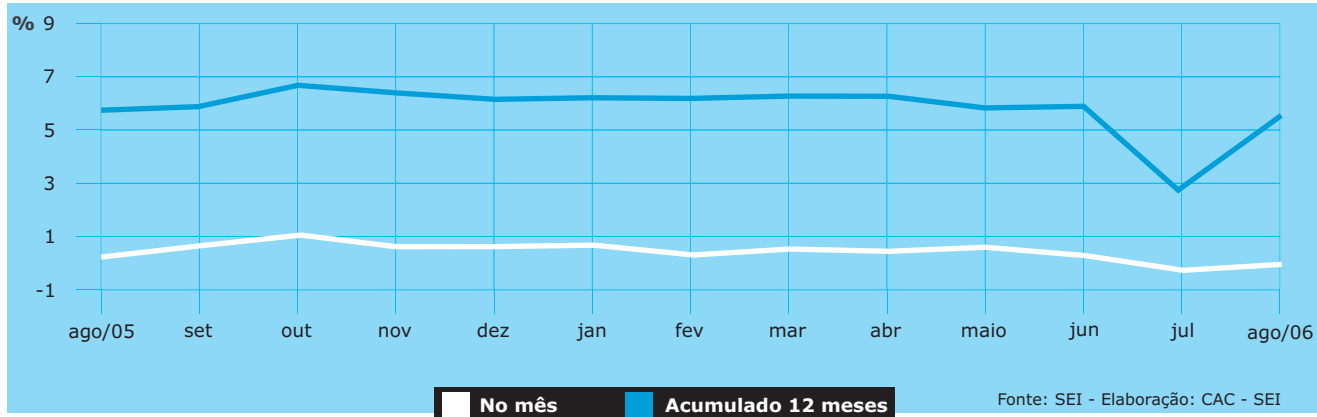
O mercado de trabalho, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-SEI/DIEE-SE/SEADE), fechou o mês de julho com taxa de desemprego em 23,9%. Com relação ao rendimento, foi verificado aumento de 0,2% no acumulado do ano, até o mês de junho.

Índice de Movimentação Econômica - IMEC - Salvador



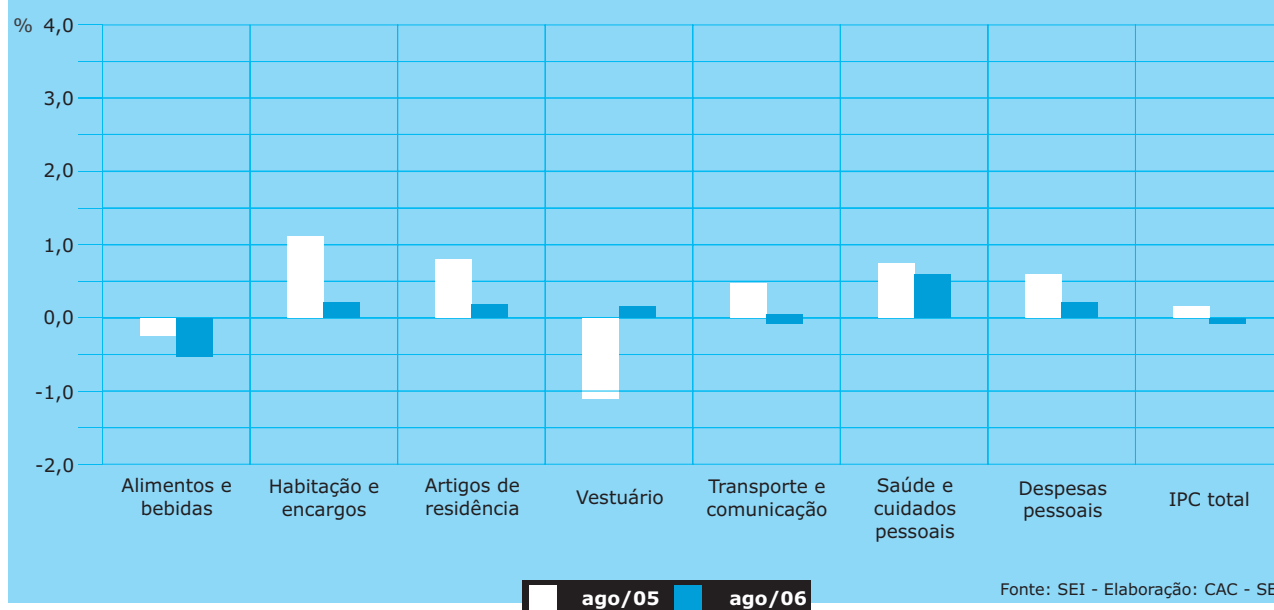
No mês de junho, o Índice de Movimentação Econômica de Salvador (IMEC) apresentou crescimento de 11,3% em comparação com o mesmo mês do ano anterior. Conforme os dados do indicador, a movimentação econômica em Salvador vem mantendo tendência de expansão, visto que em junho registrou-se acumulado de 6,2% nos doze meses, enquanto em maio a taxa situava-se em 5,6%.

Taxa de variação do IPC - SEI - Salvador



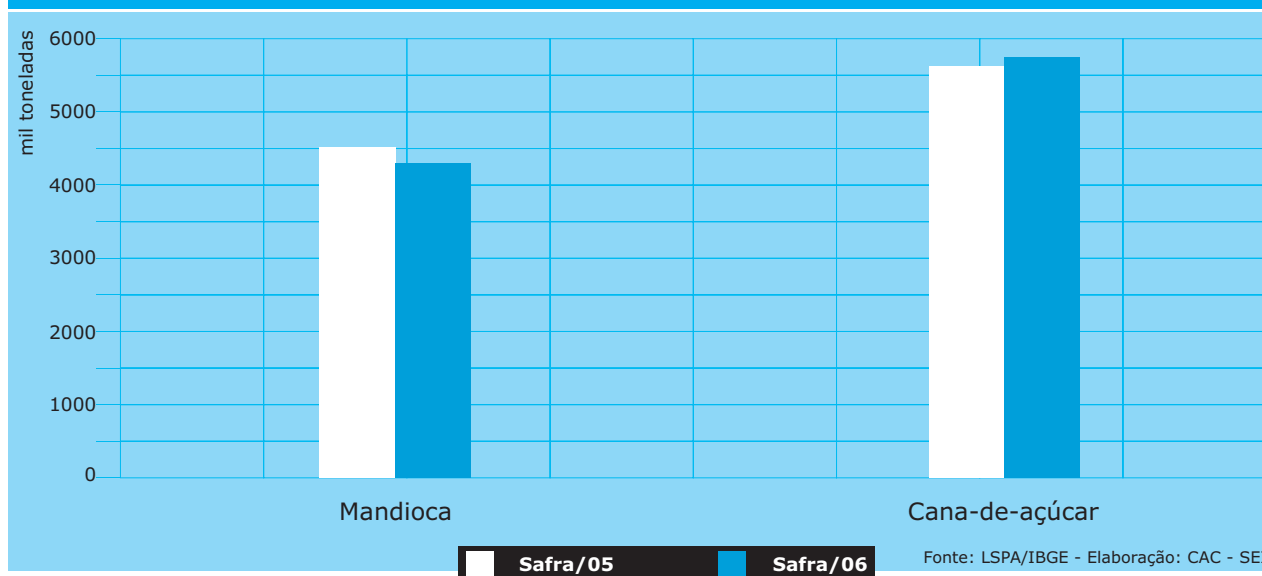
No mês de agosto, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), divulgado pela SEI, registrou taxa negativa de 0,05%. Com esse resultado, o índice acumula, nos doze meses, alta de 5,5%. Habitação e encargos (24,9%) e Transporte e comunicação (10,9%) foram os grupos que mais pressionaram o índice no acumulado dos doze meses.

Taxa de variação do IPC-SEI: Grupos selecionados - Salvador



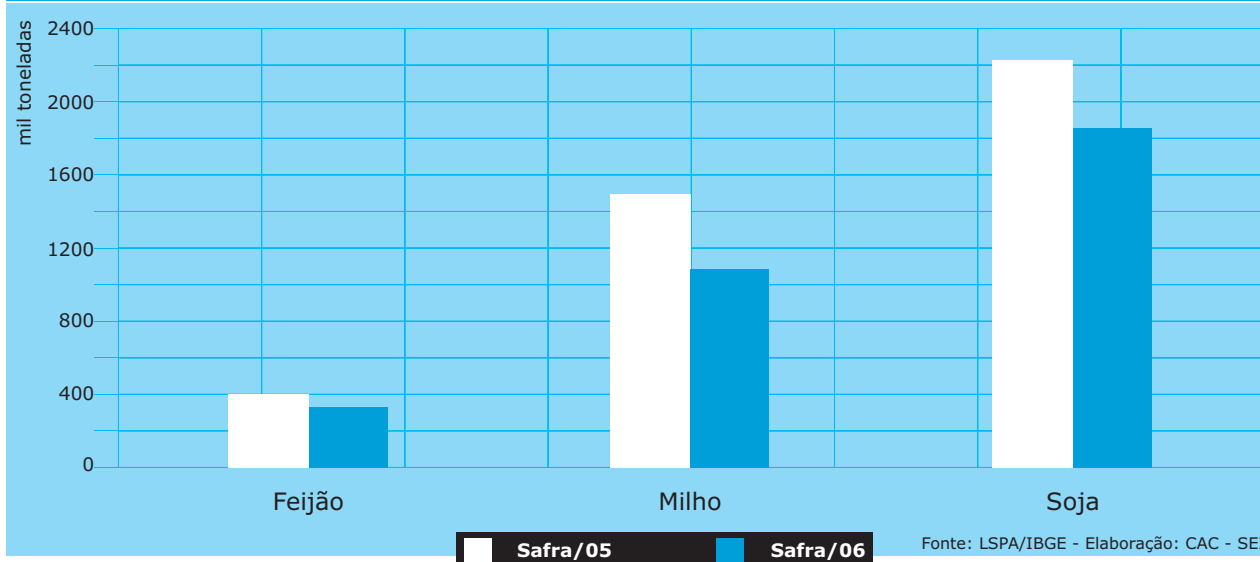
Os grupos de alimentos e bebidas (-0,5%) e de transporte e comunicação (-0,09%) apresentaram, em agosto, as maiores contribuições para a taxa negativa de inflação. Com relação a esses grupos, os subitens *produtos in natura* (-4,5%) e *comunicação* (-0,3%) foram os que apresentaram as maiores taxas negativas no período.

Estimativa da produção agrícola: mandioca e cana-de-açúcar - Bahia



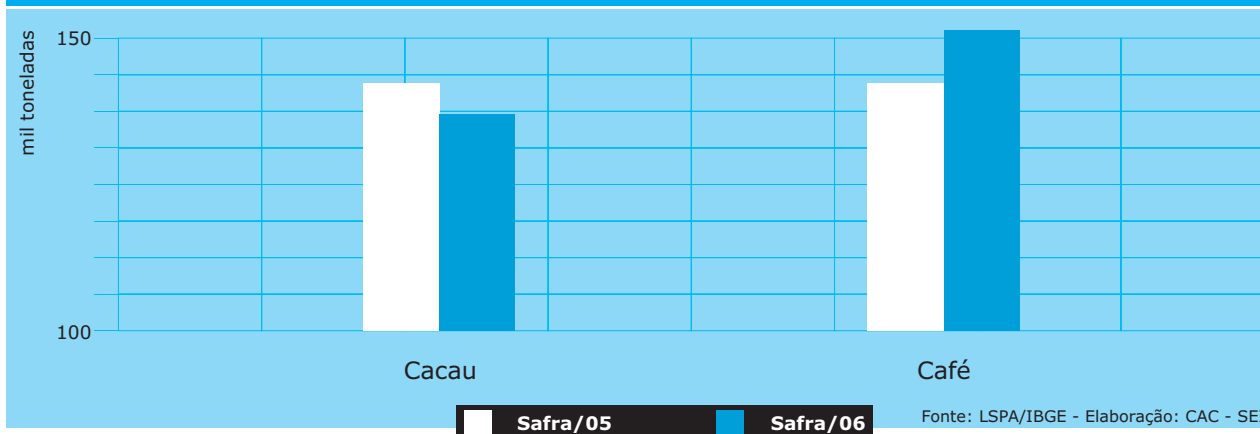
As estimativas para a safra baiana, realizadas em agosto de 2006 pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do IBGE, reafirmam o desempenho negativo da produção de mandioca (-2,2%). Justifica-se pela queda do rendimento da lavoura (-1,7). Para a cana-de-açúcar continuam estimativas positivas para a produção (2,7%). As expectativas de aumento da comercialização do álcool de cana para diversos países já funcionam como estímulo à expansão das lavouras.

Estimativa de produção agrícola: feijão, milho e soja - Bahia



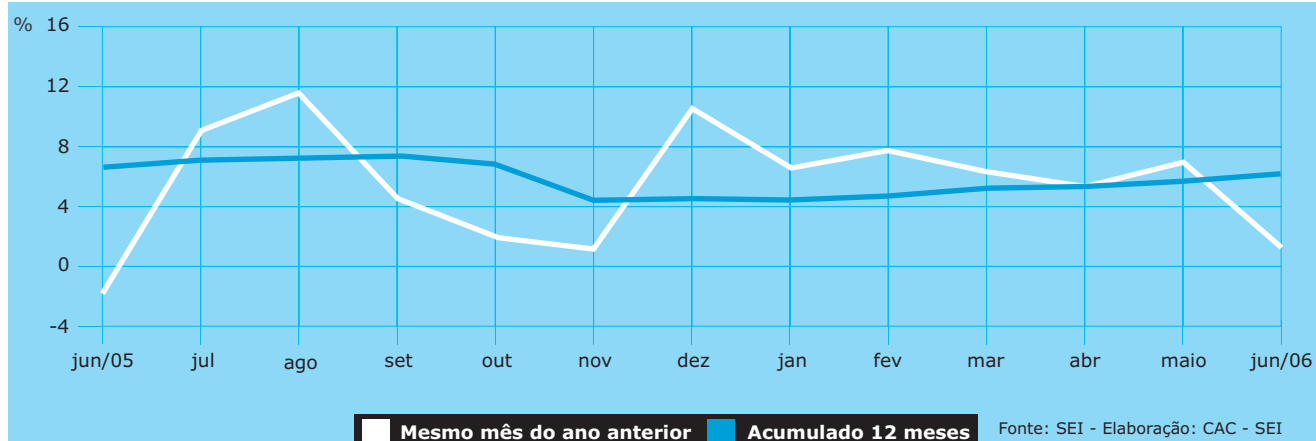
A safra de feijão apresenta queda de produção em 2006 (-22%). Observou-se queda tanto no feijão 1ª safra (em entressafra) quanto no 2ª safra (com colheita em andamento). A produção de milho apresentou redução de 28%. Os resultados do milho e do feijão refletem as chuvas irregulares em diversas regiões produtoras do estado. Para a soja (em entressafra), confirma-se a queda de 17% da produção. Espera-se que a reversão da tendência dos preços possa estimular a safra 2007.

Estimativa da produção agrícola: cacau e café - Bahia



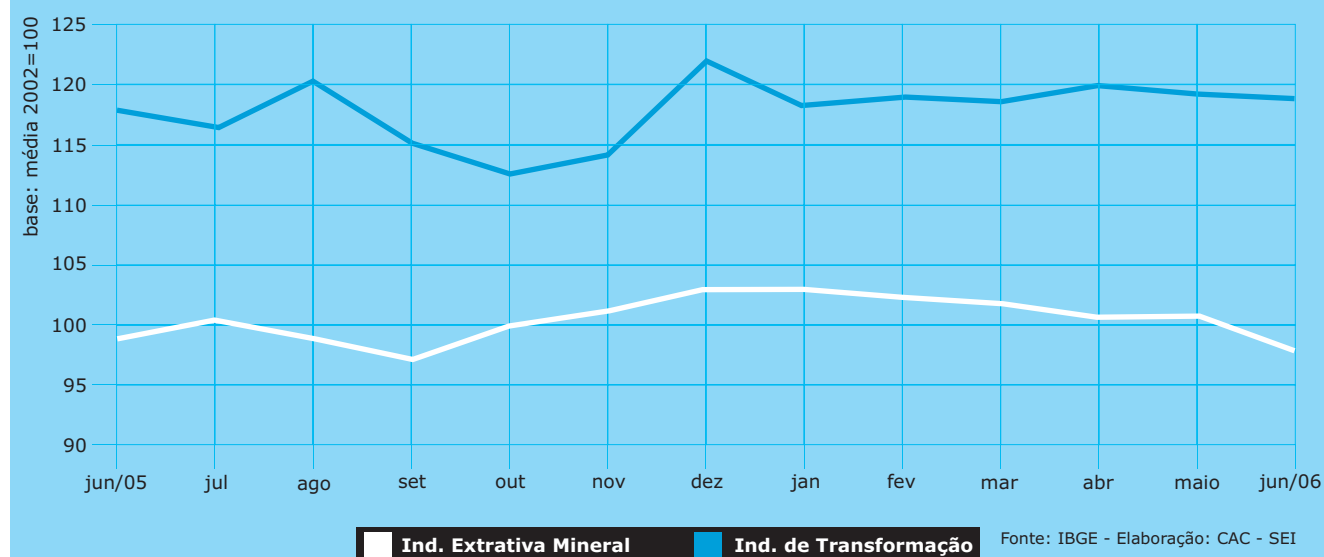
As estimativas para o cacau (em frutificação) parecem confirmar a queda de 3,4% da produção. Os produtores têm, assim, mais um ano de resultado negativo para a lavoura, já bastante afetada pela conjuntura de preços da amêndoa, dívidas de produtores e pragas. Para o café, tem-se a elevação da produção de 26%. Os bons números do café se confirmam à medida que os agricultores adiantam o processo de colheita. A expansão do rendimento em aproximadamente 16% está na base dos resultados observados pelo LSPA.

Taxa de variação da produção física da indústria de transformação - Bahia



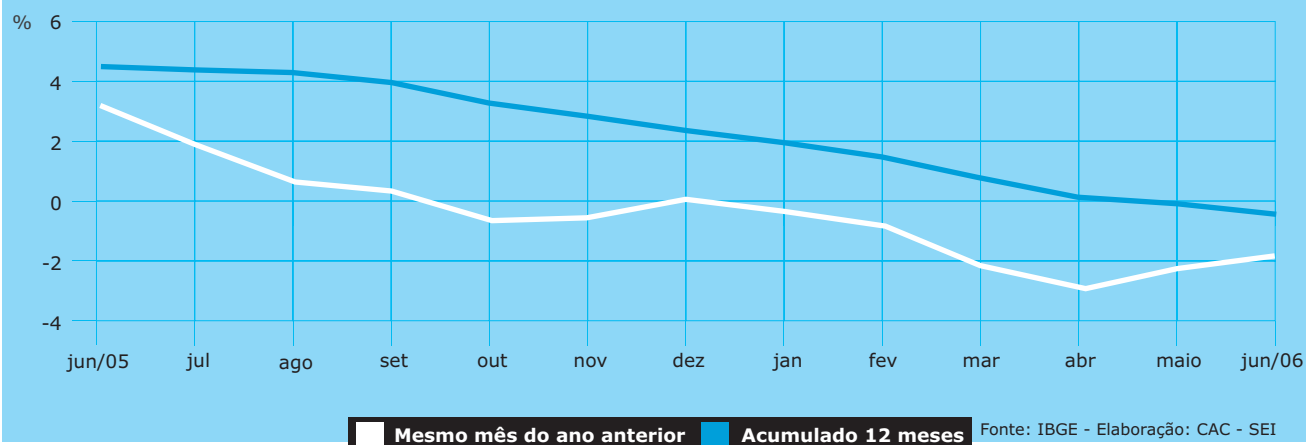
A produção industrial do setor de transformação da Bahia registrou expansão de 1,4%, em junho de 2006, na comparação com o mesmo mês do ano anterior, conforme dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM-IBGE). Para os doze meses, o índice manteve a tendência de expansão, passando de 5,8%, em maio, para 6,2%, em junho. Nesse indicador, os setores que acumularam as maiores altas foram: celulose, papel e produtos de papel (36,4%), metalurgia básica (14,1%), minerais não-metálicos (12,6%) e refino de petróleo e álcool (9,5%).

Índice dessazonalizado de produção física da indústria de transformação e extrativa mineral - Bahia

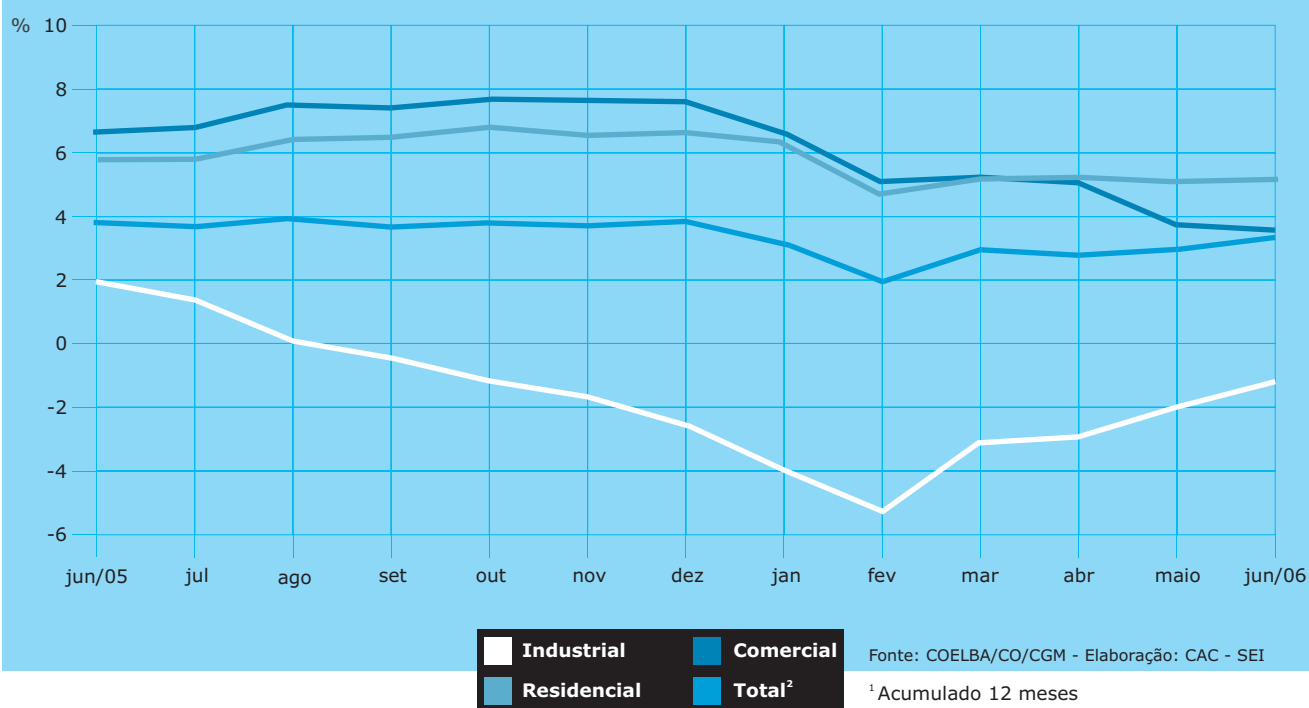


A série livre de influências sazonais da produção da indústria de transformação baiana mostra taxa negativa (-0,1%) entre os meses de maio e junho de 2006. Os setores que apresentaram desempenho negativo mais significativo foram: refino de petróleo e álcool (-10,0%), metalurgia básica (-6,6%), celulose, papel e produtos de papel (-5,6%) e borracha e plástico (5,0%). A indústria extrativa mineral também apresentou queda (-3,0%).

Taxa de variação de pessoal ocupado - Indústria de transformação - Bahia



O emprego na indústria baiana de transformação registrou, em junho de 2006, queda de 1,8% em relação a junho de 2005. Foi o sexto mês consecutivo de queda na comparação mensal. No acumulado dos últimos doze meses, o índice manteve a tendência de queda no emprego industrial, registrando taxa negativa de 0,5%. Os setores que registraram as maiores quedas no mês foram: Vestuário (-12,8%), máquinas e equipamentos, exclusive eletroeletrônicos, de precisão e de comunicações (-6,4%) e produtos de metal, exclusive máquinas e equipamentos (-2,9%).

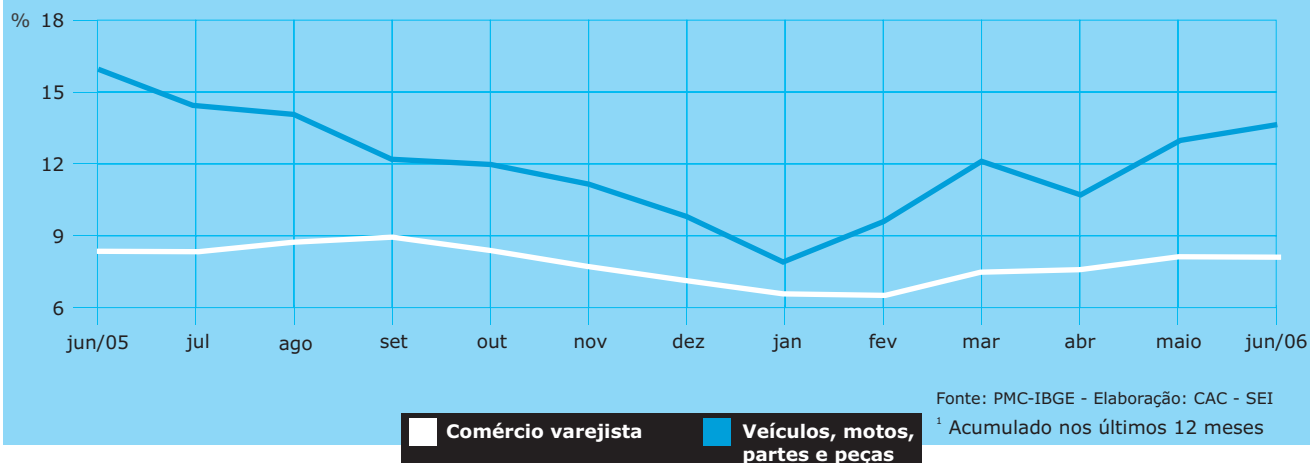
Taxa de variação do consumo de energia elétrica¹ - Bahia

¹ Acumulado 12 meses

² Total = Rural + Irrigação + Resid. + Indust. + Comercial + Util. Pública + S. Público + Concessionária. O consumo industrial corresponde a COELBA.

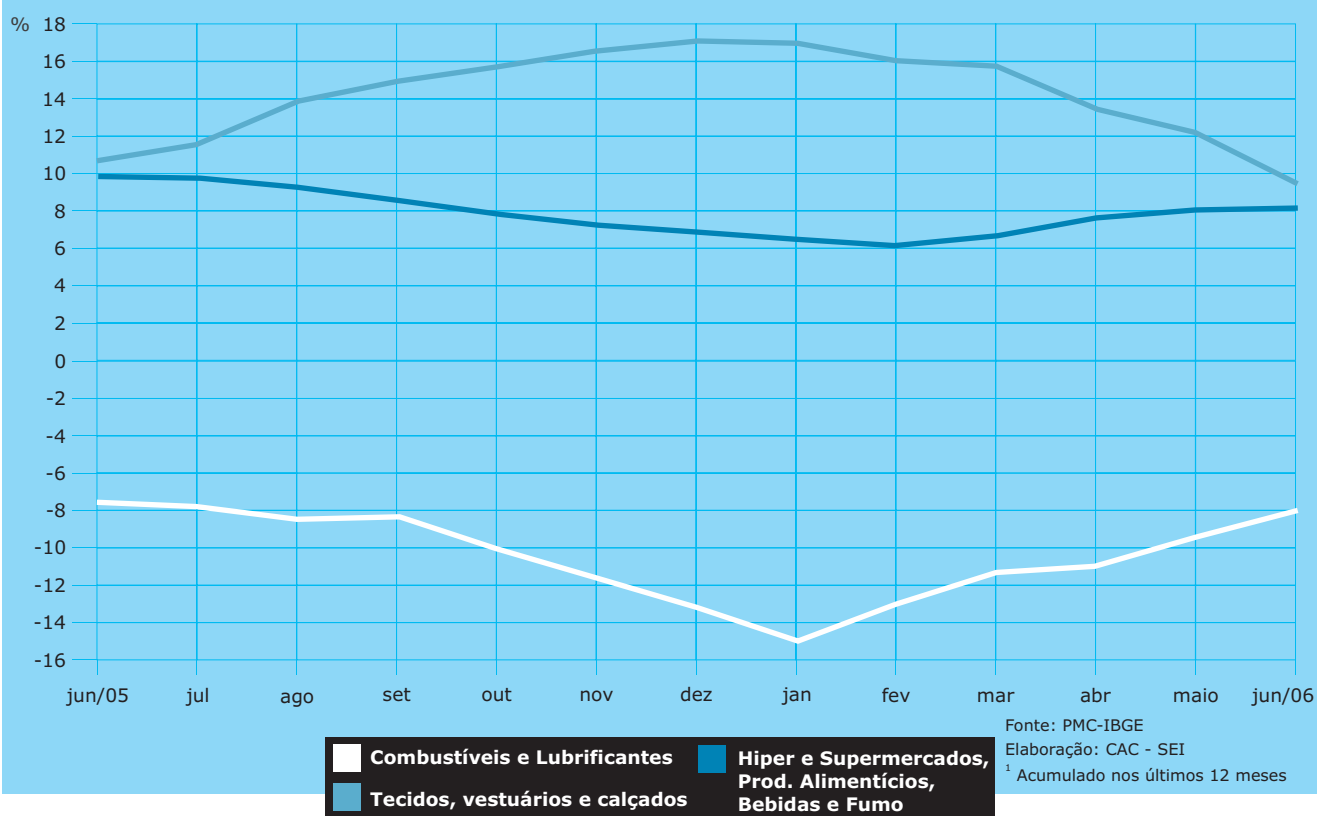
O consumo total de eletricidade no estado da Bahia registrou, em junho de 2006, crescimento de 2,8%, em relação a maio de 2005. No acumulado dos doze meses, a taxa fechou em 3,3%, mantendo a tendência de crescimento ao longo dos últimos meses. Dentre os principais consumidores, o residencial apresentou a maior taxa de crescimento acumulada nos doze meses, com alta de 5,1%. O consumo comercial também se mantém estável, registrando 3,7%. O consumo industrial vem caindo ao longo do período, registrando nos doze meses uma taxa de 1,3%.

Taxa de variação de volume de vendas no varejo¹ - Bahia



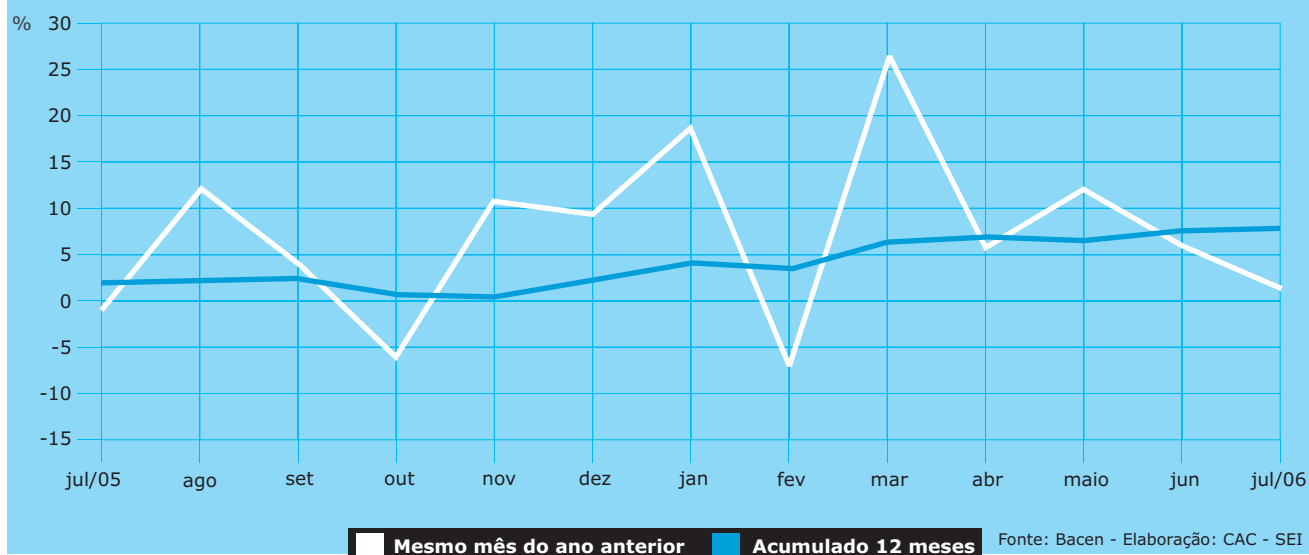
O comércio varejista na Bahia apresentou, no mês de junho de 2006, um acréscimo de 6,0% no volume de vendas. A Pesquisa Mensal de Comércio (IBGE) apurou para o acumulado dos últimos doze meses uma expansão de 8,0%. O segmento de veículos, motos e peças apresentou crescimento de 16,0% ante igual mês de 2005. A aceleração nas vendas apresentada pelo grupo é reflexo do acirramento da concorrência entre as revendedoras. Nos últimos doze meses, o crescimento do volume de vendas desse segmento foi de 13,7%.

Taxa de variação do volume de vendas no varejo¹: principais segmentos - Bahia



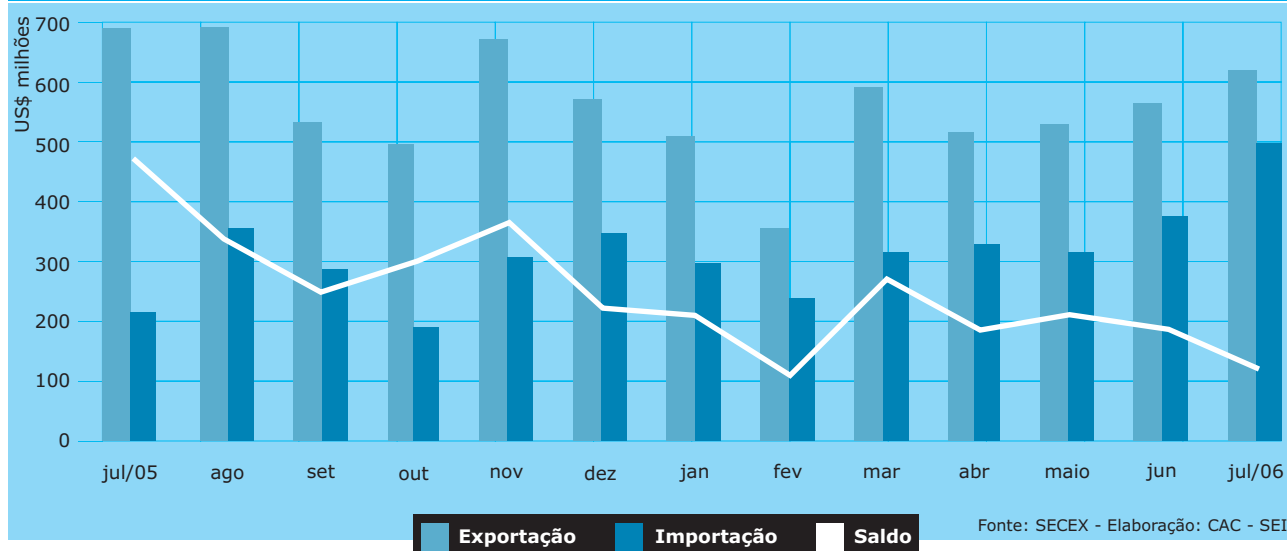
Segundo a PMC (IBGE), o segmento de Móveis e eletrodomésticos apresentou para o acumulado dos últimos doze meses, até junho/06, um crescimento de 30,7% no volume de negócios. Esse desempenho é explicado pela ampliação do crédito direto ao consumidor e dos empréstimos pessoais consignados em folha verificados nos últimos meses, além da ampliação dos prazos de parcelamento. O mesmo comportamento positivo foi verificado para os segmentos Hiper e supermercados, com 8,2%.

Quantidade de cheques sem fundos - Bahia

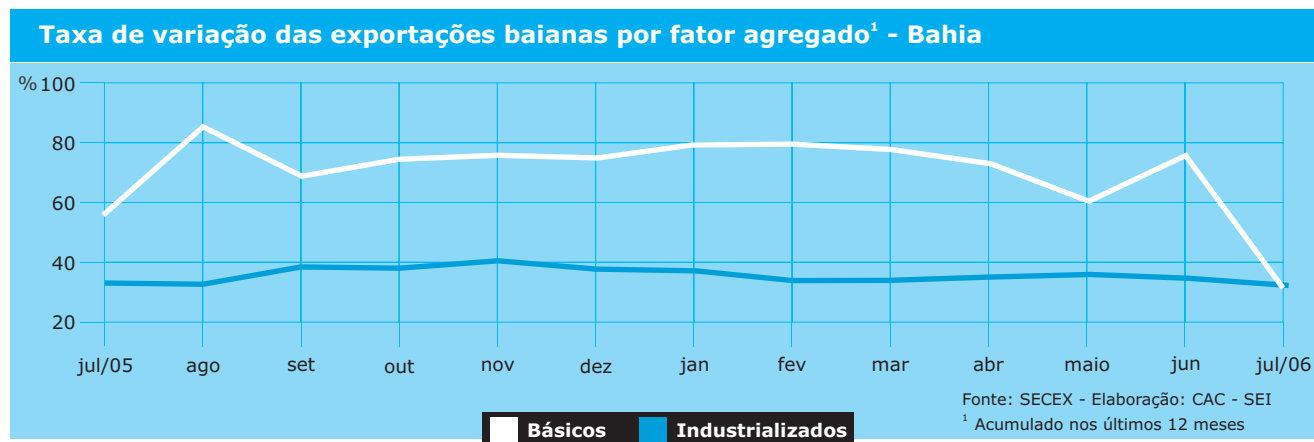


Em julho de 2006, foram emitidos 373.000 cheques sem fundos na Bahia. Em comparação com o mês de maio de 2006, houve queda de 2,6%. Com este resultado, a taxa acumulada nos doze meses manteve o índice positivo de 7,7%, apesar de inferior ao do mês anterior (7,5%).

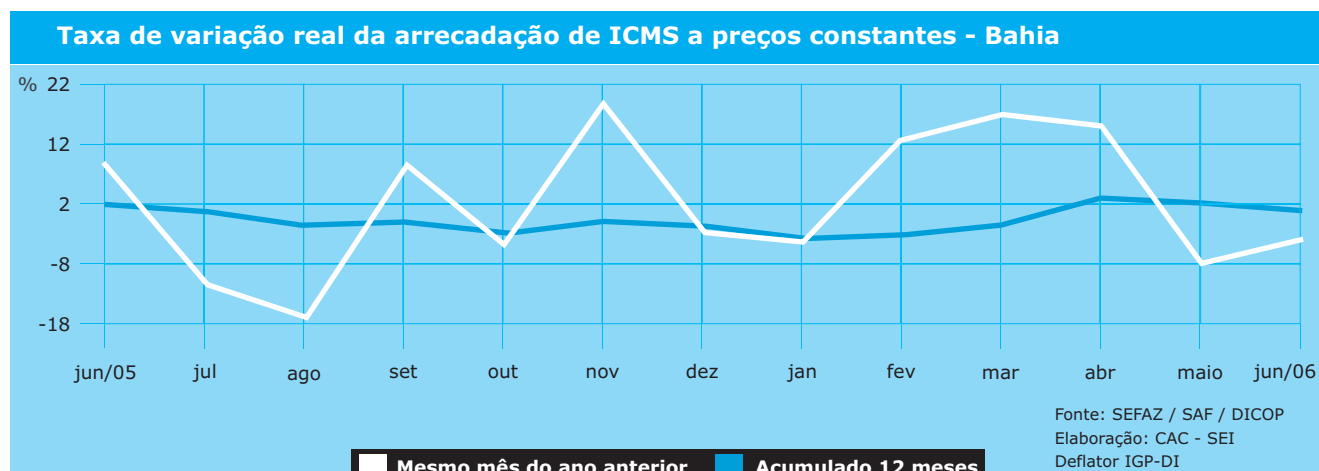
Balança comercial - Bahia



A balança comercial baiana registrou, em julho de 2006, saldo superavitário de US\$ 122,5 milhões. As vendas externas alcançaram US\$ 620,1 milhões, representando queda de 10,0% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Já as importações totalizaram US\$ 497,6 milhões, crescimento de 131,1% em relação ao mesmo mês de 2005. No ano, a balança comercial alcançou superávit de US\$ 1,3 bilhão.

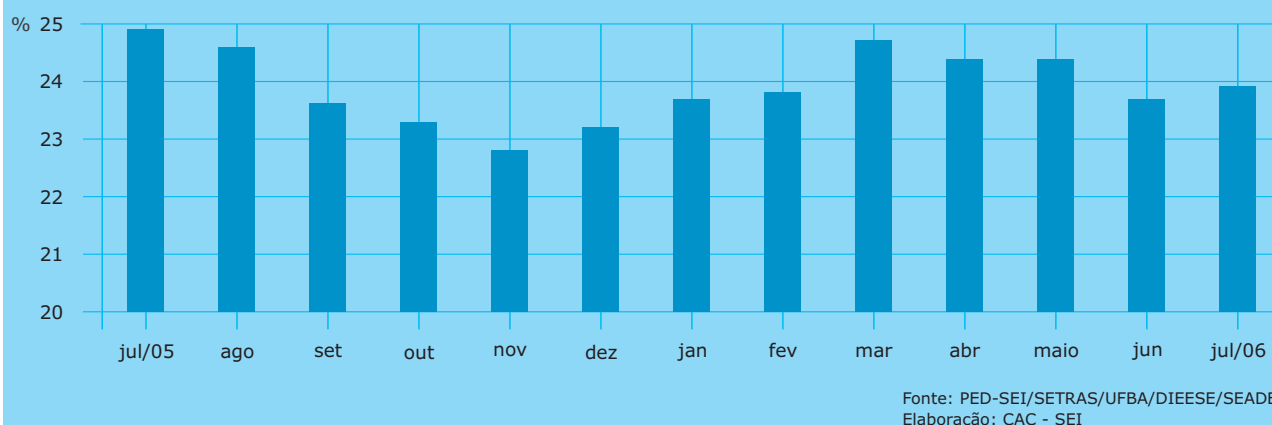


As exportações baianas, por fator agregado, registraram variação positiva de 32,4% para a categoria de produtos básicos, nos doze meses, e de 34,5% para os produtos industrializados no mesmo período. Desde fevereiro de 2005 as exportações de produtos industrializados não registravam variação, no acumulado dos doze meses, superior à variação dos produtos básicos. A categoria produtos industrializados respondeu, até o mês de julho, por 88,2% das exportações baianas.

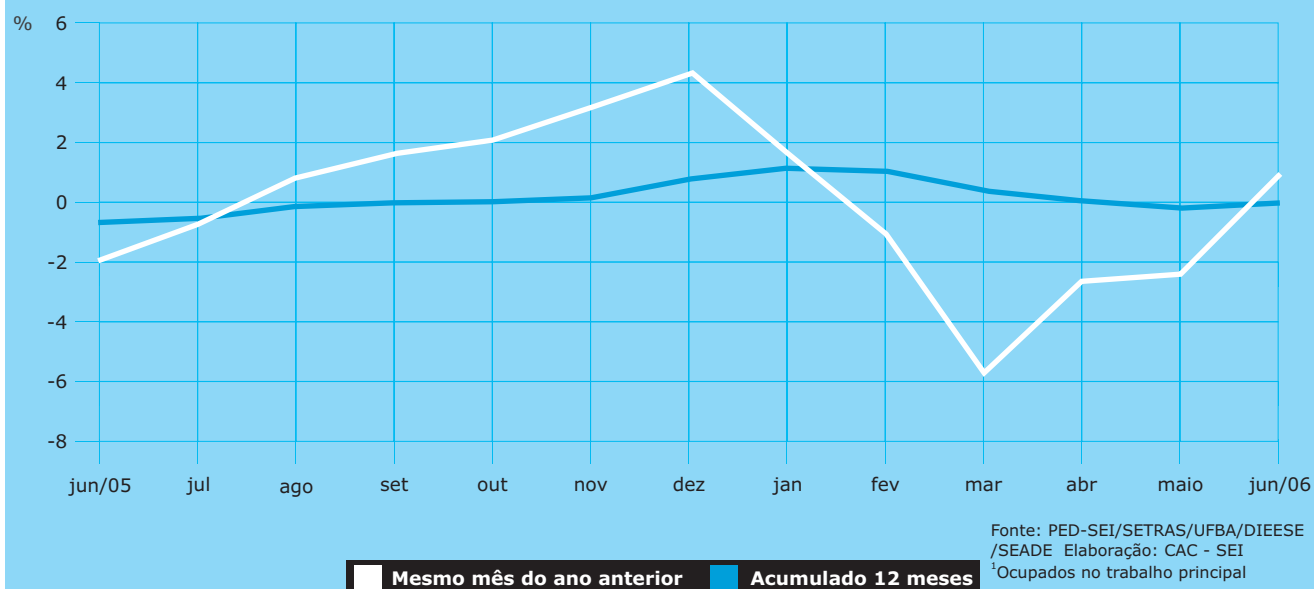


A arrecadação de ICMS no estado da Bahia registrou, no mês de junho de 2006, queda de 4% em comparação com o mesmo mês do ano anterior. No mês, a arrecadação total foi de R\$ 597.869 milhões. No acumulado dos últimos doze meses, o índice acumulado da arrecadação sofreu redução de 1,1 p.p, passando de 2% para 0,9%, com valor total de R\$ 7.022.365 bilhões.

Taxa de desemprego total - RMS



Um ligeiro aumento de 0,8% na Taxa de Desemprego em julho de 2006 foi captado pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED): a taxa passou de 23,7%, em junho último, para os atuais 23,9% da População Economicamente Ativa (PEA) na RMS. A criação de 3 mil novos empregos em contraposição à redução de 6 mil postos de trabalho justifica esse movimento.

Taxa de variação do rendimento médio real¹ - RMS

O rendimento médio real dos ocupados na RMS, medido pelo índice dos rendimentos da PED, após sucessivos meses de queda, apresentou aumento de 1,01% em junho de 2006, comparando-se a junho do ano anterior; no acumulado dos últimos doze meses, observou-se variação positiva de 0,09%, reflexo do aumento da massa salarial no período.

Da porteira para dentro e para fora, agronegócio brasileiro em crise?

Antônio Plínio Pires de Moura*

Paulo Sérgio Souza**

Robenilton dos Santos Luz**

O presente artigo se propõe a analisar alguns aspectos do atual momento vivido pelo agronegócio brasileiro, procurando situar sua evolução no primeiro semestre/2006 e pontuando os contornos da crise de liquidez e renda que marcou um arrefecimento no seu dinamismo.

Em termos conjunturais, a agropecuária acompanhou no segundo trimestre de 2006 a desaceleração de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) da economia brasileira, apresentando uma taxa de crescimento de 0,8%, menor que o 1,1% obtido no primeiro trimestre deste ano, refletindo a política de juros e câmbio que vem penalizando o setor produtivo nacional (SANTOS,2006). A adoção da ortodoxia na gestão das políticas monetária e fiscal pôs a economia real sob o jugo de um regime caracterizado pelo objetivo único do combate à inflação – através de metas rígidas –, daí resultando um desempenho inferior para a economia brasileira, comparado às suas possibilidades ou aos resultados atingidos contemporaneamente por países similares, em especial os chamados países emergentes. A política de sobrevalorização cambial, aliada às altas taxas de juros, boicota a *performance* do setor externo brasileiro numa fase de bonança da economia global.

A agropecuária se insere nessa conjuntura macroeconômica de forma dependente das políticas setoriais do Governo e das oscilações do mercado internacional de *commodities*. Não é de se estranhar, então, que seu desempenho esteja aquém do ritmo “aquecidamen-

te morno” da economia brasileira no período recente. Como o campo apresenta características específicas que tornam suas crises muito mais críticas, enfocarse-á neste texto, além dos aspectos abrangentes, as conseqüências dos problemas de gestão “da porteira para dentro” da economia agropecuária, em um panorama mais geral da crise no setor, complementadas com algumas observações sobre as medidas setoriais que têm sido adotadas pelo Estado.

Como adendo, achou-se oportuno apontar algumas movimentações que ocorrem em Brasília, a respeito de mudanças nos critérios de Reforma Agrária e de disputas em torno das questões de biossegurança.

A crise de liquidez e renda do agronegócio

Em 1994, o processo de estabilização inflacionária contou com a ajuda fundamental dos produtos alimentícios. O excesso da produção agrícola, setor que não costuma se precaver de mudanças no cenário econômico, derrubou os preços e contribuiu parcialmente para o sucesso da recém adotada Unidade Real de Valor (URV). Doze anos depois, guardadas as

* Professor da Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA e membro do Núcleo de Estudos Conjunturais FCE/UFBA.

** Graduando na Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA e membros do Núcleo de Estudos Conjunturais FCE/UFBA.

O excesso da produção agrícola, setor que não costuma se precaver de mudanças no cenário econômico, derrubou os preços e contribuiu parcialmente para o sucesso da recém adotada Unidade Real de Valor (URV)

devidas proporções, a política econômica ainda precisa de uma crise a se refletir nos preços dos produtos agrícolas – especialmente do setor alimentício – para conter a inflação, mantida desta vez na meta estabelecida pela autoridade monetária.

No mês de maio próximo passado, por exemplo, nas palavras de Luciano Carvalho, assessor técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), o trabalhador comprou com um salário mínimo o equivalente a quase duas cestas básicas ao preço médio nacional de R\$ 179,00: “Os assalariados pagaram, à custa do setor rural, o menor preço dos últimos 20 anos pelo alimento” (ZANATTA; LOPES, 2006). Assim, seja com recordes na balança comercial, seja com queda na inflação, o setor agrícola vem servindo aos objetivos da política econômica governamental. Por exemplo, o balanço de comércio do agronegócio brasileiro apresentou no período jan./ago.2006, segundo dados do Ministério da Agricultura, um superávit de US\$27,592 bilhões (Exportações = US\$ 31,774 bilhões – Importações = US\$ 4,182 bilhões), com destaque para cereais, farinhas e suas preparações, açúcar e álcool (SUPERAVIT...,2006).

Apesar do contraste com a pujança demonstrada até a safra 2004/05, o agronegócio passa por uma grave crise de liquidez e de renda, o que não é exatamente uma novidade. As crises do campo são cíclicas, e o comportamento dos produtores durante as fases de alta é determinante para se compreender as dificuldades que enfrentam nas fases de baixa. Na última fase áurea, quando a agricultura protagonizava constantes recordes e guinava o *superávit* da balança comercial, os produtores não se preocuparam em pagar suas dívidas e em se proteger de futuras mudanças na conjuntura então amplamente favorável, com elevação nos preços do mercado internacional

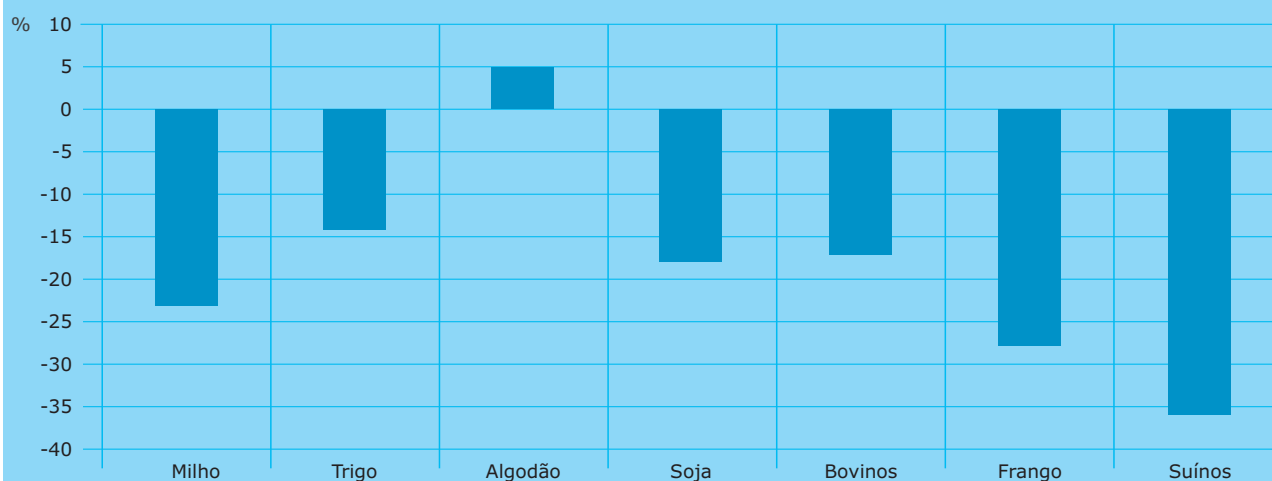
de *commodities* e câmbio desvalorizado. Ao contrário, endividaram-se ainda mais comprando máquinas e equipamentos para aumentar a produção, além de insumos e fertilizantes.

Talvez por esse motivo, a atual crise ocorre em um contexto agravante, em que fornecedores, indústria e cooperativas detêm 60% da dívida do produtor rural – maioria, portanto, em relação aos bancos. O medo é com a possibilidade de “efeito cadeia”, especialmente “antes da porteira” da fazenda. A indústria, por exemplo, prevê uma retração de 6% nas entregas de fertilizantes em 2006, caindo para 19 milhões de toneladas – patamar equivalente ao de 2002 (a queda de 2005 foi de 14,4% em relação às entregas em 2004).

Outra evidência importante de que o comportamento dos produtores na fase favorável do ciclo foi determinante para a atual crise baseia-se na manutenção da inadimplência àquela época. O reflexo direto dessa alta inadimplência é que, agora, está mais difícil conseguir crédito no setor privado e comprar a prazo. Para piorar a situação dos produtores, os preços dos insumos agrícolas não têm caído na velocidade da valorização cambial e os combustíveis subiram, elevando bastante os custos do transporte, tudo resultando num aumento nos custos de produção. Do outro lado do processo, a diminuição dos preços agrícolas domésticos se refletiu na queda de renda do setor, o que pode ser evidenciado através do IPR (Índice de Preços Recebidos pelos Produtores), que caiu 6% no período compreendido entre janeiro de 2004 e fevereiro de 2006. No mesmo período, o IPP (Índice de Preços Pagos) ampliou-se em 15%, e a inflação medida pelo IGP-DI, 13,4%, segundo estudo de Luciano Carvalho, Assessor Técnico da CNA. Neste sentido, fica evidente a distorção entre as receitas auferidas e as despesas do setor agrícola.

Os preços dos insumos agrícolas não têm caído na velocidade da valorização cambial e os combustíveis subiram, elevando bastante os custos do transporte, tudo resultando num aumento nos custos de produção

Gráfico 1
Varição de preços de alguns produtos agrícolas e do complexo carnes:
Brasil, maio-jun/2006 / maio-jun/2005



Fonte: IPEA. Elaboração própria

A valorização cambial é uma das principais responsáveis pelo desempenho do campo, que em 2004 representou 40% das exportações brasileiras e agora perde competitividade no mercado internacional. A crise de rentabilidade também é explicada pelo câmbio, pois o produtor comprou os insumos a determinado preço e a valorização progressiva do real dificultou a venda acima dos custos de produção. O câmbio “gera o descalabro entre o plantio e a colheita, que resulta em perda de renda”, afirmou o então Ministro da Agricultura Roberto Rodrigues (BRASIL, 2006).

Ademais, pragas que acometeram o cultivo de algumas culturas e variações climáticas adversas prejudicaram mais intensamente as últimas safras. As chuvas abandonaram o Sul e concentraram-se no Centro-Oeste.

A sojicultura, principal item do setor agrícola do país, é o melhor exemplo do momento vivido pelo setor. O complexo soja movimenta R\$ 64 bilhões por ano. Nas últimas três safras, o setor sofreu perdas diretas de US\$ 4,5 bilhões com os efeitos da seca; já a ferrugem trouxe prejuízos de US\$ 7,8 bilhões desde que chegou ao país, em 2001, nas contas de José Tadashi, da Embrapa Soja (FERRUGEM, 2006). A safra 2005/06 foi atacada pela ferrugem pela primeira vez em escala nacional. Mesmo assim, há excesso de oferta, que pressiona os preços para baixo. Depois de alavancar o sucesso do agronegócio, a soja oferece hoje o mesmo percentual da renda atingida na safra 2002/03. Muitos produtores estão abandonando o plantio do

grão para criar gado ou outros cultivos agrícolas. Contudo, a ligeira reação nos preços da soja e as previsões para o ano indicam que esta continuará a ser a vedete das exportações do agronegócio.

O complexo soja teve um dos melhores desempenhos das exportações nos sete primeiros meses de 2006, com crescimento de 4,3%

O complexo soja teve um dos melhores desempenhos das exportações nos sete primeiros meses de 2006, com crescimento de 4,3%. As expectativas – antes muito pessimistas sobre a próxima safra – agora apontam que a soja manterá o ritmo, mas a recuperação do setor provavelmente só se dará efetivamente na safra 2007/08.

Já no caso do complexo carnes, o centro da crise é diferente. Depois do alarde na imprensa e do medo dos analistas quanto aos efeitos dos casos de doenças infecciosas nos rebanhos bovino, suíno e avícola, descobre-se que o grande problema das exportações do complexo carnes é um antigo conhecido de quase todos os setores exportadores: o protecionismo. Primeiro, os importadores estrangeiros embargaram a entrada em seus mercados dos produtos brasileiros de áreas não afetadas pela febre aftosa, gripe aviária

e similares. Agora, protelam o fim das restrições às importações. O caso mais escandaloso é o da Rússia, maior consumidor das nossas carnes bovina e suína, que adia o quanto pode a liberação das importações brasileiras. Cedeu até agora para dois Estados, num conjunto de oito embargados. Entre eles, Santa Catarina é o que mais exporta carne suína, a um preço muito mais competitivo do que a carne russa que o Governo daquele país quer proteger.

Na selva do comércio internacional, há quem se salve. As restrições que 50 países impõem à carne bovina estão sendo atropeladas pelo segmento *in natura*. Houve um crescimento de 4,6% no valor exportado em julho de 2006, segundo nota mensal do Ministério da Agricultura. Mas o péssimo desempenho do frango e dos suínos derrubou em 15,3% as exportações somadas do complexo carnes.

Há quem comemore o desempenho geral das exportações do agronegócio, que totalizaram US\$ 26,595 bilhões no primeiro semestre de 2006, 9,6% acima do valor exportado no mesmo período de 2005. Mas o dinamismo dos indicadores arrefeceu bastante, como resultado de uma política cambial que, a exemplo das políticas monetária e fiscal, trabalha contra o setor produtivo nacional.

Para se ter idéia do custo do “xiitismo” em política econômica, é só olhar o cenário internacional. As projeções feitas para a produção agrícola mundial nos próximos anos são favoráveis aos países periféricos, como afirma o relatório *Agricultural Outlook 2006-2015*, organizado pela OCDE e pela FAO/ONU. Apesar de apresentar taxas de crescimento em ritmo menor, o aumento esperado deve refletir o bom desempenho das economias “emergentes” e a disseminação de certas culturas como matérias-primas para a produção de biocombustíveis. O relatório aponta a continuidade de um clima macroeconômico favorável, com forte crescimento econômico dos países que compõem a OCDE e dos principais emergentes – especialmente China, Índia e Rússia –, o que mantém a demanda por *commodities* aquecida. Neste sentido, países como o Brasil e a Argentina deverão se beneficiar desse crescimento virtuoso do agronegócio em escala mundial, aproveitando-se do aumento da demanda por grãos e carnes em outros mercados. Porém, o estudo chama a atenção de que as perspectivas favoráveis à economia mundial dependem de alguns fatores, como os *déficits* gêmeos dos EUA e a política monetária restritiva implementada no Japão e na Zona do Euro.

O estudo da OCDE, em parceria com a FAO, conclui que são boas as perspectivas do agronegócio nos próximos anos em termos das possibilidades que se abrem para os empresários do setor, principalmente nos empreendimentos localizados nos países emergentes

O estudo da OCDE, em parceria com a FAO, conclui que são boas as perspectivas do agronegócio nos próximos anos em termos das possibilidades que se abrem para os empresários do setor, principalmente nos empreendimentos localizados nos países emergentes. Neste sentido, essas instituições admitem que, “particularmente Brasil, Índia e China estão se transformando no novo epicentro de forças que delineiam a produção e o comércio agrícola mundial” (Ibid, 2006). A agricultura brasileira está pronta para a tarefa?

De acordo com as projeções do setor, não no momento. Segundo estimativas da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA) da Universidade de São Paulo, o PIB do agronegócio deve cair 1,91% neste ano, de R\$ 537,63 bilhões para R\$ 527,38 bilhões. Uma das consequências possíveis, segundo a CNA, seria a perda de peso do segmento no PIB brasileiro: a participação do agronegócio cairá de 27,8% para 26,4% do PIB, a menor em 10 anos e bem abaixo dos 30% de 2003 (AGRONEGÓCIO..., 2006).

As expectativas pessimistas do setor têm certo fundamento, mas não deixam de compor a cena dramática que os ruralistas estão acostumados a representar. Dramatizar a crise é tático, já que estão em pleno vigor as tentativas de ampliar os benefícios além do que já foi concedido através do Plano de Safra 2006/07. Antes, em maio, produtores de grãos chegaram a parar cidades em diversas mobilizações, bloqueando estradas e invadindo órgãos públicos. Os reivindicantes exigiam a intervenção do governo na crise que afeta principalmente esse segmento agroexportador e o complexo carnes. O ponto central era a renegociação das dívidas do setor agrícola,

que já se acostumou a sobreviver às custas de uma crescente dependência financeira do Estado.

No final de maio, o governo anunciou o Plano Agrícola e Pecuário da Safra 2006/07, iniciada oficialmente em julho, que vai destinar R\$ 60 bilhões para o setor produtivo. Do total, R\$ 50 bilhões irão para a agricultura comercial, valor 13% superior ao destinado na safra anterior. Os limites, totais e individuais, de crédito de custeio da safra foram elevados, de acordo com determinadas culturas e regiões. Trata-se de prorrogações automáticas – o resto poderá ser negociado com cada produtor. As dívidas de custeio da atual safra são calculadas no total em R\$ 26 bilhões.

O terceiro pacote de “socorro” ao setor incluiu o refinanciamento das parcelas de 2005 e 2006 de débitos antigos (e prorrogados desde 1995) por mais cinco anos

O terceiro pacote de “socorro” ao setor incluiu o refinanciamento das parcelas de 2005 e 2006 de débitos antigos (e prorrogados desde 1995) por mais cinco anos. Apenas entre 2000 e 2005, o financiamento desses débitos custou R\$ 9,1 bilhões aos cofres públicos. Desta vez, devem ser beneficiados R\$ 600 milhões dos R\$ 7,7 bilhões em dívidas atrasadas nos programas de securitização, de saneamento de ativos (Pesa) e de recuperação das cooperativas (Recoop), já que se restringem apenas aos produtores que não deram calote na boa fase do setor (pela regra, que pagaram no mínimo até a parcela de dezembro de 2004). Os critérios adotados para acesso ao crédito são importantes, já que estimulam a adimplência. O temor dos calotes é tão grande que o Banco do Brasil, de onde está prevista a saída da maior parte dos recursos – R\$ 39 bilhões –, elevou em R\$ 1,4 bilhão a provisão. Para se ter uma idéia do que essa soma significa, basta informar que esse valor equivale a 35% do lucro da instituição no primeiro semestre do ano.

As providências foram incluídas na Medida Provisória 303, que os agricultores já conseguiram ampliar, tendo o Governo editado nova MP no final de agosto desse ano, aumentando os benefícios através de re-

financiamento de dívidas atrasadas em 2005 e 2006, no valor de R\$ 500 milhões (SAI...,2006). E ainda vai liberar R\$ 1,6 bilhão só para os cafeicultores, que não passam por crise alguma (CMN...,2006). A política de socialização das perdas adotada pelo *agribusiness*, portanto, funciona – e quem paga é o contribuinte. Além dos custos para os cofres públicos, financiados por toda a sociedade, o crédito direcionado eleva as taxas de juros para a sociedade em geral.

“[O plano] É um reconhecimento explícito e profundo do governo ao setor”, disse o então Ministro Roberto Rodrigues (SAFRA NOVA, 2006). Sem dúvida, exceto talvez para os produtores, que pediram mais. Talvez fosse melhor reconhecer a importância do setor – e de todos os outros – intervindo no câmbio, que afeta a competitividade das exportações, e diminuindo a taxa de juros, que pressiona o câmbio para baixo e o custo do crédito para cima.

Mas só essas medidas, apesar de eficientes no curto prazo, não bastam. Cálculos do próprio Plano de Safra indicam que o volume de recursos cresceu 143% desde a primeira safra sob o Governo Lula. Diz o texto do Plano:

Os recursos para financiar o custeio e a comercialização, que na safra 2002/2003 somaram R\$ 14,3 bilhões, foram ampliados em 190%. As linhas para financiar os investimentos na agricultura cresceram 71%, comparados aos R\$ 5,03 bilhões da safra 2002/2003 (PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO, 2006).

Ou seja, o crédito para garantir a renda dos produtores cresce 2,7 vezes mais do que os investimentos no setor. Os recursos para investimento na safra 2006/07 caíram 23% em relação à anterior, para apenas R\$ 8,6 bilhões. Esse descaso se reflete em problemas estruturais vividos pela economia rural e é ainda mais grave frente às perspectivas desenhadas para o *agri-*

A agropecuária brasileira é uma das mais competitivas, mas precisa de avanços estruturais só propiciados pelo investimento produtivo.

business no mundo. A agropecuária brasileira é uma das mais competitivas, mas precisa de avanços estruturais só propiciados pelo investimento produtivo. Por isso é grave a diminuição dos investimentos no setor, assim como a carência de uma política de desenvolvimento para o campo.

Também é recomendável não se deixar enganar pela visão tão pessimista que os produtores veiculam. A crise não é generalizada. O seu ponto central, de fato, é que ela atingiu a maioria das grandes culturas do país – soja, algodão, milho, arroz e trigo – e, ao mesmo tempo, quase todo o complexo carnes. Mas, na verdade, existem setores que estão superando o câmbio valorizado e aproveitando a boa fase da demanda internacional de *commodities*. É o caso do café, que se beneficiou do clima favorável nos principais estados produtores e colherá uma boa safra. Além disso, o mercado internacional do produto está sob os efeitos de uma elevação expressiva nos preços desde 2004. Os cafeicultores investiram em tecnologia após a grave crise dos preços internacionais de meia década atrás, e agora colhem ganhos de produtividade. O Gráfico 2 mostra que esse avanço na produtividade por hectare não foi isolado, abrangendo todo o setor de grãos, pelo menos nas últimas safras.

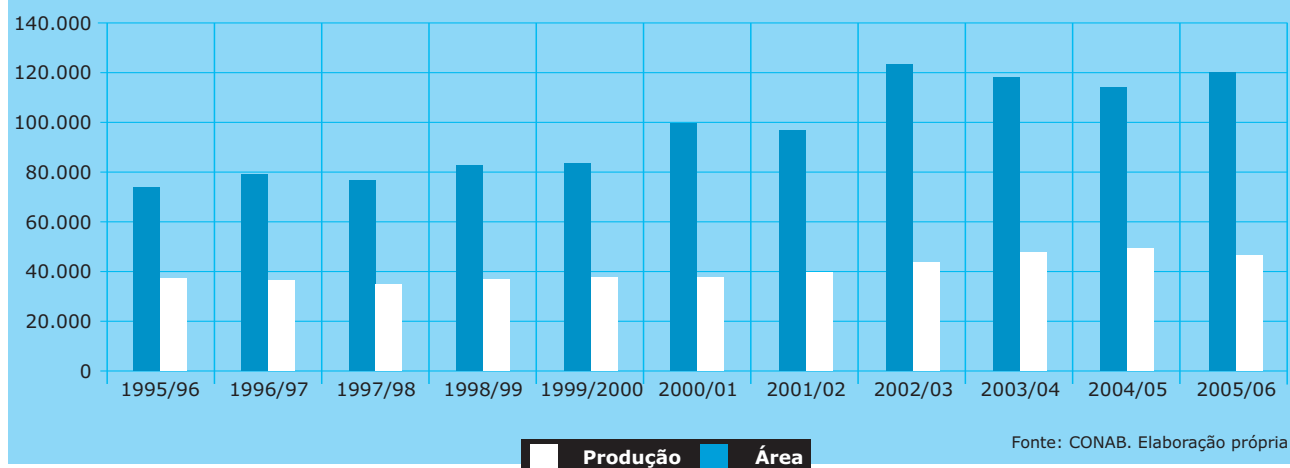
Pode-se citar, entre os segmentos que estão em fase ascendente, também açúcar, álcool e laranja. O setor sulcroativo bate sucessivos recordes de exportação com a demanda em processo acelerado de crescimento. Os problemas climáticos no

estado norte-americano da Flórida podem melhorar ainda mais as perspectivas dos produtores de laranja brasileiros.

Não só alguns segmentos estão aproveitando a boa fase internacional, como também há sinais de arrefecimento da crise. A compra de máquinas agrícolas ensaiou leve reação nos primeiros sete meses do ano, com um crescimento de 2% em relação ao mesmo período de 2005. Se, por um lado, há uma inflexão na indústria de bens de capital agrícola para o mercado interno e conseqüente queda nos preços, devido à valorização cambial que solapou as vendas externas, por outro se pode inferir que os agricultores ainda têm algum fôlego para investir em produção. A expectativa é que a produtividade aumente com as novas máquinas. Segundo os dados da CONAB, a produtividade por hectare voltou a crescer na safra 2005/06. A produção de grãos aumentou 5,1% em relação ao ciclo anterior, embora com a primeira queda desde 1996 na área plantada, de 3,7%. Se essa for de fato a fase mais aguda da crise e as perspectivas futuras se comprovarem melhores, o caminho para a recuperação pode já estar se delineando.

Segundo a RC Consultores, a receita do setor crescerá 3,8% em 2007, alavancada pela demanda do segmento sucroalcooleiro e pela recuperação dos preços internacionais de alguns grãos (BOUÇAS, 2006). As quedas no produto que o campo vem apresentando desde o terceiro trimestre de 2005 têm sido sucessivamente menores e é provável que já tenham cessado, abrindo caminho para uma possível recuperação a partir dessa safra.

Gráfico 2
Safra brasileira de grãos: Brasil, 1995 - 2006



Pressões por mudanças nos critérios balizadores da reforma agrária e biossegurança

Antes de sair da Pasta da Agricultura do Governo Federal, Roberto Rodrigues fechou proposta de revisão para o índice de produtividade das lavouras em consenso com o também ex-ministro Miguel Rosseto, do Desenvolvimento Agrário, ligado ao movimento pela terra, conforme notícia publicada pela imprensa (ZANATTA, 2006). Os índices utilizados até então datavam de 1975 e, pela regra, deveriam ser reajustados a cada 15 anos. A nova metodologia, de um modo geral, ajusta os dados para cima, que estarão mais próximos da média histórica registrada até 2004, tomando como base municípios com os 40% piores índices de produtividade no principal estado produtor da cada cultura (Ibid, 2006).

A nova metodologia, de um modo geral, ajusta os dados para cima, que estarão mais próximos da média histórica registrada até 2004

Essa nova metodologia atenderá as 99 mil propriedades (2% do total) com mais de 15 módulos fiscais – equivalentes a 52% da área total. *A priori*, os novos índices parecem beneficiar os sem-terra, já que alguns foram até dobrados no reajuste. Com efeito, entidades como a Contag e o MST vêm pressionando o governo para que proponha uma nova lei, segundo se comprometeu em 2005, sem explicitar se têm conhecimento de alguma proposta. O Governo resolveu evitar o risco político em período eleitoral e engavetou-a, pois a nova proposta de índices de produtividade, revelando a intenção de agradar tanto os grandes produtores quanto os movimentos de redistribuição de terras, poderá eventualmente acabar desagradando a ambos.

Além disso, uma outra questão em disputa é a pauta de reivindicação de parcela dos produtores agrícolas junto à Esplanada dos Ministérios quanto ao funcionamento da Comissão Técnica Nacional de Biosse-

gurança (CTNBio), que vem sendo pressionada por causa da lentidão nos processos de liberação dos organismos geneticamente modificados. As críticas recaem sobre a necessidade do *quorum* de dois terços para deliberação dos pedidos de liberação das atividades comerciais com transgênicos. De um lado, estão os Ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário e a Secretaria da Pesca, apoiados por organizações não-governamentais (ONG's) ambientalistas e movimentos sociais, preocupados com as consequências ambientais e de saúde das operações com transgênicos. Do outro, os Ministérios da Ciência e Tecnologia e da Agricultura, afinados com os interesses privados das transnacionais do segmento e com entidades como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que atacam a estrutura da CTNBio e criticam a “politização” do debate científico na Comissão.

Pelo mesmo motivo que engavetou a proposta dos novos índices de produtividade, o Governo não quis decidir por um dos lados e tomou apenas medidas paliativas para tentar agilizar o andamento dos processos na Comissão. Apesar das propostas de maioria simples, manteve-se o *quorum* antigo. Na reunião seguinte da Comissão, a pauta foi enxugada e os críticos se acalmaram.

Por sua própria função, a CTNBio só poderia ser técnica em seu nome. Afinal, dispõe sobre questões de natureza estratégica e de segurança ambiental e alimentar, e pode regular atividades de transnacionais poderosas em território nacional. Apenas empresas estrangeiras têm capital e tecnologia de ponta para explorar o mercado da manipulação genética, e se sabe que elas têm ampliado bastante suas atividades no Brasil, apesar da proibição legal. As organizações ambientais também denunciam que vários produtos alimentares contêm ingredientes geneticamente modificados e são comercializados sem aviso ao consumidor, questões que por sua abrangência e impacto interessam a toda a comunidade nacional.

As informações alinhadas no presente texto permitem chegar-se às seguintes conclusões preliminares quanto ao comportamento do agronegócio brasileiro no primeiro semestre de 2006: a) trata-se de um segmento cujo comportamento conjuntural depende da política setorial do Governo e das oscilações do mercado internacional de *commodities*; b) a política de juros e câmbio valorizado vem provocando uma

desaceleração nas taxas de crescimento do PIB setorial; e c) a alta inadimplência do agronegócio, que não aproveitou a conjuntura anterior de elevação de preços no mercado internacional de *commodities* e de câmbio desvalorizado para regularizar suas contas e sanar suas dívidas, terminou gerando em 2006 uma grave crise de liquidez e de renda, em parte contornada com o pacote do Governo que refinanciou parcelas vencidas em 2005 e 2006 de débitos antigos por mais cinco anos.

Como se depreende dos dados do Plano Agrícola e Pecuário de 2006, o crédito para garantir a renda dos produtores entre as safras 2002/2003 e 2006/2007 cresceu 2,7 vezes mais do que os investimentos no setor, sendo que para a nova safra caíram 23% em relação à anterior (PLANO...,2006), donde, tudo indica que há perspectivas de agravamento de problemas estruturais provocados por carência de investimentos produtivos no setor.

Referências

AGRONEGÓCIO pode perder fatia no PIB global. *Valor Econômico*, São Paulo, 23 ago. 2006. p. B-12.

BALANÇA Comercial do Agronegócio. Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/pls/portal/docs/PAGE/MAPA/BALANCA_COMERCIAL_28062006/BC_MENU_LATERAL_INDICADORES/BC_INDICADORES_AGRONEGOCIO/NOTA%2007-2006.DOC>. Acesso em: 21 ago. 2006.

BOLETIM POLÍTICA AGRÍCOLA. IPEA. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 10 jun. 2006.

BOUÇAS, Cibelle. Receita agrícola deve ter alta de 3,8% em 2007, para R\$ 107,3 bi: Estimativa da RC Consultores prevê um aumento dos preços internacionais dos grãos. *Valor Econômico*, São Paulo, 25, 26 e 27 ago. 2006. p. B-13.

BRASIL – economia avança em marcha lenta. Salvador: Núcleo de Estudos Conjunturais FCE/UFBA, 14 jun. 2006. p. 16-22.

CMN aprova ajuda extra de R\$ 1,6 bi a setor de café. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 19 ago. 2006. p. B-9.

COMISSÃO Técnica Nacional de Biossegurança (CTN-Bio). Disponível em: <www.ctnbio.gov.br>. Acesso em: 28 ago. 2006.

FERRUGEM e seca são os desafios para a soja. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 09 jun. 2006. p. B-7.

PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO 2006/2007. Disponível em: <<http://www2.fae.com.br/docs/PlanoAgricolaPecuario200607.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2006.

SAFRA nova terá mais recursos subsidiados. *Valor Econômico*, São Paulo. Disponível em: <<http://www.valoronline.com.br>>. Acesso em: 10 jun. 2006.

SAI a MP com nova “bondade” a produtores. *Valor Econômico*, São Paulo, 18, 19 e 20, ago. 2006. p. B-12.

SANTOS, Chico. Indústria cai e consumo sobe no PIB trimestral. *Valor Econômico*, São Paulo, 1, 2 e 3. set. 2006. p. A-3.

SUPERAVIT do Agronegócio bate recorde. *Valor Econômico*, São Paulo, 8, 9 e 10. set. 2006. p. B-10.

ZANATTA, Mauro. Consenso nos índices de produtividade: revisão proposta “acomoda” desenvolvimento agrário e agricultura, mas deve gerar polêmicas. *Valor Econômico*, São Paulo, 27 jul. 2006. p. B-12.

_____. LOPES, Fernando. Campo perde peso na economia nacional: se a economia brasileira crescer 3% em 2006, a fatia do agronegócio no PIB deverá cair para 26,5%. *Valor Econômico*, São Paulo, 13 jul. 2006. p. B-12. ■

A eletrificação rural na Bahia: entraves e programas

Nicia Moreira da Silva Santos*

A questão da eletrificação rural na Bahia se constitui num dos mais graves problemas de infra-estrutura, pois o Estado possui um dos menores índices de atendimento de energia elétrica às áreas rurais. Observando a Tabela 1 podem ser verificados os números relativos a tal abastecimento.

Analisando comparativamente as regiões brasileiras, pode-se destacar que a região Nordeste apresenta o maior percentual do total de domicílios sem energia elétrica do país, aproximadamente 57%, com cerca de 1,4 milhões de domicílios não beneficiados com a eletrificação. A Bahia constitui-se, em termos absolutos, como o estado que tem o maior índice de não atendimento elétrico (17,71 %), possuindo cerca de 433 mil domicílios sem energia elétrica.

No que tange à área rural, como ilustrado na Tabela 2, ela concentra a maior parte da população sem acesso à eletricidade (86,4%), representando um total de 2,1 milhões de domicílios rurais em todo o país. A região Nordeste apresenta o maior percentual de domicílios rurais sem atendimento elétrico com 1,2 milhões de domicílios ou 58,8%, derivados, sobretudo, das condições de grande dispersão geográfica, predominância de comunidades geralmente com poucos habitantes e distantes da rede convencional.

* Pesquisadora da SEI e economista pela Faculdade de Ciências Econômicas/ UFBA.

Tabela 1
Domicílios não-eletrificados: Brasil e Regiões, 2000

Região	Domicílios eletrificados	Domicílios não-eletrificados	Total domicílios	Percentual não-eletrificados	Percentual região/país
Norte	2.290.675	518.129	2.808.804	18,45	21,19
Nordeste	9.996.237	1.404.840	11.398.077	12,30	57,34
Bahia	2.746.770	433.052	3.179.822	13,62	17,71
Sudoeste	19.967.332	248.064	20.215.396	1,23	10,15
Sul	7.057.199	143.979	7.201.178	2,00	5,89
Centro-Oeste	3.020.374	132.907	3.153.581	4,21	5,44
Total	42.331.817	2.444.919	44.776.736	5,46	100,00

Fonte: IBGE, 2000.

Tabela 2
Domicílios não-eletrificados: área rural e urbana, 2000

Região	Área urbana			Área rural		
	Número de domicílios	Sem iluminação elétrica	Percentual do país	Número de domicílios	Sem iluminação elétrica	Percentual do país
Norte	2.041.485	50.870	15,30	767.320	467.259	22,10
Nordeste	8.160.897	159.917	48,20	3.237.182	1.241.928	58,80
Sudoeste	18.490.460	5.818	17,60	1.724.938	189.548	9,00
Sul	5.927.755	37.651	11,40	1.273.423	106.328	5,00
Centro-oeste	2.749.356	24.693	7,40	403.925	108.215	5,10
Total	37.369.953	331.649	100,00	7.406.788	2.110.278	100,00

Fonte: IBGE, 2000.

Vale destacar que, do total de 13,1 milhões de baianos, segundo o Censo Demográfico (IBGE, 2001), aproximadamente 4,3 milhões residem no meio rural. A maioria encontra-se em comunidades-núcleos altamente dispersas, não atendendo a nenhum critério de aglomeração, existência de serviços ou densidade populacional, bem como apresentam atividades essencialmente agrícolas e pluriativas (DÓRIA, 2002).

Em relação ao atendimento às áreas urbanas, encontra-se praticamente equacionado, com índice de eletrificação da área urbana de 99,1%, com somente cerca de 330 mil domicílios sem acesso à energia elétrica.

Limitações para a expansão da eletrificação

A universalização do acesso à energia elétrica se constitui num grande desafio às distribuidoras, tendo em vista o tamanho do mercado a ser atendido e suas características. Mesmo havendo consenso quanto à importância da universalização, o principal entrave está no volume de recursos necessários para realizar o empreendimento. Em 2003, tal volume atingiu aproximadamente R\$ 7,3 bilhões, segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL (ANEEL, 2003).

As dificuldades de atendimento das áreas rurais são intrínsecas às próprias características do mercado: além da dispersão geográfica, que acarreta altos investimentos iniciais, há o baixo consumo por unidade, que aumenta significativamente o tempo de recuperação do investimento. Como forma de sobrepor essas dificuldades, faz-se necessária a

particularmente no que se refere às novas fontes de suprimento elétrico (UFRJ, 1998).

Tais particularidades, citadas anteriormente, levantam uma série de questionamentos, como o prazo em que esse mercado poderá ser atendido e, principalmente, qual será a tecnologia de menor custo para atendê-lo com qualidade, segurança e continuidade.

Segundo Gouvello (1999), estudos realizados no Semi-árido baiano envolvendo 95 comunidades mostraram que elas são constituídas em média por 22 domicílios, com uma dispersão de 1,4 Km entre eles, distantes 4,3 km da rede elétrica e a 5,6 Km de estradas asfaltadas. Esses dados retratam o grande isolamento das comunidades rurais situadas no interior da Bahia.

Com isso, há uma série de limitações à implementação da energia elétrica no campo. A principal refere-se ao fato de que em comunidades relativamente pequenas e situadas em locais distantes da rede, o custo da extensão de redes de transmissão e distribuição, dada uma carga extremamente reduzida, é elevado, inviabilizando a eletrificação através da rede convencional (a partir de postes, fios e outros equipamentos). Acrescenta-se a isto a falta de interesse da concessionária depois da privatização. Portanto, faz-se necessária a utilização de outras fontes de energia, mais econômicas e que possam adequar-se às tais condições, como as energias renováveis.

Entretanto, deve-se ressaltar que tal quadro de não-eletrificação rural no Nordeste deriva ainda da “falta de vontade política” em expandir a rede elétrica para comunidades pobres, mesmo nas condições acima citadas, ou seja, priorizam-se outras áreas para investimentos públicos.

As dificuldades de atendimento das áreas rurais são intrínsecas às próprias características do mercado

ênfase na busca da minimização de custos, na definição de padrões técnicos compatíveis com a realidade socioeconômica da região, na formulação de uma estrutura tarifária adequada e na organização de arranjos institucionais indutores de inovações,

Programas de eletrificação rural na Bahia

A eletrificação das áreas rurais baianas vem, historicamente, sendo realizada através de programas governamentais, pois as grandes dimensões territoriais do estado, a enorme dispersão geográfica entre as comunidades, as condições de extrema pobreza em que vive a maioria da população do campo e o baixo nível de consumo elétrico dos domicílios a serem atendidos nas áreas remotas constituem-se em fatores desestimulantes à universalização do acesso à energia elétrica realizada apenas pela concessionária.

Para Correia (2002), a própria configuração do sistema elétrico do estado, baseado quase que exclusivamente em rede de distribuição alimentada por energia hidráulica, e sua lógica de expansão, a partir da extensão dos circuitos elétricos, também contribuem para dificultar o processo de universalização.

As concessionárias de distribuição de energia elétrica têm colocado em primeiro lugar o atendimento a clientes através da expansão dos circuitos segundo a lógica do setor, ou seja, prioriza-se o atendimento a clientes localizados ao longo dos circuitos já existentes, não incorrendo em investimentos tão elevados. Entretanto, para aqueles que estão localizados em áreas remotas, muito afastados do sistema elétrico principal, existe a necessidade de altos investimentos para transmissão e distribuição. Assim, esses consumidores, por exigirem baixo nível de consumo energético, não são atendidos devido ao custo dessas ligações sem a conseqüente contrapartida financeira. Desse modo, a eletrificação nessas regiões é geralmente implementada por meio de programas de finalidade social de iniciativa dos governos Federal e Estadual e de organizações do terceiro setor, apoiados sempre em fortes subsídios de setores públicos e internacionais, uma vez que os investimentos são extremamente altos em relação ao poder aquisitivo da população da área rural. Segundo Gouvello e Poppe (1997), cerca de 66% da população da área rural não atendida com energia elétrica têm renda inferior a R\$ 150,00, gastando no mesmo período R\$ 10,00 com energia (querosene, pilhas, velas etc).

Os programas de eletrificação rural atualmente existentes no país caracterizam-se pela magnitude dos seus objetivos e pelo uso de novas tecnologias de geração, sobretudo as de geração distribuída, baseadas em fontes renováveis de energia

Os programas de eletrificação rural atualmente existentes no país caracterizam-se pela magnitude dos seus objetivos e pelo uso de novas tecnologias de geração, sobretudo as de geração distribuída, baseadas em fontes renováveis de energia. Na Bahia, dois

programas destacam-se: o Programa PRODUIR, que abarca o Programa de Eletrificação Solar da CAR (Companhia de Ação e Desenvolvimento Regional) e o Luz para Todos, e o PRODEEM (Programa de Desenvolvimento Energético de Estados e Municípios).

Visto que a maioria dos domicílios sem acesso à energia elétrica encontra-se em áreas rurais, a concepção e realização de programas e ações promovidos pelos entes governamentais, tanto federais como estaduais, para atingir a eletrificação rural constitui-se num passo importante à medida que fatores como a alta dispersão geográfica entre as comunidades rurais, a baixa concentração populacional e as próprias condições econômicas dos agricultores inviabilizam a eletrificação tradicional (grandes redes de distribuição, postes etc).

A seguir serão discutidos os principais programas implementados no estado da Bahia com a finalidade de atender as comunidades rurais com energia elétrica.

Programa Luz para Todos (antigo Programa Luz no Campo)

O Programa Luz no Campo (PLC) foi implementado na Bahia em janeiro de 2000 objetivando a eletrificação em 397 municípios do estado. Os agentes envolvidos no projeto são: Centrais Elétricas Brasileiras (ELETROBRÁS) (financiador); Secretaria de Infra-Estrutura do Estado da Bahia (SEINFRA); Companhia de Engenharia Rural da Bahia (CERB) (tomador do empréstimo e contrapartida); Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA) (executor); e Prefeituras/ Associações Comunitárias (operadores).

Segundo Barreto *et al* (2003), o PLC representou o primeiro grande passo dado pelo governo Federal no intuito de ampliar o serviço de energia, não só pela dimensão do empreendimento (eletrificar cer-

O PLC representou o primeiro grande passo dado pelo governo Federal no intuito de ampliar o serviço de energia

ca de um milhão de domicílios rurais), mas também pelo uso dos instrumentos empregados para a realização. A utilização de recursos setoriais subsidiados, o respaldo dos contratos de concessão com as distribuidoras e a auditoria técnica realizada pela ELETROBRÁS foram às condições essenciais para consecução do programa.

O atendimento através do PLC considera os custos e a distância dos consumidores da rede elétrica. Em propriedades localizadas entre 0 e 50 km de distância da rede e com grau de dispersão menor do que 4 postes por consumidor, a eletrificação é feita da forma tradicional, com a extensão da rede através de postes. Entretanto, as residências e propriedades rurais com grau de dispersão superior a 4 postes por consumidor são atendidas através de sistemas solares fotovoltaicos, incorrendo, desta maneira, em menores custos. Assim, a eletrificação é composta por duas vertentes: a primeira consiste em expansão da rede em áreas progressivamente crescentes, onde o atendimento não requer qualquer ônus ao consumidor; e a segunda no atendimento com sistemas descentralizados, para os que se encontram nas áreas mais distantes. As comunidades rurais a serem atendidas são selecionadas pela SEINFRA/CERB, dentro das áreas a serem atendidas, em conjunto com a COELBA. Visando aperfeiçoar a gestão, foram priorizadas as localidades situadas no raio de 150 km das seguintes cidades pólos regionais: Serrinha, Seabra, Senhor do Bonfim, Bom Jesus da Lapa, Barreiras e Irecê.

A inclusão da energia solar fotovoltaica no Programa Luz no Campo configurou-se como forma natural da resolução do problema da universalização dos serviços de energia elétrica no estado, principalmente em regiões onde o custo de extensão da rede convencional se torna inviável se considerado o número reduzido de beneficiários.

O PLC reservou recursos para a instalação de 9.000 sistemas fotovoltaicos no estado a partir de 2002. No âmbito da universalização, considerando custos da rede elétrica acima de R\$ 4.000,00 por consumidor, são cerca de 50 mil consumidores potenciais que poderiam ser atendidos com sistemas fotovoltaicos domiciliares, havendo um aumento significativo na escala de atendimento com essa tecnologia (BARRETO *et al*, 2003).

A partir de 2004, o PLC foi revertido no Programa Luz para Todos, que contribuiu para a universalização de 17 municípios baianos em 2005. Com prioridade para

as cidades com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) inferior à média do Estado e localidades com atendimento energético inferior a 50%, o Luz para Todos vai beneficiar 357.970 famílias baianas, totalizando mais de 1,5 milhão de pessoas com acesso à energia elétrica até 2008. De 2004 até o momento, a Coelba e os governos federal, estadual e municipal investiram juntos mais de R\$ 400 milhões no Programa. Para levar energia às mais distantes localidades do interior, a Coelba instalou uma rede com extensão superior a 14 mil km e mais de 185 mil postes.

PRODUZIR (Programa de Eletrificação Rural da CAR)

O Programa de Eletrificação Rural da CAR, implantado em 1995, tem como objetivo atingir as populações mais carentes e remotas das áreas rurais e já se constitui como um dos maiores programas de energia solar da América Latina. Os agentes envolvidos na implementação são: CAR, empresa do Estado da Bahia criada em 1983, vinculada à Secretaria de Planejamento (SEPLAN); Conselhos Municipais (cerca de 360); Associações Comunitárias (cerca de 4 mil); Comunidades e usuários; e Fabricantes/Instaladores.

O Programa de Eletrificação Rural da CAR, implantado em 1995, tem como objetivo atingir as populações mais carentes e remotas das áreas rurais e já se constitui como um dos maiores programas de energia solar da América Latina

O Programa Produzir iniciou suas atividades em 1995, sendo que o emprego dos sistemas solares fotovoltaicos deu-se a partir de 1998. De acordo com informações da CAR, até o ano de 2005, 26.497 kits de sistemas fotovoltaicos foram implantados, perfazendo um total de 132.485 pessoas diretamente beneficiadas pelos projetos, sendo a maioria destinada para atender demandas residenciais, atendendo a 406 municípios.

Até 1997, o programa financiava projetos de extensão de rede elétrica. A partir de 1998, o programa financia

associações rurais situadas em áreas remotas, com recursos para aquisição de kits solares de 50 Wp. Além disso, o programa requer da comunidade beneficiada a manutenção, operação e reposição dos sistemas, sendo ela a responsável por gerir e conservar os equipamentos. O modelo da CAR propõe a criação de mecanismos técnicos e financeiros que possibilitem a manutenção dos equipamentos pela própria comunidade. Para que se justifique a implantação de um projeto de energia solar, foi definido como critério que a comunidade esteja distante no mínimo 10 Km da rede elétrica.

O programa PRODUZIR e todos os seus Sub-Programas, inclusive o de Energia, têm como fonte de recursos o Banco Mundial, participando com 75% do valor dos projetos, uma contrapartida do estado da Bahia de 15%, ficando 10% por conta das comunidades beneficiadas. A participação das comunidades se dá sob a forma de prestação de serviços (mão-de-obra para instalação) e apoio (transporte, refeição, hospedagem).

Os sistemas solares fotovoltaicos instalados não contemplam usos diretamente produtivos, a exemplos de irrigação ou pequenos motores. Indiretamente é possível a partir da instalação de sistemas exclusivamente para iluminação em Casas de Farinha (mandioca), cuja construção e equipamentos também são financiados pelo Programa PRODUZIR, o que tem possibilitado, inclusive, o trabalho noturno.

Dessa maneira, o modelo da CAR propõe a criação de mecanismos técnicos e financeiros que possibilitem a manutenção dos equipamentos pelas próprias comunidades. A compra dos equipamentos é feita pela comunidade, que deve estar organizada em forma de associações para participar do PRODUZIR.

PRODEEM - Programa de Desenvolvimento Energético de Estados e Municípios

O PRODEEM é coordenado pelo Departamento Nacional de Desenvolvimento Energético (DNDE), Ministério de Minas e Energia, sendo criado em 1994. O Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (CEPEL) é responsável pela parte técnica do programa, compreendendo as especificações técnicas, avaliações de projetos, treinamento técnico de pessoal, análises de desempenho etc. Na Bahia, cabe à Secretaria de Infra-Estrutura do Estado da Bahia (SEINFRA) as tarefas de identifica-

O objetivo do PRODEEM é promover o suprimento de energia às comunidades rurais de baixa renda, localizadas distantes da rede elétrica convencional

ção de micro-regiões para estudo de sustentabilidade e instalação dos sistemas solares fotovoltaicos.

O objetivo do PRODEEM é promover o suprimento de energia às comunidades rurais de baixa renda, localizadas distantes da rede elétrica convencional, sendo priorizada a eletrificação através dos sistemas solares fotovoltaicos. Nesses casos, o custo da extensão de redes de transmissão/distribuição é considerado alto, em função de diversos fatores: grandes distâncias, vegetação, rios, etc, de forma que geralmente não é economicamente viável, pois o consumo esperado de energia nestas comunidades é muito baixo.

Desde sua instituição, o PRODEEM tem utilizado a energia solar fotovoltaica para a energização de edificações comunitárias (escolas, postos de saúde, etc.) e acionamento de sistemas de bombeamento de água, sendo a aquisição dos equipamentos efetuada via licitação internacional. Os critérios para a participação são: estar a mais de 5 km da rede e possuir um IDH abaixo de 0,50. Foram implantados 1.272 sistemas fotovoltaicos no Estado, segundo o Ministério de Minas e Energia, sendo que 187 foram destinados ao bombeamento de água.

Três tipos de sistemas fotovoltaicos têm sido empregados no PRODEEM: sistemas fotovoltaicos de geração de energia elétrica, sistemas fotovoltaicos de bombeamento de água e sistemas fotovoltaicos de iluminação pública. Os sistemas são destinados apenas a aplicações comunitárias. Dentre as vantagens dessa iniciativa deve-se destacar o desenvolvimento social e econômico de áreas rurais, com impactos diretos no nível de emprego e a conseqüente redução dos ciclos migratórios em direção aos centros urbanos.

Além disso, o PRODEEM, através do BNB (Banco do Nordeste), oferece linhas de financiamento voltadas especificamente para a geração de eletricidade de

origem fotovoltaica em comunidades isoladas no Nordeste. Em atuação, instalou sistemas solares fotovoltaicos comunitários em cerca de 430 comunidades no interior baiano.

No Quadro 1, Fontoura (2002) descreve o número e os tipos de aplicação dos sistemas solares na Bahia promovidos pelo PRODEEM até 2002.

Quadro 1 Sistemas instalados pelo PRODEEM na Bahia	
Aplicação	Quantidade
Poços tubulares	133
Escolas	148
Postos de Saúde	9
Centros Comunitários	8
Iluminação Pública	132

Fonte: Fontoura, 2002

Segundo Ghirardi (1998), o programa tem o mérito de efetivamente romper as barreiras iniciais e difundir a tecnologia fotovoltaica no país. Contudo, sua maior dificuldade reside no fato de que, na expectativa de mercado em expansão, ele depende da construção de uma infra-estrutura de operação e manutenção capaz de responder aos problemas que possam vir a ocorrer.

Convênios para eletrificação da COELBA

A Coelba participou, entre 1994 e 1995, de dois programas de eletrificação independentes: o programa de cooperação COELBA/CIREN/CEPEL e o programa de cooperação COELBA/CEPEL/USDOE.

O programa do Centre International de Recherche sur l'Environnement et le Développement (CIREN), iniciativa da Fondation Energies pur le Monde, constitui-se num projeto piloto de eletrificação rural por sistemas fotovoltaicos em pequena escala, instalando 34 sistemas solares fotovoltaicos no estado em 1994.

O programa de convênio com o USDOE (Departamento de Energia dos EUA), o CEPEL e a COELBA teve o objetivo de estudar a viabilidade técnico-econômica da utilização de energia solar fotovoltaica para diferentes usos em 1995. O governo americano, com o intuito de criar novos mercados para sua tecnologia, doou

à CEPEL os equipamentos necessários, que, por sua vez, os distribuiu dentro do País. O governo da Bahia e a COELBA, por sua vez, foram responsáveis pela compra dos materiais complementares, instalação, cadastramento e treinamento dos usuários. Através deste projeto, foram implantados cerca de 190 sistemas fotovoltaicos em 23 localidades do Semi-árido baiano, sendo a maior parte para iluminação pública, irrigação, eletrificação de cercas e sistemas demonstrativos. Houve também o apoio operacional das prefeituras municipais, da Companhia de Engenharia Rural do Estado da Bahia (CERB), nas aplicações de bombeamento em poços tubulares, e da Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária (SEAGRI), em implantação de sistemas de irrigação.

No âmbito privado, o programa da Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisa-leira (APAEB) merece destaque. Desde 1995 o órgão vem instalando e mantendo sistemas fotovoltaicos; são mais de 500 sistemas residenciais, representando uma iniciativa bem-sucedida no atendimento às necessidades de energia na região em que atua. Além disso, ressalta-se o emprego dos sistemas para usos produtivos, como a eletrificação de cercas e a piscicultura. A comercialização dos sistemas fotovoltaicos realizada pela APAEB se dá de duas maneiras: por meio do Fundo Rotativo e por vendas diretas. Para comprar o sistema usando o financiamento do Fundo Rotativo, o consumidor deve ser um associado da associação e fazer parte da Cooperativa Valentense de Crédito RURAL (COOPERE). Nas vendas diretas, o sistema pode ser adquirido por qualquer pessoa no posto de vendas da APAEB.

A comercialização dos sistemas fotovoltaicos realizada pela APAEB se dá de duas maneiras: por meio do Fundo Rotativo e por vendas diretas

Considerações Finais

Resolver a questão da eletrificação rural constitui-se numa das maiores dificuldades do país, notadamente para a Bahia, que apresenta um dos menores índices de atendimento de energia elétrica às áreas rurais. O estado possui cerca de 433 mil domicílios não-eletri-

ficados, representando um percentual em relação ao país de 17,71 %. No Brasil, a maior parcela de domicílios não-eletrificados concentra-se na área rural (86,4%), totalizando 2,1 milhões de domicílios rurais.

A vasta extensão territorial do estado, a grande dispersão geográfica e demográfica das comunidades rurais, o baixo nível de consumo dos domicílios a serem atendidos e as condições de extrema pobreza em que vive a maioria da população do campo caracterizam-se como entraves à implementação da energia elétrica no interior baiano. Desta maneira, faz-se necessário a utilização de fontes alternativas de energia, notadamente as renováveis, que possam transpor essas limitações, apropriadas a cada região e suas particularidades.

Pode-se criticar o modelo de intervenção dos órgãos públicos na área rural, mais especificamente os programas de eletrificação rural executados no Estado. Tais políticas foram e são realizadas de forma desarticulada, havendo duplicação de funções, atuações pontuais, falta de planejamento e de continuidade.

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. *Universalização do acesso aos serviços de energia elétrica no Brasil*. Brasília: ANEEL/SRC, jan. 2003. (Nota Técnica, 008/2002).

BARRETO, Eduardo, et al. *Luz no campo: uma matriz para o planejamento da universalização dos serviços de energia elétrica na Bahia*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE REGULAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS CONCEDIDOS, 3. Anais... Disponível em: <www.abar.org.br/congresso>. Acesso em 31 jan. de 2005.

CORREIA, James Silva Santos; PEREIRA, Osvaldo Soliano; BARRETO, Eduardo J. Perspectivas para a universalização da eletrificação no Estado da Bahia. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 11, n. 4, p. 58-67, mar. 2002.

DÒRIA, Eduardo. A eletrificação rural na Bahia e o uso de sistemas fotovoltaicos. *Bahia Agrícola*, Salvador, v. 5, n. 2, nov. 2002.

FONTOURA, Patrick. *A qualidade do fornecimento de energia elétrica por meio dos sistemas fotovoltaicos no processo de universalização do atendimento na Bahia*. 2002. Dissertação (Mestrado) – UNIFACS, Salvador, 2002.

GHIRARDI, André Garcez. *Energia como Fator de Competitividade na Agricultura Baiana*. Salvador: UFBA/FCE, 1998.

_____. POPPE, M. *Study of the Photovoltaic market for rural electrification in Northeastern Brazil: final report for World Bank*. Washington, 1997.

IBGE. *Censo demográfico 2000*. Rio de Janeiro, 2000.

PEREIRA, Osvaldo Soliano et al. Avanços e desafios para a universalização dos serviços de energia elétrica no estado da Bahia. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 13, n. 3, p. 623-633, dez. 2003.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Instituto de Economia. *Energia e desenvolvimento sustentável: relatório final*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998. 160 p. ■



Setor externo brasileiro e liberalização financeira – uma abordagem pela ótica dos grandes grupos econômicos

Bruno Rodrigues Pinheiro*

Diante da conjuntura internacional ainda favorável e da manutenção da taxa básica de juros dos Estados Unidos, – o que pode influenciar a permanência de uma alta liquidez internacional –, o setor externo brasileiro continua emitindo sinais expressivos.

Dessa forma, surgem algumas questões: como pode o Brasil continuar batendo recordes de exportação, como se verificou em agosto, se as empresas reclamam que o câmbio está valorizado? Quais os setores da economia que contribuíram para esse resultado? O Brasil está aumentando o leque de destinos dos seus produtos? Está ocorrendo uma reconcentração das exportações em grandes empresas? Essas questões serão discutidas neste artigo, tendo como pano de fundo principal uma análise sob a ótica das empresas e sobre os destinos das exportações.

Análise da Balança Comercial: mesmo com câmbio valorizado exportação bate recorde em agosto

As exportações, em agosto, somaram US\$ 13,642 bilhões, cifra recorde mensal, superando julho de 2006, quando atingiram US\$ 13,622 bilhões. Sobre agosto de 2005, as exportações cresceram 20,2%. De janeiro a agosto de 2006, foram exportados US\$ 88,165 bilhões, valor 15,9% maior que o vendido ao exterior de janeiro a agosto de 2005 (US\$ 76,085 bilhões).

As importações também bateram recordes, totalizando US\$ 9,127 bilhões, superando, em valor, julho de 2005, quando atingiram US\$ 7,984 bilhões, que era o recorde até então. Na comparação com agosto de

2005, as importações elevaram-se 18,7%, e sobre julho de 2006, 14,3%. As importações atingiram recorde mensal histórico de US\$ 9,127 bilhões, tornando-se o grande destaque da balança comercial. Mesmo assim, o saldo comercial de US\$ 4,515 bilhões foi o segundo maior do ano, atrás apenas dos US\$ 5,638 bilhões de julho.

Entretanto, mesmo com esses recordes, os resultados obtidos no mês de julho e agosto devem ser vistos com cautela. Primeiro, porque houve uma greve dos auditores da Receita Federal e de funcionários da Anvisa, o que comprometeu o resultado dos meses de maio e junho. Dessa forma, essa alta em julho e agosto se justificaria pela contabilização atrasada de estoques exportados e importados. Segundo, porque se mantiver a tendência do câmbio, que está flutuando entre R\$ 2,12 e R\$ 2,22, dificilmente o saldo acumulado do ano vai superar o de 2005.

Todos os resultados dos oito primeiros meses do ano são recordes históricos. As exportações somaram US\$ 88,165 bilhões, as importações, US\$ 58,459 bilhões, resultando em saldo comercial de US\$ 29,705 bilhões e corrente de comércio de US\$ 146,624 bilhões. Sobre igual período de 2005, foram exportados 15,9% a mais. As importações aumentaram 22,5%.

Todavia, quando se analisa as importações, observa-se que o ritmo de crescimento é mais expressivo do que o das exportações, o que pode corroborar o saldo comercial de 2006 abaixo do resultado de 2005 – a expectativa do governo é que o saldo feche o ano em

* Graduando em Economia pela FCE/UFBA e bolsista do NEC. Artigo realizado sob a orientação da Profa. Celeste Maria Philigret, professora da UFBA e coordenadora do NEC.

Tabela 1
Balança Comercial (FOB): Brasil, 2002 - Ago/2006**US\$ milhões**

Período	Exportação de bens	Importação de bens	Saldo da Balança comercial (FOB)
2002	60.361,79	47.240,49	13.121,30
2003	73.084,14	48.290,22	24.793,92
2004	96.475,24	62.834,70	33.640,54
2005	118.308,27	73.551,42	44.756,85
2006	88.165,34	58.459,63	29.705,71
Jan/06	9.271,00	6.427,00	2.844,00
Fev/06	8.750,00	5.928,00	2.822,00
Mar/06	11.366,40	7.686,49	3.679,90
Abr/06	9.803,48	6.706,73	3.096,75
Mai/06	10.274,82	7.247,41	3.027,41
Jun/06	11.435,00	7.353,00	4.082,00
Jul/06	13.622,00	7.984,00	5.638,00
Ago/06	13.642,65	9.127,00	4.515,65

Fonte: BACEN

US\$ 42 bilhões, contra US\$ 44 bilhões de 2005. Uma das justificativas para esse resultado está no câmbio. Os exportadores estão reclamando que com esse câmbio as exportações perdem competitividade, já que os concorrentes diretos do Brasil têm um câmbio num patamar mais competitivo.

O governo já sinalizou, através do Ministério de Desenvolvimento, medidas que favoreçam os exportadores. Assim, foi elaborado um pacote de medidas cambiais – através da MP 315 – para tentar conter a valorização. Nesse pacote, partes dos dólares originários das exportações permaneceram no exterior. O valor será de 30% do total de dólares. Essa medida visa evitar que a entrada de dólares no mercado interno, como resultado do saldo positivo da Balança Comercial, contribua ainda mais para a valorização do Real.

Defendendo o pacote, o secretário do Ministério do Desenvolvimento, Julio Sergio Gomes de Almeida, parafraseando Keynes, disse que “o câmbio flutuante no Brasil não opera como na teoria. Dizem para ter calma porque vamos encontrar um câmbio de equilíbrio. Mas isso pode demorar tanto que estaremos todos mortos” (ALMEIDA, 2006. pB6).

Essa medida também é defendida pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), que a justifica alegando que, com sua adoção, o governo evita a valorização da moeda e não compromete as exportações. De acordo com os empresários dessa entidade, o pacote também serve para dimi-

nuir os custos financeiros, pois evita-se o pagamento de CPMF, aumentando a competitividade em preço. Contudo, essa questão da renúncia fiscal está gerando conflitos internos no governo. Para o Ministério de Desenvolvimento, a renúncia fiscal será de R\$ 206 milhões. Já para a Receita Federal, esse valor pode chegar a R\$ 1,06 bilhão.

Liberalização financeira: o papel ativo das grandes empresas nesse processo

O pacote de medidas cambiais – MP 315 – está inserido num processo mais amplo: a liberalização financeira do Brasil. O processo de liberalização – ou conversibilidade da conta de capital – teve início no final dos anos 1980 e vem sendo conduzido pelo

O processo de liberalização – ou conversibilidade da conta de capital – teve início no final dos anos 1980 e vem sendo conduzido pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) desde o final dos anos 1980

Banco Central do Brasil (BCB) e pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) desde o final dos anos 1980. Segundo o BCB, as medidas de controles, vigentes até então, se justificavam porque havia racionamento de divisas devido às dificuldades crônicas de financiamento do balanço de pagamentos. Entretanto, o BCB concluiu que “a escassez de divisas se transforma em abundância especialmente no início dos anos 1990, quando são reforçadas as entradas de capital no País, e a balança comercial continua[va] a registrar os mesmos superávits observados no final dos anos 1980” (BCB, 1993, p.6).

O objetivo maior dessas novas normas cambiais brasileiras é consolidar o estágio atual de liberalização e aprofundá-lo, iniciando, através de medidas, ainda que aparentemente tênues, o fim da cobertura cambial nas exportações. O fim da cobertura cambial é uma proposta estratégica do processo de liberalização; é considerada por muitos o seu ápice, tal como será argumentado a seguir.

O fim da cobertura cambial é uma proposta estratégica do processo de liberalização; é considerada por muitos o seu ápice

Para os empresários e seus “consultores econômicos”, o mercado cambial brasileiro apresenta falhas de mercado associadas à assimetria de informação. Enquanto um exportador era obrigado a ingressar com os dólares resultantes de suas transações pelo mercado de câmbio de taxas livres¹, podia reenviar os mesmos recursos, quase que simultaneamente, ao exterior pelo mercado de taxas flutuantes². Para contornar essas “falhas”, o governo, através do seu pacote cambial, pretende dilatar o prazo de internalização de recursos por parte dos exportadores, além de permitir que esses recursos fiquem no exterior.

Como pondera João Sicsú:

Essa mudança pode trazer problemas para operação da economia brasileira. Ela contribui no sentido de reduzir a entrada de dólares no país desde já (se o Brasil tivesse uma taxa de juros mais baixa) e aponta o caminho do fim da cobertura cambial nas

exportações, isto é, a obrigação dos exportadores de converter suas receitas que estão na forma de dólares em moeda nacional estabelecida no artigo 3º do Decreto 23.258 de 1933. Esta medida pode vir a provocar efeitos perversos na condução da política macroeconômica (SICSÚ, 2006. p 369).

Para Sicsú, essa medida gera instabilidade do câmbio, pois a entrada de dólares no país, resultado do saldo comercial, é previsível e estável. Assim, essa medida pode tornar esse fluxo uma variável calculada com base em especulação. Como diz o autor: “exportadores terão que se especializar na atividade especulativa de cálculo do momento ótimo para internalização de dólares – em momentos críticos, empresários poderão adiar a entrada, esperando uma maior desvalorização; ou diante de uma valorização, poderão acenar a tendência na expectativa que a situação poderá ser pior ainda para a internalização quando o prazo de 210 dias terminar” (SICSÚ, 2006. p 370).

Essa medida tomada pelo governo não gera tantas surpresas, considerando sua postura, de viés ortodoxo-liberal, sobre assuntos como inflação e juros. Portanto, estabelece que o Banco Central (BC) não pode ter como estratégia a geração de reservas cambiais, pois uma atitude mais agressiva do BC no mercado pode ser sinalizada como intervenção – palavra excedida do vocabulário liberal –, mesmo quando para a manutenção do câmbio num patamar que permita às empresas ter um preço mais competitivo.

Conjunturalmente, percebe-se que essa medida pode, sim, desvalorizar o câmbio e ajudar o setor exportador. Contudo, para as grandes empresas, o que é perdido em receita com o câmbio é recuperado na forma de lucros financeiros, com o retorno do dinheiro

Para as grandes empresas, o que é perdido em receita com o câmbio é recuperado na forma de lucros financeiros, com o retorno do dinheiro

¹ Taxas Livres são aquelas taxas em que as empresas que têm transações internacionais podem definir, em contrato, um valor que será referência para as transações.

² Taxas Flutuantes é o regime cambial adotado no Brasil, no qual as empresas, quando vão remeter dinheiro para o exterior, têm que fazer a conversão seguindo a taxa de mercado.

e aplicando no mercado interno, beneficiando-se do diferencial de juros. Mas o mais maléfico para a economia é deixar a tarefa de estabilizar o câmbio nas mãos de financistas-especuladores, e agora também nas mãos dos exportadores.

Do ponto de vista macroeconômico, com essas medidas, o BC terá dificuldades em formar reservas, já que a entrada de dólares poderá ser bem menor. Além disso, o financiamento às importações poderá ser comprometido, pois o ingresso de dólares, que financia as importações, pode não ser suficiente. Assim, o financiamento deverá se dar através da entrada de dólares via conta capital, necessitando de um diferencial de juros para atrair esses recursos, ou seja, a taxa de juros interna deverá permanecer alta o suficiente para atrair esse tipo de capital.

A liberalização financeira sempre foi defendida pelo sistema financeiro e seus aliados. Agora, a novidade é que o setor produtivo exportador uniu-se nesse coro, pois percebe que com o volume de recursos que essas grandes empresas trabalham a arbitragem pode lhes render lucros não-operacionais tão vultosos quanto os lucros operacionais.

Medidas no sentido de retirar, ainda que parcialmente, a cobertura cambial tornam o país mais vulnerável a futuros ataques especulativos

Medidas no sentido de retirar, ainda que parcialmente, a cobertura cambial tornam o país mais vulnerável a futuros ataques especulativos. Quando isso ocorrer, e os dólares saírem do país, o BC poderá ficar refém das grandes empresas, com seus dólares no exterior, para equilibrar o Balanço de Pagamentos.

Exportações: análise dos destinos das exportações brasileira

No que se refere aos mercados compradores, ampliaram-se, em julho, as vendas para todos os principais blocos econômicos, a saber: Oriente Médio

(55,5%, por conta de açúcar, milho, óleo de soja, farelo de soja, minérios e soja em grão); ALADI, exceto Mercosul (32,8%, por conta de veículos e autopeças, combustíveis, aparelhos e componentes eletroeletrônicos e siderúrgicos); Mercosul (31,7%, sendo 33,2% para a Argentina, pelo aumento das exportações de veículos e autopeças, combustíveis, máquinas e equipamentos, eletroeletrônicos e plástico e obras); África (17,8%, por conta, principalmente, de açúcar, veículos e autopeças, carnes, minérios e máquinas e equipamentos); EUA (16,5%, em razão de etanol, máquinas e equipamentos, madeira e suas obras e siderúrgicos); Ásia (15,6%, devido ao aumento das vendas de minérios, soja em grão, açúcar, couro e peles, e farelo de soja); União Européia (15,4%, por conta de soja em grão, minérios, máquinas e equipamentos, carnes, siderúrgicos e fumo); e Europa Oriental (1,6%, devido ao açúcar, minérios, fumo e farelos de soja). Especificamente para a China, as exportações elevaram-se em 36,8%, pelo aumento das exportações de soja em grão, minérios, açúcar, couros e peles e celulose.

Entretanto, observando-se o destino das exportações, percebe-se que não houve grandes modificações nos compradores dos produtos brasileiros. O que se percebe é que a pauta exportadora brasileira ainda é restrita a poucos países. Para se ter uma idéia, os doze principais parceiros do Brasil representam, juntos, quase 60% de todas as exportações até junho de 2006. Os cinco principais compradores foram: 1º) Estados Unidos (US\$ 2,332 bilhões), 2º) Argentina (US\$ 1,131 bilhão), 3º) China (US\$ 1,067 bilhão), 4º) Países Baixos (US\$ 567 milhões) e 5º) Alemanha (US\$ 510 milhões). O destaque é a Venezuela, que agora é o 10º no ranking, superando a Rússia.

No que se refere aos blocos comerciais, o Brasil tem como principal parceiro este ano, no acumulado janeiro-junho, a ALADI, seguido pela União Européia e pelos Estados Unidos, como pode ser visto na Tabela 2.

No que se refere às importações, há uma modificação na ordem dos blocos. Agora, no acumulado do ano, o bloco principal é a Ásia, como pode ser visto na Tabela 3.

Fazendo uma análise da pauta exportadora por fator agregado, percebe-se que o volume exportado de alguns produtos básicos é maior do que produtos manufaturados com um valor agregado maior, como exemplo, a exportação de minério de ferro é maior do que as exportações de carro e aviões somados, como pode ser visto na Tabela 4 a seguir.

Tabela 2			Exportação principais blocos econômicos: Brasil, Jan-Jul/2006-2005			US\$ milhões (FOB)
	Janeiro/Julho		Var.% 2006/05	Part. %		
	2006	2005		2006	2005	
ALADI	16.970	13.902	22,1	22,8	21,5	
MERCOSUL	7.614	6.393	19,1	10,2	9,9	
Argentina	6.439	5.398	19,3	8,6	8,3	
DEMAIS DA ALADI	9.356	7.509	24,6	12,6	11,6	
UNIÃO EUROPÉIA	16.312	15.226	7,1	21,9	23,5	
Eua ¹	13.640	12.873	6,0	18,3	19,9	
Ásia	11.474	9.846	16,5	15,4	15,2	
China	4.726	3.489	35,5	6,3	5,4	
África	3.899	3.235	20,5	5,2	5,0	
Oriente Médio	2.814	2.227	26,4	3,8	3,4	
Europa Oriental	2.278	2.269	0,4	3,1	3,5	
Demais	7.135	5.161	38,2	9,6	8,0	
TOTAL	74.522	64.739	15,1	100,0	100,0	

Fonte: MDIC/SECEX.

¹ inclui Porto Rico.

Tabela 3			Importação principais blocos econômicos: Brasil, Jan-Jul/2006-2005			US\$ milhões (FOB)
	Janeiro/Julho		Var.% 2006/05	Part. %		
	2006	2005		2006	2005	
Ásia	12.555	8.912	40,9	25,4	22,2	
China	4.147	2.756	50,5	8,4	6,9	
UNIÃO EUROPÉIA	11.140	10.368	7,4	22,6	25,9	
ALADI	8.524	6.358	34,1	17,3	15,9	
MERCOSUL	4.702	3.963	18,6	9,5	9,9	
Argentina	4.259	3.487	22,1	8,6	8,7	
DEMAIS DA ALADI	3.822	2.395	59,6	7,7	6,0	
Eua ¹	7.995	7.155	11,7	16,2	17,9	
África	4.490	3.624	23,9	9,1	9,0	
Oriente Médio	1.779	1.179	50,9	3,6	2,9	
Europa Oriental	631	558	13,1	1,3	1,4	
Demais	2.238	1.927	16,1	4,5	4,8	
TOTAL	49.352	40.081	23,1	100,0	100,0	

Fonte: MDIC/SECEX.

¹ inclui Porto Rico.

Tabela 4 Exportação por fator agregado: Brasil, Jan - Jul/2006-2005					
US\$ milhões (FOB)					
	Janeiro / Julho		Var. % 2006/05	Part. %	
	2006	2005		2006	2005
Básicos	21.689	18.662	16,2	29,1	28,8
Minério de ferro	4.884	3.726	31,1	6,6	5,8
Soja em grão	3.811	3.086	23,5	5,1	4,8
Petróleo em bruto	3.406	2.002	70,1	4,6	3,1
Carne bovina	1.597	1.441	10,8	2,1	2,2
Carne de frango	1.528	1.751	-12,7	2,1	2,7
Café em grão	1.429	1.440	-0,8	1,9	2,2
Farelo de soja	1.269	1.633	-22,3	1,7	2,5
Fumo em folhas	959	871	10,1	1,3	1,3
Carne suína	468	646	-27,6	0,6	1,0
Algodão em bruto	131	94	39,4	0,2	0,1
Semimanufaturados	10.231	9.227	10,9	13,7	14,3
Açúcar em bruto	1.945	1.308	48,7	2,6	2,0
Celulose	1.387	1.114	24,5	1,9	1,7
Semimanufaturados de ferro/aço	1.117	1.578	-29,2	1,5	2,4
Couros e peles	1.010	779	29,7	1,4	1,2
Alumínio em bruto	821	529	55,2	1,1	0,8
Ferro fundido	799	1.074	-25,6	1,1	1,7
Ferro-ligas	468	412	13,6	0,6	0,6
Madeira serrada	467	510	-8,4	0,6	0,8
Óleo de soja em bruto	415	599	-30,7	0,6	0,9
Manufaturados	40.840	35.621	14,7	54,8	55,0
Automóveis de passageiros	2.663	2.439	9,2	3,6	3,8
Autopeças	1.639	1.374	19,3	2,2	2,1
Apars. transmis./receptores	1.616	1.519	6,4	2,2	2,3
Motores p/ automóveis	1.609	1.313	22,5	2,2	2,0
Aviões	1.602	1.550	3,4	2,1	2,4
Óleos combustíveis	1.547	775	99,6	2,1	1,2
Laminados planos	1.440	1.314	9,6	1,9	2,0
Calçados	1.146	1.162	-1,4	1,5	1,8
Veículos de carga	1.067	826	29,2	1,4	1,3
Açúcar refinado	974	830	17,3	1,3	1,3
Maqs. Apar. p/terraplanagem	843	650	29,7	1,1	1,0
Bombas e compressores	759	708	7,2	1,0	1,1
Gasolina	637	477	33,5	0,9	0,7
Óxidos e hídrixidos de alumínio	629	303	107,6	0,8	0,5
Fio-máquina de ferro/aço	543	698	-22,2	0,7	1,1
Operações Especiais	1.753	1.229	42,6	2,4	1,9
Total	74.513	64.739	15,1	100,0	100,0

Fonte: MDIC/SECEX.

Tabela 5
Exportações blocos econômicos por fator agregado: Brasil, Jan - Jul/2006

Produtos básicos	(%)
UNIÃO EUROPÉIA - UE	33,83
Ásia (exclusive Oriente Médio)	31,31
Estados Unidos (inclusive Porto Rico)	7,56
Outros	27,3
Produtos Semimanufaturados	
Estados Unidos (inclusive Porto Rico)	23,42
Ásia (exclusive Oriente Médio)	23,38
União Européia - UE	22,19
Outros	31,01
Produto Manufaturas	
ALADI	35,97
MERCOSUL	16,81
ALADI (exclusive Mercosul)	19,16
Estados Unidos (inclusive Porto Rico)	23,48
UNIÃO EUROPÉIA - UE	17,22
Ásia (exclusive Oriente Médio)	5,67
Outros	17,66

Fonte: MDIC. Elaboração Própria

Nessa perspectiva, um fato chama a atenção: a pauta exportadora brasileira com maior valor agregado tem como destino principal o Mercosul e outros membros da ALADI. Assim, blocos econômicos com maior poder aquisitivo, como União Européia, importam do Brasil, principalmente, produtos básicos e semimanufaturas, como pode ser visto na Tabela 5.

Uma análise mais detalhada das exportações, sob a ótica das empresas e dos ramos em que atuam, revela que em determinados segmentos da economia o resultado líquido³ é bastante positivo. Daí pode-se ter uma visão mais apurada de quais setores efetivamente vêm contribuindo de forma mais acentuada para o saldo comercial.

Os segmentos de mineração e as montadoras são os que mais contribuem positivamente com o saldo comercial. Já entre os setores que têm impactos negativos no saldo, destacam-se os de eletrônica e petroquímica, como pode ser visto nas Tabelas 6 a 9.

³ Resultado líquido aqui se refere ao saldo da empresa ou do setor na composição da balança comercial, exportação menos importação.

Tabela 6
Balança comercial por empresas selecionadas: Brasil, Jan - Jul/2006

Empresas	Exportação	Importação	Saldo
Montadoras*	4.306.620.222	1.835.903.431	2.470.716.791
Volkswagen	1.083.084.703	325.726.925	757.357.778
General Motors	816.907.157	208.854.003	608.053.154
Ford	665.433.199	330.202.561	335.230.638
Daimlerchrysler	617.176.350	399.012.656	218.163.694
Scania	438.044.791	201.443.064	236.601.727
Fiat	403.215.028	203.254.263	199.960.765
Volvo	282.758.994	167.409.959	115.349.035
Embraer	1.551.884.875	1.048.353.677	503.531.198

Fonte: MDIC - Elaboração própria.

* Somatório de todas as empresas, exceto a Embraer.

Tabela 7
Balança comercial por empresas selecionadas: Brasil, Jan - Jul/2006

Empresas	Exportação	Importação	Saldo
Mineração	6.090.666.041	2.052.983.764	4.037.682.277
Vale do Rio Doce	2.386.074.013	356.369.982	2.029.704.031
MBR	626.010.826	137.368.215	488.642.611
Siderurgica de Tubarão	593.294.553	158.369.125	434.925.428
Samarco	461.154.458	124.769.958	336.384.500
Cosipa	381.655.380	142.327.217	239.328.163
Caraíba	381.061.596	380.503.404	558.192
Gerdau	355.704.402	201.986.132	153.718.270
CSN	324.034.317	294.016.434	30.017.883
Usiminas	293.726.102	157.518.645	136.207.457
Belgo	287.950.394	99.754.652	188.195.742

Fonte: MDIC - Elaboração própria.

Tabela 8
Balança comercial por empresas selecionadas: Brasil, Jan - Jul/2006

Empresas	Exportação	Importação	Saldo
Petroquímica	5.474.124.767	5.829.254.092	-355.129.325
Petrobras	4.925.806.389	5.010.157.563	-84.351.174
Braskem	413.333.241	343.326.500	70.006.741
Copesul	134.985.137	475.770.029	-340.784.892

Fonte: MDIC - Elaboração própria.

Tabela 9
Balança comercial por empresas selecionadas: Brasil, Jan - Jul/2006

Empresas	Exportação	Importação	Saldo
Eletrônico*			
Motorola	688.511.174	894.776.829	-206.265.655
Nokia	310.462.009	372.060.842	-61.598.833

Fonte: MDIC - Elaboração própria.

* As empresas Samsung, LG e Benq estão entre as 40 maiores importadoras. Entretanto, não estão entre as 40 maiores exportadoras. Assim, não foi incluso no saldo do setor.

Analisando o saldo do comércio externo das principais empresas do Brasil, verifica-se que a empresa que tem uma maior composição positiva, no acumulado de 1999 até junho de 2006, é a Vale do Rio Doce, que representa 12,74% do total. Em seguida, vem a Embraer com quase 6%. A empresa que tem o maior peso, mas de forma negativa, no saldo é a Petrobras, que representou 13,79% do saldo acumulado nos últimos sete anos, como pode ser visto na Tabela 10.

Tabela 10
Saldo comercial acumulado: 1999/2006*

Empresas	Total (em US\$)	(%) do total acumulado
Petrobras	-18.838.527.847	-13,79
Vale do Rio Doce	17.406.161.893	12,74
Embraer	8.187.442.403	5,99
Bunge Alimentos	7.821.521.148	5,73
Volks	6.105.159.426	4,47
GM	3.908.233.748	2,86
Ford	2.322.045.202	1,70
Cargill Agrícola	6.109.257.426	4,47
Sadia	2.707.594.641	1,98
CST	5.578.737.775	4,08
Motorola	-182.314.325	-0,13
Braskem	274.218.098	0,20

Fonte: MDIC. Elaboração Própria.

* Valores acumulados de janeiro a junho de 2006.

Um dado importante a ser observado diz respeito aos lucros e dividendos enviados ao exterior. No mês de junho, esse valor, que foi o destaque da conta renda, registrou um crescimento de US\$ 733 milhões para US\$ 1,1 bilhão. No acumulado do ano, esse valor já passa de US\$ 4,4 bilhões. Assim, se no acumulado do ano – janeiro/junho – gerou-se um saldo na balança comercial de US\$ 20 bilhões, as remessas de lucros e dividendos ao exterior representam 22% do total.

Conclusão

Diante desse cenário internacional, ainda favorável, o país continuará mantendo o seu setor externo com números expressivos – mesmo se o saldo comercial não for superior ao de 2005. Uma das causas da diminuição do ritmo de crescimento das exportações e do aumento de crescimento da taxa de importação pode ser justificada pelo crescimento econômico interno e também pelo câmbio, que continua valorizado.

Nessa perspectiva, o governo sancionou – através da Medida Provisória 315 – um pacote cambial que tem como princípio tentar controlar a valorização cambial. Entretanto, como foi argumentado, essa medida pode ser o início de uma maior liberalização da conta financeira do país, trazendo sérios problemas na condução de políticas macroeconômicas.

Um outro ponto em questão se refere aos destinos das exportações e às empresas que mais contribuíram para o saldo comercial. Verifica-se que a pauta exportadora continua sendo concentrada em poucos países e que as empresas que têm maior peso nesse saldo são as que exportam produtos com baixo valor agregado, como é o caso da Vale do Rio Doce, da Bunge e da Cargill, que exportam produtos básicos e no acumulado 1999/2006 têm 23% do total exportado. Ressalta-se aqui o papel da Embraer, tida por muitos como uma mera montadora, mas que tem uma contribuição considerável no saldo da balança comercial e exporta produto de alto valor agregado.

Assim, pode-se perceber que, no Brasil, quando se fala em empresas exportadoras estamos falando de um número reduzido de grandes empresas. As 40 maiores empresas representam, somadas, quase 45% do total exportado, no acumulado do ano. Em 2005 esse valor era de 39%.

Referências

ALMEIDA, Julio Sergio Gomes. Governo prepara medidas cambiais adicionais. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 26 jul.2006. Folha Dinheiro, p. B6.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. O regime cambial brasileiro — evolução recente e perspectiva. Brasília: BCB, nov. 1993.

BRASIL Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio. *Dados consolidados*. Disponível em: <www.mdic.gov.br/dadosconsolidados>. Acesso em: 26 jul. 2006.

SICSÚ, João. Rumos da liberalização financeira brasileira. *Revista de Economia Política*, v. 26, n. 3, (103), p. 364-380 jul./set. 2006. ■



Considerações sobre o empreendedorismo no Brasil: reflexões a partir da pesquisa do GEM¹

Zélia Góis*

É senso comum que o empreendedorismo é um processo que tem como características a inovação, a mudança, a criatividade e o risco.

Apesar de não existir uma definição única sobre o tema, a de Schumpeter, aqui apresentada a título de esclarecimento, é considerada referência e, portanto, uma das mais discutidas. Para esse autor (apud CORCETTI, 2002), o empreendedorismo está associado a inovação ao considerar empresários/empreendedores pessoas com capacidade para realizar e criar novos métodos de produção, novos mercados, novos formatos organizacionais e, assim, serem capazes de impulsionar o motor que mantém em marcha o capitalismo. Schumpeter (apud CORCETTI, 2002) considera empreendimento a realização de novas combinações e empresários aqueles indivíduos cuja função é realizá-las, embora esses empresários possam ser empregados de outras pessoas.

O tema empreendedorismo tem despertado interesse tanto no meio empresarial quanto político e acadêmico. Nos últimos vinte anos, esse tema vem ganhando cada vez mais espaço, destacando-se como um processo capaz de mobilizar a economia, devido a uma série de transformações ocorridas, vivenciadas, em maior ou menor medida, por todos os países, a exemplo do declínio nos níveis de emprego, aumento da pobreza, redução da interferência do Estado, políticas de incentivo à criação de micro e pequenas empresas, aprofundamento do processo de globalização e emergência do capital humano, dentre outras.

A matéria é vasta e não se esgota, com um grande número de pesquisas sendo conduzidas, propiciando informações de toda ordem e grandeza, inclusive, se constituindo em disciplina de alguns cursos de administração e objeto de investigação em diversas revistas periódicas especializadas de grandes centros universitários.

Este artigo tenta traçar um perfil sobre o empreendedorismo, principalmente no Brasil, baseando-se para isso numa pesquisa do GEM – Global Entrepreneurship Monitor, de 2005, que aponta um número bastante significativo de brasileiros empreendedores, mais de 15 milhões. O GEM é uma pesquisa internacional, liderada pela London Business School e pelo Babson College dos Estados Unidos, que, desde 1999, vêm avaliando o empreendedorismo em vários países de todos os continentes, criando para tanto indicadores comparáveis entre estes países. O Brasil participa desta pesquisa desde o ano 2000 e contou no ano em questão com a parceria do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, do Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Paraná – IBQF, do Sistema Federação das Indústrias do Paraná e da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Resultados da Pesquisa do GEM

Para o ano de 2005, a pesquisa do GEM teve a participação de 35 países, divididos em grupos por renda per capita: países de renda per capita média e países de renda per capita alta. O Brasil ficou incluído entre os países de renda per capita média. O Quadro 1 apresenta os grupos de países participantes da pesquisa.

O GEM, em sua metodologia, classificou os empreendedores em iniciais e estabelecidos. Os primeiros são considerados aqueles cujos negócios têm até 42 meses de vida, ou seja, três anos e meio. Estes empreendedores

¹ Global Entrepreneurship Monitor – ano 2005.

* Mestre em Administração pela Universidade Federal da Bahia, técnica da SEI e professora universitária.

Quadro 1
Países participantes do GEM por grupos de renda: 2005

Países de Renda Per Capita	
Média	Alta
África do Sul	Alemanha
Argentina	Austrália
Brasil	Áustria
Chile	Bélgica
China	Canadá
Croácia	Cingapura
Eslovênia	Dinamarca
Hungria	Espanha
Jamaica	Estados Unidos
Letônia	Finlândia
México	França
Tailândia	Grécia
Venezuela	Holanda
	Irlanda
	Islândia
	Itália
	Japão
	Noruega
	Nova Zelândia
	Reino Unido
	Suécia
	Suíça

Fonte: Adaptado do GEM - 2005

iniciais foram subdivididos em nascentes, que são representados por aqueles que ainda estão em fase de implantação de seu negócio, e novos, cujos negócios estão em funcionamento há pelo menos três meses. O conceito de empreendedores estabelecidos refere-se àqueles com empreendimentos com mais de 42 meses.

A pesquisa do GEM constatou que tanto os países considerados de renda per capita alta quanto os de média estão criando novos negócios. O Brasil se apresenta como um dos países com maiores taxas de empreendedores iniciais, alcançando a 7ª posição entre os participantes. Apesar do Brasil se destacar como um país com altas taxas de empreendedores iniciais, o ano de 2005, em relação aos anos anteriores, apresenta pequena retração: 11,3%. Os anos de 2001, 2002, 2003 e 2004 apresentaram taxas de 14,2%, 13,5%, 12,9% e 13,5%, respectivamente.

Em se tratando de empreendedores estabelecidos, é grande a variação entre os países submetidos à pesquisa. Países com renda per capita alta apresentaram tanto taxas altas quanto baixas e vice-versa. O Brasil,

no ano de 2005, coloca-se na 5ª posição, com 60% dos negócios funcionando entre 10 e 15 anos. Quando a pesquisa calcula a razão entre empreendedores iniciais e empreendedores estabelecidos, constata que quanto maior a renda do país, maiores as chances de sobrevivência dos negócios iniciais e destes virem a se tornar estabelecidos.

No quesito motivação para empreender, a grande maioria dos países pesquisados revela o empreende-

Quadro 2
Motivação para empreender por países do GEM: 2005

Países	Motivação para empreender (posição)	
	Oportunidade	Necessidade
Dinamarca	23ª	35ª
Islândia	06ª	30ª
Nova Zelândia	01ª	15ª
Holanda	25ª	34ª
Noruega	10ª	22ª
Bélgica	29ª	33ª
Eslovênia	27ª	31ª
Estados Unidos	04ª	13ª
Austrália	07ª	14ª
Reino Unido	20ª	27ª
Finlândia	26ª	28ª
Suíça	18ª	21ª
Canadá	11ª	16ª
Espanha	19ª	22ª
Áustria	21ª	25ª
Grécia	17ª	19ª
Suécia	30ª	29ª
Cingapura	14ª	17ª
Itália	24ª	24ª
Letônia	16ª	18ª
México	22ª	19ª
Irlanda	09ª	11ª
Japão	34ª	32ª
Chile	08ª	07ª
Tailândia	03ª	05ª
Alemanha	28ª	12ª
Argentina	13ª	08ª
Jamaica	05ª	03ª
Venezuela	02ª	01ª
Hungria	35ª	26ª
África do Sul	31ª	10ª
França	33ª	09ª
China	12ª	02ª
Brasil	15ª	04ª
Croácia	32ª	06ª

Fonte: Adaptado do GEM 2005 – Banco de Dados Internacional

dorismo por oportunidades, principalmente aqueles em que a renda per capita é mais alta. O Brasil ocupa a 15ª posição no empreendedorismo por oportunidade, mas a 4ª no empreendedorismo por necessidade (Quadro 2), sugerindo que a grande motivação para se criar um negócio é gerada pela dificuldade de se encontrar trabalho, ou seja, as condições vividas pela grande parcela da população brasileira – de desemprego – geram a busca por novas alternativas.

Também foram pesquisadas pelo GEM as seguintes características dos empreendimentos: a) informações sobre o conhecimento dos produtos pelos consumidores; b) concorrência nos diversos segmentos; c) idade das tecnologias e processos; d) expectativa de criação de empregos; e) atividades dos empreendedores.

De maneira geral, os negócios pesquisados, para ambos os grupos de países, seguem a linha de produtos conhecidos pelos consumidores, ou seja, os produtos ofertados ao mercado não são considerados novidades para os consumidores. Os países de renda per capita média apresentam um percentual um pouco maior de empreendedores cujos negócios apresentam produtos inovadores. Segundo o GEM, a explicação está no fato de que os países desenvolvidos tendem a ofertar maior variedade de produtos aos seus consumidores. O Brasil segue a tendência demonstrada pelos demais países: 85,7% dos empreendedores entrevistados afirmaram não ofertarem produtos considerados novos pelos seus consumidores, ante 5,8% que declararam estar colocando no mercado produtos novos segundo a ótica de seus próprios consumidores.

A maioria dos empreendedores dos países pesquisados pelo GEM atua em segmentos de alta concorrência. No Brasil essa concorrência alcança 66,0% dos empreendedores iniciais e 72,5% dos empreendedores estabelecidos. Para os empreendedores iniciais que afirmam não ter concorrência, o percentual cai para 4,1% e para os estabelecidos, 2,9%.

Quanto à idade das tecnologias e processos utilizados, os países de renda per capita mais baixa, pesquisados pelo GEM, afirmam empregar tecnologias ou processos disponíveis há menos de um ano, ao contrário dos de renda mais alta. Nesse sentido, o Brasil difere dos países do seu grupo, em que 97,4% de seus empreendedores iniciais e 98,6% dos estabelecidos afirmam utilizar tecnologias e processos já conhecidos há mais de um ano.

Na questão geração de empregos, a expectativa dos países dos dois grupos é de não criar novos empregos. Enquanto 32,0% dos empreendedores iniciais brasileiros afirmam não esperar criar novos empregos no prazo de cinco anos, 24,0% esperam gerar um pouco mais de cinco postos de trabalho nesse mesmo prazo.

Atividades diretamente relacionadas ao consumidor final são mais encontradas nos países de renda média, enquanto nos países de renda mais alta os negócios estão mais voltados para clientes que se apresentam como empresas. A pesquisa não encontrou nos dois grupos de países variações na distribuição por setores de atividades entre empreendedores iniciais e estabelecidos. O Brasil não foge à regra, os negócios mais encontrados também foram os orientados para o consumidor. Deve-se destacar que a pesquisa identificou o segmento de alimentação como o de maior interesse dos empreendedores brasileiros, sendo composto por 27,0% de empreendedores iniciais e de 20,0% de empreendedores estabelecidos. Ressalta-se também o crescimento, aqui no Brasil, da atividade de artesanato e da venda por catálogos.

A pesquisa identificou o segmento de alimentação como o de maior interesse dos empreendedores brasileiros, sendo composto por 27,0% de empreendedores iniciais e de 20,0% de empreendedores estabelecidos

A pesquisa do GEM constatou também que os empreendedores se dedicam mais a ofertar produtos a consumidores do que a empresas, talvez pela idéia de um retorno mais rápido e de que terão sempre um consumidor, seja ele qual for, para seu produto. Diferentemente de se oferecer produtos às empresas, cujo valor agregado é maior, mas que tradicionalmente são mais exigentes e buscam sempre diferenciais competitivos. Para os países de renda alta há uma inversão: os empreendimentos cujos clientes são empresas são quase o dobro que nos países de renda per capita média.

Além de apresentar as características do empreendedor, a pesquisa do GEM revelou ainda questões sobre a orientação técnica para empreender, o gênero, a fai-

xa etária, a renda familiar, a escolaridade e a dedicação de tempo ao negócio. Fontes de investimentos e os fatores que influenciam as percepções sobre o ambiente para empreender também foram pesquisados.

Apenas 30% dos empreendedores brasileiros admitiram buscar algum tipo de orientação no momento de iniciar seu negócio. Dentre as instituições mais procuradas pelos futuros empreendedores destaca-se o SEBRAE, seguido do SENAC e SENAI.

Quanto ao gênero dos empreendedores, os países do GEM revelaram que empreendedores do sexo masculino são a maioria, ou seja, há mais homens do que mulheres empreendendo. Existem diferenças de gênero em ambos os grupos de países e também nos tipos de empreendedores – iniciais e estabelecidos. Neste quesito, em 2005, o Brasil apresentou-se como o 6º no empreendedorismo feminino (10,8%) e na 13ª posição no empreendedorismo masculino (11,8%).

No Brasil, as mulheres são menos atuantes do que os homens na classificação de empreendedores estabelecidos. No acumulado de 2001 a 2005, a pesquisa revelou haver dois homens para uma mulher em negócios estabelecidos. Para os negócios iniciais, a taxa de empreendedores homens é de 14,6% e a de mulheres é de 10,9%.

O ano de 2005, no Brasil, apontou para o empreendedorismo feminino uma quase igualdade com o gênero masculino, principalmente no estágio de negócio considerado inicial, em que para cada homem existe uma mulher. Este fato coloca o Brasil na 2ª posição em negócios iniciais liderados por mulheres, dentre os países pesquisados, situando-se atrás apenas da Hungria, cujo percentual de mulheres que abrem seus negócios é praticamente o dobro dos homens.

No que diz respeito à idade dos empreendedores, nos países do GEM, quando estes se apresentam como iniciais, a idade situa-se entre 25 e 34 anos. Já para os empreendedores estabelecidos a idade avança, situando-se entre 45 e 54 anos.

Nesse item, o Brasil mantém a mesma tendência dos outros países, com 16,6% de empreendedores iniciais, com idade entre 25 e 34 anos, e 14,0% de estabelecidos, com idade entre 45 e 54 anos.

Para os países de renda alta do GEM, os maiores níveis de renda familiar referem-se aos empreendedo-

res estabelecidos. No Brasil, também os empreendedores estabelecidos têm uma renda familiar superior, em torno de 25%, para 18,4% de empreendedores iniciais. Isso induz a se pensar que uma maior renda familiar é resultado de um empreendedorismo mais bem-sucedido.

Tanto nos países de renda alta quanto média, pessoas com escolaridade de nível superior se envolvem mais com empreendimentos iniciais. Para os países de renda alta, é equivalente o número de pessoas de nível superior e de menor escolaridade que está envolvido em negócios já estabilizados. Na análise do Brasil, segundo o GEM, o empreendedorismo é exercido mais por pessoas de nível superior ou com maior tempo de escolaridade. Para os empreendedores iniciais com mais de 11 anos de estudo, o percentual é de 16,7%, e para os empreendedores estabelecidos, 12,0%.

Na análise do Brasil, segundo o GEM, o empreendedorismo é exercido mais por pessoas de nível superior ou com maior tempo de escolaridade

Os dados do GEM revelaram que tanto nos países de renda média quanto nos de renda alta, os empreendedores iniciais dedicam, em média, 70% de seu tempo ao negócio. Em se tratando de empreendedores estabilizados, o percentual aumenta para 80% em ambos os grupos de países. Já no Brasil, apenas 55% dos empreendedores iniciais dedicam tempo integral ao negócio. Os empreendedores estabelecidos afirmaram destinar mais tempo ao serviço, algo em torno de 70%.

A pesquisa do GEM constatou que tanto nos países de renda alta quanto média, o número de empresas criadas com recursos advindos do mercado de capital de risco é relativamente baixo quando comparado com outras fontes de recursos. A taxa média de investidores informais, que geralmente advém de familiares, amigos e estranhos, nestes países é de 3,3%, numa relação em que para cada 100 adultos, 3,3 são investidores informais.

A confiança em suas próprias capacidades é o que determina as pessoas dos países do GEM, sejam estas iniciantes ou estabelecidas, a se tornarem em-

preendedoras. Também no Brasil o sentimento de autoconfiança é demonstrado pelos empreendedores, tanto os iniciais quanto os estabelecidos. Mais de 60% dos pesquisados responderam que o medo de fracassar não seria impedimento para começar um negócio, percentual que se eleva para 70% quando os pesquisados estão na categoria de empreendedor inicial. Um dado a ser considerado diz respeito à valorização da sociedade brasileira ao empreendedor bem-sucedido. Cerca de 80% dos empreendedores iniciais e 78% dos empreendedores estabelecidos admitem que aqueles que conseguem sucesso nos seus negócios são mais valorizados, respeitados e possuem maior *status* diante da sociedade.

Considerações finais

A pesquisa do GEM proporcionou algumas reflexões sobre o empreendedorismo, principalmente o do Brasil. A seguir estão elencadas as principais considerações.

O Brasil ainda se caracteriza por possuir empreendedores que procuram abrir seus negócios tendo como motivação a necessidade, diferentemente dos demais países do GEM, principalmente daqueles de renda mais alta cuja motivação principal é a oportunidade. Este fato pode ser explicado quando se associa a atual conjuntura brasileira às altas taxas de desemprego que impõem às pessoas a busca de novas opções de ocupação.

Segundo Carpintéro e Bacic (2003), a ação empreendedora está diretamente relacionada à sobrevivência das pessoas, as quais, motivadas pela dificuldade de acesso ao mercado de trabalho e pelo desemprego, procuram a solução a partir da abertura de um empreendimento individual. Nesse sentido, para os autores, os resultados desse empreendedorismo são bastantes precários e estão associados mais a uma disfunção do sistema do que ao seu vigor.

Outro fato importante apontado pela pesquisa refere-se ao grau de inovação dos empreendedores brasileiros, sejam eles iniciais ou já estabelecidos. A grande maioria procura atuar em segmentos já consolidados e de alta concorrência. O baixo nível de inovação, em parte, explica a baixa permanência dos negócios e a dificuldade destes em prosperar.

Esse fato aponta para medidas que podem ser aplicadas no sentido de se criar ambientes mais propícios ao

empreendedorismo através do incentivo à inovação, ao aprendizado, à capacitação e ao uso de tecnologias. Como afirmam Albagli e Maciel (2002), deve-se “promover a capacitação local em inovação e aprendizado de forma coletiva e sistêmica”. Daí, para esses autores, a necessidade de interação entre o empreendedor e o Estado: o primeiro, detentor de uma qualificação, seu capital humano, e o segundo, com suas políticas desenvolvimentistas capazes de fazer florescer arranjos produtivos e inovativos para suas nações.

A pesquisa do GEM revela que tanto nos países de renda alta quanto nos de renda média os negócios são geralmente criados com fontes de recursos dos próprios fundadores, ao invés de se utilizar outras fontes cujo risco são bem maiores. A importância do empreendedorismo nos países do GEM é demonstrada quando se verifica a participação dos recursos investidos na criação de novos negócios junto ao PIB, algo em torno de 4%.

O que foi verificado no Brasil em relação ao acesso a recursos financeiros pelo empreendedor denota uma série de empecilhos, seja a própria situação financeira daquele que quer empreender, seja por condições do próprio sistema econômico financeiro (juros elevados e muita burocracia), cuja política governamental só faz recrudescer esses fatores a cada dia. Portanto, é necessário que ações sejam implementadas no sentido de permitir a viabilização do mercado de capital de risco.

Dados obtidos em artigo publicado no Portal Exame (2006) apontam o Brasil como um dos países mais burocráticos do mundo em relação à rigidez da legislação trabalhista, à dificuldade para abertura e fechamento de negócios, ao alto custo na demissão de funcionários ou ainda em relação à morosidade da justiça.

Nesse sentido, vem crescendo a importância do investidor informal no apoio financeiro ao empreendedor. Geralmente, esse investidor é do círculo familiar do empreendedor e assim o faz para ajudá-lo. A pesquisa aponta que, aqui no Brasil, 52,1% dos investidores informais apóiam empreendedores cujo relacionamento é bastante próximo, como pais, filhos, cônjuges, irmãos e netos, e 19,25% cujo vínculo ainda é de parentesco, mas não são tão próximos assim e, portanto, considerados nessas categorias. Amigos e vizinhos também têm um papel importante como investidores informais: representam 23,3%. Contudo, o Brasil registrou uma das menores taxas de investidor informal na pesquisa

do GEM, em torno de 0,6% para o período 2002-2005, comparando-se apenas ao Japão.

Não se pode deixar de destacar a importância do Sebrae – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas na formação do empreendedor brasileiro, seja disponibilizando material informativo como planos e tipos de negócios, questionários para identificação do perfil do empreendedor e formação de crédito, seja propiciando cursos ou financiando pesquisas.

Outro ponto importante que merece ser mencionado refere-se à provável aprovação pelo Congresso Nacional, ainda este ano, da reformulação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas. Segundo o Sebrae, a aprovação de uma lei complementar traria conquistas e inovações ao empresariado a partir da implementação de medidas que já vêm sendo perseguidas, como a simplificação e desburocratização no recolhimento de tributos, através do registro das MPE num único cadastro, da arrecadação unificada de tributos federais, estaduais, distritais e municipais, além do respeito às diferenças de enquadramento em relação às especificidades locais. A intenção é que as medidas levadas à prática pela Lei possam contribuir para amenizar ou reduzir questões como o combate à pobreza pela geração de trabalho, emprego e renda e a redução da informalidade, já que há um estímulo à legalização das MPE, além de incentivar o desenvolvimento local e dos arranjos produtivos e de contribuir com o aumento da base de arrecadação de impostos.

Nesse sentido, a pesquisa do GEM, quando avalia através de indicadores o empreendedorismo no Brasil e em alguns países do mundo, aponta os entraves para algumas áreas e o bom desempenho de outras, o que possibilita o uso de medidas corretivas que visem a sustentabilidade do segmento.

Referências

ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L. *Capital social e empreendedorismo local*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/redesist>. Acesso em: 03 Jul. 2006.

A SOLUÇÃO está aqui dentro. Exame, São Paulo, 27 Jul. 2006. Disponível em: <http://www.portalexame.com.br>. Acesso em: 29 Jul. 2006.

CARPINTÉRO, J. N. C.; BACIC, M. J. *Empreendedorismo e desenvolvimento*. Campinas: UNICAMP, 2003.

CORCETTI, E. *Brasil Empreendedor: 150 anos de desafios*. São Paulo, 2002. Disponível em: <http://www.anprotec.org.br>. Acesso em: 03 Jul. 2006.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. *Empreendedorismo no Brasil – 2005: relatório executivo*. Curitiba: SEBRAE/IBQP, 2006. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br>. Acesso em: 15 Jul. 2006.

PRINCIPAIS BENEFÍCIOS DA LEI GERAL DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. SEBRAE, 2006. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br>. Acesso em: 15 Jul. 2006. ■

Investimentos industriais previstos para o estado da Bahia totalizam R\$ 10,7 bilhões

Os investimentos industriais anunciados para o estado da Bahia, a serem realizados no período referente a 2006-2010, totalizaram um volume da ordem de R\$ 10,7 bilhões, agregando 440 projetos. Os investimentos estão subdivididos em treze eixos de desenvolvimento e em nove complexos de atividade econômica.

No que diz respeito à localização dos investimentos, indicado pelos eixos de desenvolvimento, observa-se que os eixos Metropolitano e Extremo Sul concentram 80,4% dos investimentos previstos, representados num volume de R\$ 8,6 bilhões em cerca de 56% dos projetos. Os demais agregam montante na ordem de R\$ 2,1 bilhões alocados em 195 projetos.

Em relação ao complexo de atividade econômica, infere-se que 68% encontram-se alocados nos complexos Madeireiro (39%), Químico-Petroquímico (18%) e Agroalimentar (11%), perfazendo R\$ 7,3 bilhões em 172 projetos. Os demais são responsáveis por um valor de R\$ 3,4 bilhões distribuídos em 268 projetos, notadamente no complexo de Calçados/Têxtil/Confecções, com participação de 9,0% dos investimentos.

Analisando os investimentos quanto à situação, verifica-se que 55% estão em ampliações de unidades industriais, representando aproximadamente R\$ 5,9 bilhões em 91 projetos, enquanto 45% encontram-se em implantações e 0,2% em reativações, somando recursos na ordem de R\$ 4,8 bilhões em 349 projetos.

Quanto ao número de empregos previstos, tem-se a expectativa que os empreendimentos industriais gerem 58.962 postos de trabalho, sendo que os eixos Metropolitano (39%) e Grande Recôncavo (21%) absorvem aproximadamente 60% dos empregos, ou 35.139 postos de trabalho. Os restantes respondem por 40% dos empregos, especialmente o eixo Mata Atlântica, respondendo por 12,2% dos empregos (7.195 novos postos).

A política de atração de investimentos industriais, promovida pelo governo do estado da Bahia, tem contribuído significativamente para a diversificação do parque industrial. Este fato vem ocorrendo desde 1991, com a implantação de programas de incentivos fiscais, como o Probahia. Esses programas se intensificaram, destacando-se: os incentivos especiais para o setor de informática, em 1995; o Procomex, para o setor de calçados e seus componentes, em 1997; e o Bahiaplast, para o setor de transformação plástica, em 1998, além do Procobre e do Profibra. A partir de 2002, o programa Desenvolve substituiu os demais programas implantados anteriormente. Dentre as principais indústrias que estão se instalando e ampliando a sua capacidade em 2006, encontram-se a Saga Nordeste Automação Ltda, a Cascatel Indústria e Comércio de Telhas Ltda, a Polibhela Industrial e Comercial de Componentes para Calçados Ltda e a Tec Line Indústria e Comércio de Computadores Ltda.

Tabela 1
Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por complexo de atividade 2006-2010

Complexo	Volume (R\$1.000,00)	Nº de Projetos
Agroalimentar	1.134.208	73
Atividade mineral e beneficiamento	434.756	21
Calçados/Têxtil/Confecções	940.676	50
Complexo madeireiro	4.230.615	13
Eletroeletrônico	211.526	58
Metal-mecânico	453.321	42
Químico-petroquímico	1.925.404	86
Reciclagem	1.156	1
Transformação petroquímica	806.652	87
Outros	596.029	9
Total	10.734.340	440

Fonte: SICM / Jornais Diversos

Elaboração: CAC - SEI

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 25/08/06.

Tabela 2
Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por eixo de desenvolvimento 2006-2010

Eixo	Volume (R\$1.000,00)	Nº de Projetos
Baixo Médio São Francisco	49.439	7
Chapada Norte	64.217	8
Chapada Sul	4.890	4
Extremo Sul	3.376.221	16
Grande Recôncavo	489.931	65
Irecê do São Francisco	22.193	2
Mata Atlântica	247.505	48
Médio São Francisco	3.000	1
Metropolitano	5.249.182	229
Nordeste	33.424	6
Oeste do São Francisco	253.348	6
Planalto Central	292.103	1
Planalto Sudoeste	211.812	37
A Definir	437.076	10
Total	10.734.340	440

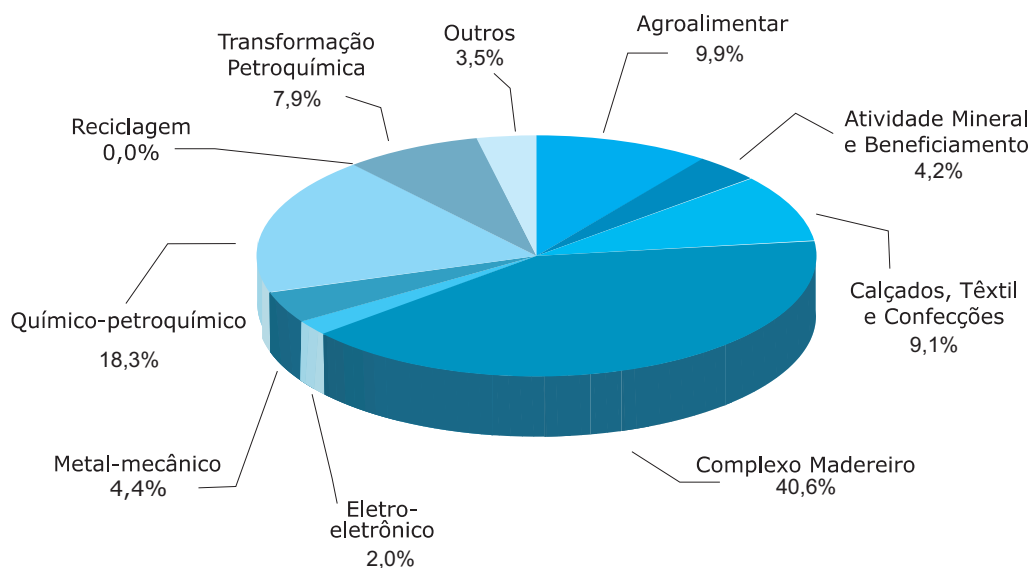
Fonte: SICM / Jornais Diversos

Elaboração: CAC -SEI

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 25/08/06.

Investimentos previstos para a Bahia - 2006/2010

Participação por Complexo de Atividade



Fonte: SICM / Jornais Diversos

Elaboração: CAC - SEI

Metodologia da pesquisa de investimentos industriais previstos no estado da Bahia

A metodologia utilizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI para levantar as intenções de investimentos industriais previstos para os próximos quatro anos no estado da Bahia, desenvolvida inicialmente pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia - SEPLAN, consiste em coletar diariamente as informações primárias dos prováveis investimentos a serem implantados no estado, divulgadas pelos principais meios de comunicação, e obter sua confirmação junto às respectivas empresas. Essas informações são coletadas nas seguintes publicações: Gazeta Mercantil, Valor Econômico, A Tarde, Correio da Bahia e Diário Oficial do Estado da Bahia. O levantamento desses dados também é obtido junto à Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia – SICM através dos protocolos de intenção e projetos econômico-financeiros entregues à Secretaria para o requerimento de incentivos dos programas PROBAHIA, BAHIAPLAST e do atual DESENVOLVE.

Após a verificação dos dados coletados e a confirmação das empresas a serem implantadas no estado, identifica-se a existência de dupla contagem dos dados. Depois de consistidos, os dados serão apresentados sob a forma de tabelas e gráficos contendo o volume e a participação dos investimentos industriais por complexo de atividade, por eixo de desenvolvimento e o número de projetos. Os valores dos investimentos anunciados estão expressos em reais.

Os dados mais desagregados estão sendo disponibilizados e atualizados mensalmente no *site* da SEI, com dados a partir de 1997, apresentando valores acumulados.

Conheça a importância da **Tecnologia para o desenvolvimento no Estado**

Leia a revista **Bahia Análise & Dados “Ciência, tecnologia e inovação”**. Essa publicação versa sobre as implicações dos avanços e inovações tecnológicas no desenvolvimento da Bahia e do Brasil, evidenciando a importância do investimento na Ciência como forma de se alcançar o progresso social e econômico.

A revista também traz uma visão mais específica sobre o assunto, abordando casos locais de políticas de C&T, inclusão digital e questões ambientais.



Notícias

Negócios

Capemi planeja shopping em Salvador

O grupo financeiro Capemi, que atua nos ramos de previdência privada, seguros e planos de saúde, uniu-se à construtora baiana W. Pacheco para entrar no aquecido mercado de shopping centers de Salvador. O empreendimento consumirá R\$ 250 milhões em investimentos e deverá ter 400 lojas. A licença ambiental para o projeto já foi liberada, o que deixa o início das obras na dependência apenas do alvará de construção da prefeitura, segundo o gestor de finanças da Capemi, José Augusto Tatajiba. A previsão é que as obras se estendam por dois anos e criem 10 mil empregos diretos. Quando entrar em operação, o shopping empregará 5,5 mil pessoas.

A Capemi também atua no ramo imobiliário – o grupo construiu, por exemplo, prédios residenciais em São Paulo e Aracaju; em Salvador, está construindo um hotel e colocou em operação um centro comercial com 60 lojas. O novo shopping, entretanto, será seu primeiro projeto de grandes proporções nesse ramo. O shopping deverá receber o nome da avenida Paralela, à margem da qual será construído. O local fica próximo do aeroporto da cidade, em uma posição estratégica para atrair turistas e proprietários de imóveis que se deslocam para o litoral norte da Bahia – estão nessa faixa da costa empreendimentos como Costa do Sauípe, Praia do Forte e o Iberostar.

Também estão nesse raio de ação dois novos projetos. O Salvador Shopping, do Grupo JCPM, é o que estreará mais cedo. Com inauguração prevista para abril do ano que vem, o shopping consumirá R\$ 250 milhões em investimentos. Sua estrutura inicial prevê dez lojas-âncora e 263 lojas-satélite, mas já há previsão de ampliação para 403 unidades. O Grupo JCPM é controlado por João Carlos Paes Mendonça, ex-dono da rede de supermercados Bompreço.

A concorrência no setor ganhará ainda mais força quando entrar em operação o Megacenter, projeto da Euluz Empreendimentos e que tem as obras a cargo da construtora Camargo Corrêa. O shopping ocupará área construída de 130 mil metros quadrados e 368 lojas. A previsão é que ele entre em funcionamento em 2008. O projeto total incluirá, em uma segunda etapa, a construção de 24 prédios residenciais e cinco comerciais na área em torno do shopping.

Capemi planeja shopping de R\$ 250 milhões em Salvador. Valor econômico, 08/08/2006.

Fábrica da Toyota na Bahia

Uma verdadeira guerra de nervos está sendo travada entre o Rio Grande do Sul e a Bahia. E o pomo da discórdia é a japonesa Toyota, que está buscando local para abrigar a nova fábrica. Ao que tudo indica, a Bahia é forte adversário aos interesses dos gaúchos. Ambos os estados estão empatados quando o assunto é isenção fiscal, mas quando entra a infra-estrutura a coisa muda: se de um lado os baianos têm em Camaçari toda a infra-estrutura adequada instalada, incluindo fábricas de pneus, acessórios para os veículos e demais componentes, além da boa disposição logística para escoamento da produção, do outro, o Rio Grande do Sul sinaliza com um terreno de mil hectares que havia sido destinado à Ford, quando a empresa optou por abrir as portas em solo baiano.

A vinda da Toyota teria grande impacto na economia baiana, especialmente no emprego e geração de renda. Um impacto semelhante ao da Ford, estimulando o surgimento de fornecedores na região e com desdobramentos desde áreas como a de serviços até a construção civil.

Bahia poderá abrigar fábrica da Toyota. Tribuna da Bahia, 16/08/2006.

Indicadores

Investimentos de US\$ 1 bilhão no Brasil

A Bahia tornou-se o centro da maioria dos investimentos em novas unidades de fabricação de pneus no país. Nos últimos três anos, com um maior aquecimento do setor e a crescente demanda, os aportes para a instalação de unidades produtivas no Brasil

atingiram cerca de US\$ 1 bilhão. A Pirelli iniciou a onda de grandes investimentos do setor no estado. Presente na Bahia desde 1986, a companhia desembolsou US\$ 120 milhões para remodelar sua fábrica localizada em Feira de Santana, a 110 quilômetros de Salvador. A obra foi concluída em 2003.

Em abril deste ano, a alemã Continental inaugurou sua primeira fábrica brasileira, localizada em Camaçari, a 45 quilômetros da capital. O projeto consumiu US\$ 270 milhões e prevê produzir 6 milhões de unidades em 2008. Ainda em 2006 deve entrar em operação, também em Camaçari, a fábrica da Bridgestone Firestone, na qual estão sendo investidos US\$ 160 milhões.

O pólo de pneus baiano atraiu outros empreendimentos ligados a essa indústria. A Columbian Chemicals está investindo US\$ 67 milhões em uma fábrica de negro-de-fumo – insumo utilizado principalmente na produção de pneus – em Camaçari. A gaúcha Vipal, por sua vez, vai instalar em Feira de Santana uma unidade para produção, inicialmente, de mistura de borrachas. O investimento será de R\$ 113 milhões.

A Bridgestone Firestone também aumentou a capacidade de sua unidade de Santo André (SP), que recebeu investimento de US\$ 100 milhões. Em Gravataí (RS), a Pirelli inaugurou em março uma nova linha de pneus radiais para caminhões e ônibus – no Brasil, a produção dessa linha estava concentrada até então apenas em Santo André. O investimento na unidade foi de R\$ 116 milhões.

A Goodyear colocou em operação no ano passado o plano de investir US\$ 120 milhões ao longo de dois anos para ampliar em 50% a produção de pneus para máquinas agrícolas e do tipo radial para caminhões. A programação prevê aportes até 2006.

Multinacionais investiram no Brasil US\$ 1 bi nos últimos três anos. Valor Econômico, 21/08/2006.

Manati dobrará a produção

Mercado para a segunda quinzena de agosto, o início das operações no Campo de Manati – empreendimento localizado na costa sul do estado, que deverá dobrar a produção de gás natural na Bahia – vai permitir a ampliação das ações no segmento formado pelas usinas termelétricas no território baiano. Entre os benefícios previstos com o funcionamento do projeto, está a viabilização da segunda etapa do progra-

ma de implantação da Termobahia, unidade situada no município de São Francisco do Conde, que produz atualmente cerca de 185 megawatts de energia.

Tendo iniciado suas operações comerciais em dezembro de 2003, a Termobahia, um investimento de US\$ 250 milhões, responde hoje por um consumo da ordem de 1,2 milhão de metros cúbicos de gás natural por dia, volume verificado quando a empresa está em 100% da sua capacidade operacional. Conforme o presidente da usina, a atuação da unidade depende do cenário atual de demanda por energia, situação que pode ocorrer em virtude de uma queda no nível de água dos reservatórios. Nesse caso, a entrada da termelétrica torna-se indispensável para dar suporte ao trabalho das hidrelétricas, em especial nos momentos onde há pico no consumo de energia, período caracterizado entre as 17h30 e 20h30.

Com 50 colaboradores, entre funcionários próprios e terceirizados, a Termobahia atende hoje à rede da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf). A empresa é responsável ainda pela produção de 400 toneladas de vapor por hora, montante que é destinado ao abastecimento da Refinaria Landulpho Alves, complexo situado próximo à planta da usina. Há cinco anos em atuação, a implantação da Fafen Energia representou um investimento total de US\$ 100 milhões.

Manati dobrará produção do estado. Correio da Bahia, 08/08/2006.

Mamona, ouro verde do Nordeste

Uma nova oportunidade de negócios está surgindo no campo: com a vinda para o estado de indústrias especializadas em biodiesel, a mamona promete se tornar o ouro verde do Nordeste. O produto tem sido fruto de especulação desde que a Petrobras anunciou a escolha do município de Candeias para abrigar a nova fábrica responsável pelo fabrico de biodiesel. No ano passado, a Bahia colheu 135,3 mil toneladas do produto – 84% a mais que a safra de 2003. A área plantada também cresceu 47,3%, passando de 125 mil hectares para 184 mil hectares em 2005. Como consequência, a produtividade subiu 24%, passando de 592 kg/ha para 734 kg/ha, o maior rendimento nos últimos 14 anos.

Mas uma situação tem chamado a atenção: atualmente o cultivo da mamona está centrado em 120 mil hectares, o que representa uma média de 60 mil famílias produtoras. Segundo o secretário estadual de

Agricultura, Pedro Barbosa, serão necessárias mais de 100 mil famílias para darem conta da demanda futura, sem contar com a produção da Petrobras, que deverá requerer à produção que será gerada por mais de 20 mil famílias.

A Bahia produz 81% da mamona produzida no Brasil, colocando o estado como primeiro produtor nacional do produto. A região de Irecê é a principal produtora. Em 2003, o governo do Estado iniciou o Probiodiesel Bahia. O programa representou as bases para a indústria de biodiesel do estado. Face ao grande apoio do governo estadual, quatro empresas assinaram protocolo de intenção: a Petrobras, o grupo francês Dagris, a Brasil Ecodiesel (início da produção prevista para 2007) e a Orbitrade.

A implantação de usinas de esmagamento e de produção de biodiesel pela Brasil Ecodiesel na Bahia tem valor estimado de R\$ 234 milhões, com geração de 24 mil novos postos de trabalho divididos entre as etapas industrial e agrícola. Entre os pontos destacados pelo governo para o cultivo da mamona estão: a implantação de uma unidade-escola de produção de biodiesel a partir do dendê na região do Baixo Sul e um estudo da viabilidade técnica e econômica para implantação da usina demonstrativa de produção de biodiesel em Irecê.

Mamona, ouro verde do Nordeste. Tribuna da Bahia, 17/08/2006.

de 2005, devem estar concluídos até o fim deste ano. Nas demais localidades, como Guarajuba e Itacimirim, a previsão é para o segundo semestre de 2007. Para o sistema de água, que contempla ainda localidades como Açuzinho e Açu da Torre, a meta é alcançar a marca de 2,8 mil ligações.

Já foi implantada a estrutura que serve às redes de hotéis, incluindo os resorts Vila Galé e Iberostar, e estão em curso as obras para instalação dos sistemas que abastecerão as comunidades.

A comunidade da região espera com muita ansiedade a chegada da água. O abastecimento é através de cisterna, e o equipamento foi construído através do esforço conjunto de quatro famílias da mesma rua, que arrecadaram R\$ 600 e investiram na fonte. Assim, todos conseguem ter água para banho e uso doméstico. A água para consumo humano, porém, é comprada no mercado. Em Barra do Pojuca, os moradores das localidades que não dispõem de esgotamento sanitário também esperam que as obras venham melhorar a qualidade de vida.

Quando chove de forma mais intensa, os bueiros entopem e a própria comunidade é obrigada a improvisar soluções.

Obras de saneamento beneficiam 60 mil pessoas no Litoral Norte. Diário Oficial, 05 e 06/08/2006.

Ação Governamental

Benefício a 60 mil pessoas no Litoral Norte

O Litoral Norte está recebendo investimentos de R\$ 40 milhões em obras de esgotamento sanitário e sistemas de água. A iniciativa vai beneficiar cerca de 60 mil pessoas, além de atender às necessidades da rede hoteleira, responsáveis pelo aumento do fluxo turístico na região. As obras alcançam hotéis e áreas residenciais em localidades como Barra do Pojuca, Monte Gordo, Guarajuba e Itacimirim.

Os serviços incluem a implantação de 23 estações elevatórias, quatro estações de tratamento, ligações domiciliares, uma adutora de 60 quilômetros e um reservatório elevado com capacidade para 400 metros cúbicos, em execução em Itacimirim. Em Barra do Pojuca e Monte Gordo, os trabalhos, iniciados em maio

SP e Bahia abrem parcelamento de débitos

Os estados da Bahia e de São Paulo poderão resolver seu problema de déficit orçamentário na arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) com o oferecimento de um pagamento facilitado do imposto. Os dois estados aderiram na última semana a um antigo convênio do Conselho de Política Fazendária (Confaz), que autoriza estados a oferecer algumas condições especiais para empresas interessadas em saldar dívidas vencidas até dezembro de 2005. Conforme a data para pagamento do imposto, a empresa poderá obter abatimento total da multa e redução de até 50% nos juros.

O pagamento facilitado é considerado por tributaristas como uma ótima oportunidade de pagamento para empresas que ficaram inadimplentes ou que foram autuadas. Inclusive as autuadas em São Paulo no ano passado em função de operações de exportação fictí-

cia de soja. A fiscalização deflagrada em 2005 resultou em autuações totais de R\$ 1 bilhão e a maior parte deste valor é em multas. O Estado de São Paulo encaminhou à Assembléia Legislativa um projeto de lei para aprovar o pagamento facilitado de ICMS. A Bahia deverá encaminhar seu projeto na próxima semana.

As condições deverão ser iguais porque são as pré-estabelecidas no convênio do Confaz. O pagamento facilitado prevê que a empresa salde o débito em uma única parcela. O benefício fica por conta de redução de multa e juros. O convênio estabelece quatro datas para pagamento que vão de 30 de setembro até 22 de dezembro. Do lado dos estados, os pagamentos serão uma arrecadação extra que poderá garantir o cumprimento do orçamento.

A última vez que São Paulo ofereceu um pagamento facilitado do imposto foi em 2003, justamente quando também estava com defasagem em relação à previsão orçamentária. Naquele ano, a arrecadação extra de R\$ 500 milhões com o oferecimento de anistia de multa e parte dos juros garantiu o cumprimento da previsão feita para o ICMS.

Na Bahia a situação não é muito diferente. O estado também apresentou crescimento real de arrecadação no primeiro semestre, com elevação de 3,8% deflacionados pelo IGPM. Desempenhos abaixo do esperado em segmentos industriais e também no comércio atacadista contribuíram, porém, para uma diferença de R\$ 300 milhões no primeiro quadrimestre em relação à previsão do orçamento. Depois que os estados tiverem as respectivas leis aprovadas, deverão regulamentar o assunto e oferecer o pagamento facilitado aos contribuintes.

SP e Bahia abrem parcelamento de débitos. Valor Econômico, 11/08/2006.

Suspensão de multas do ICMS

Empresas baianas de portes e segmentos variados poderão ser beneficiadas com a dispensa de multas e acréscimos moratórios do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). A anistia foi proposta no projeto de lei enviado à Assembléia Legislativa pelo governador Paulo Souto, e permitirá que o contribuinte obtenha de 70% até 100% de desconto nos débitos fiscais. A expectativa do governo do estado é de que o projeto seja aprovado até o início de setembro.

O desconto de 100% na multa e acréscimos moratórios será dado aos contribuintes que quitarem as dívidas até 29 de setembro. Para os que pagarem até o dia 31 de outubro, o desconto é de 90%; até 30 de novembro, de 80% e até 22 de dezembro, de 70%. Os descontos valem para dívidas decorrentes de fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2005, inclusive com cobrança ajuizada.

O projeto de lei está de acordo com a Lei Complementar Federal e é respaldado em convênios firmados pelos estados no Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). O órgão autorizou os estados do Acre, Alagoas, Amapá, Ceará, Maranhão, Piauí, São Paulo e Bahia a dispensar o pagamento de juros e multas de débitos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços. No ano passado, através do programa de recuperação de dívidas do ICMS, a Bahia arrecadou cerca de R\$160 milhões.

Projeto propõe suspensão de multas do ICMS. Correio da Bahia, 30/08/2006.



União

Atos do poder executivo

Decretos

Decreto nº 5.867, de 3 de agosto de 2006 – Promulga o Acordo de Extradicação entre os Estados Partes do Mercosul e a República da Bolívia e a República do Chile, de 10 de dezembro de 1998.

Decreto nº 5.868, de 3 de agosto de 2006 – Fixa os preços mínimos para aveia, canola, cevada, trigo, triticale, sementes de cevada, de trigo e de triticale, safra de inverno 2006.

Decreto nº 5.869, de 3 de agosto de 2006 – Fixa os preços mínimos básicos para sementes e produtos agrícolas das safras de verão e de produtos regionais 2006/2007 e das Regiões Norte e Nordeste 2007.

Decreto nº 5.876, de 17 de agosto de 2006 – Dispõe sobre a execução do Trigésimo Sexto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 14, entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República Argentina, de 1º de agosto de 2006.

Decreto nº 5.879, de 22 de agosto de 2006 – Regulamenta o inciso III do art. 4º da Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, que dispõe sobre realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica, e dá outras providências.

Decreto nº 5.881, de 31 de agosto de 2006 – Regulamenta o art. 55 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, que instituiu o regime de suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS na aquisição de máquinas e equipamentos para a produção de papéis destinados à impressão de jornais e periódicos.

Decreto nº 5.883, de 31 de agosto de 2006 – Altera alíquotas de posições da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, aprovada pelo Decreto nº 4.542, de 26 de dezembro de 2002.

Decreto nº 5.881, de 31 de agosto de 2006 – Modifica os arts. 5º, 12º e 16º do Decreto nº 5.025, de 30 de março de 2004, que regulamenta o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA, e dá outras providências.

Medidas provisórias

Medida provisória nº 320, de 24 de agosto de 2006 – Dispõe sobre a movimentação e armazenagem de mercadorias importadas ou despachadas para exportação, o alfandegamento de locais e recintos, a licença para explorar serviços de movimentação e armazenagem de mercadorias em Centro Logístico e Industrial Aduaneiro, altera a legislação aduaneira e dá outras providências.

Medida provisória nº 317, de 16 de agosto de 2006 – Altera dispositivos da Lei nº 11.322, de 13 de julho de 2006, que dispõe sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas na

área de atuação da Agência de Desenvolvimento do Nordeste –ADENE, e dá outras providências.

Medida provisória nº 315, de 3 de agosto de 2006

– Dispõe sobre operações de câmbio, sobre registro de capitais estrangeiros, sobre o pagamento em lojas francas localizadas em zona primária de porto ou aeroporto, sobre a tributação do arrendamento mercantil de aeronaves, sobre a novação dos contratos celebrados nos termos do § 1º do art. 26 da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, altera o Decreto nº 23.258, de 19 de outubro de 1933, a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, o Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976, e revoga dispositivo da Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006.

Secretaria da Receita Federal

Portarias

Portaria nº 874, de 21 de agosto de 2006 – Altera a redação dos arts. 2º, 5º e 6º da Portaria SRF nº 999, de 15 de agosto de 2002.

Portaria nº 915, de 31 de agosto de 2006 – Transfere a competência para o julgamento de processos administrativos fiscais entre Delegacias da Receita Federal de Julgamento.

Instruções Normativas

Instrução Normativa nº 670, de 21 de agosto de 2006 – Dispõe sobre a Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte (Dirf) e dá outras providências.

Instrução Normativa nº 671, de 24 de agosto de 2006 – Dispõe sobre a apresentação da Declaração Anual de Isento de 2006 (DAI2006).

Banco Central do Brasil

Resoluções

Resolução nº 3.390, de 4 de agosto de 2006 – Dispõe sobre ajustes nas normas vigentes para financiamentos com recursos controlados do crédito rural, insere o amendoim entre as atividades beneficiadas pela reprogramação de parcelas vencidas e prorroga-

ção de parcelas vincendas em 2006 e altera as Resoluções 3.373 e 3.376, ambas de 2006, que tratam da reprogramação de parcelas vincendas, em 2006, de operações de custeio e de investimento.

Resolução nº 3.391, de 9 de agosto de 2006 – Dispõe sobre prazos e vencimentos dos empréstimos do Governo Federal (EGF).

Resolução nº 3.392, de 18 de agosto de 2006 – Dispõe sobre cobertura de perdas pelo Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), exclusivamente na safra 2004/2005, na forma do art. 12 da Lei 11.322, de 2006.

Resolução nº 3.393, de 18 de agosto de 2006 – Autoriza o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) repassar recursos equalizados pelo Tesouro Nacional a cooperativas singulares e centrais de crédito credenciadas, na safra 2006/2007, para aplicação nas linhas de crédito de custeio agropecuário dos Grupos “D” e “E” do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Resolução nº 3.394, de 18 de agosto de 2006 – Dispõe sobre a formalização das operações de crédito de que trata o art. 15 da Lei 11.322, de 2006, referentes às operações contratadas ao amparo das Resoluções 2.238, de 1996, 2.471, de 1998, e 2.681, de 1999, e alterações posteriores.

Resolução nº 3.395, de 18 de agosto de 2006 – Dispõe sobre concessão de bônus de adimplência para os agricultores familiares do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em financiamento de custeio de algodão, arroz, feijão, mandioca, milho, soja e da atividade leiteira, com vencimento em 2006.

Resolução nº 3.396, de 18 de agosto de 2006 – Altera normas do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) e eleva, para o produtor rural, o somatório

do limite de crédito para comercialização de crédito para comercialização de café, na safra 2005/2006.

Circulares

Circular nº 3.325, de 24 de agosto de 2006 – Altera o Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais – RMCCI.

Estado

Atos do poder executivo

Decretos

Decreto nº 10.066, de 03 de agosto de 2006 – Procede à Alteração nº 79 ao Regulamento do ICMS e dá outras providências.

Decreto nº 10.072, de 15 de agosto de 2006 – Procede à Alteração nº 80 ao Regulamento do ICMS e dá outras providências.

Secretaria da Fazenda

Portarias

Portaria nº 285, de 10 de agosto de 2006 – Altera para o exercício de 2006, o Orçamento Analítico da Secretaria da Fazenda – SEFAZ, na forma que indica e dá outras providências.

Portaria nº 285, de 10 de agosto de 2006 – Altera dispositivos da Portaria nº 004, de 6 de janeiro de 2003, que dispõe sobre o Programa Permanente de Capacitação e Desenvolvimento dos Auditores Fiscais e Agentes de Tributos Estaduais da Secretaria da Fazenda – PROCAD. ■

Indicadores Conjunturais

Indicadores Econômicos

Índices de Preços

Índice de Preços ao Consumidor - IPC ¹ - Salvador: Ago/2006						
Grandes grupos	Variações do mês %		Variações acumuladas%		Índice acumulado	
	Ago/05	Ago/06	No ano ²	Últimos 12 meses ³	Abr/92=100	Jun/94=100
Alimentos e bebidas	-0,25	-0,52	0,73	3,38	352342,9	236,20
Habituação e encargos	1,08	0,20	18,40	24,90	828839,6	662,81
Artigos de residência	0,80	0,15	-0,88	-1,77	276279,9	230,91
Vestuário	-1,09	0,13	-3,34	0,50	306556,5	179,91
Transporte e comunicação	0,45	-0,09	4,65	10,90	635515,7	687,77
Saúde e cuidados pessoais	0,74	0,59	4,14	4,17	618872,3	329,72
Despesas pessoais	0,57	0,18	2,53	3,00	660988,9	379,01
Geral	0,14	-0,05	2,60	5,51	469719,3	327,31

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI

¹ O IPC de Salvador representa a média de 27.000 cotações de uma cesta de consumo de 308 bens e serviços pesquisados em 270 estabelecimentos e 600 domicílios, para famílias com rendimento de 1 a 40 salários mínimos

² Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

³ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Pesquisa Nacional da Cesta Básica Custo e variação da cesta básica - capitais brasileiras - Ago/2006					
Capitais	Valor da cesta (R\$)	Variação no mês ¹ (%)	Variações acumuladas %		Porcentagem do salário mínimo
			No ano ²	Últimos 12 meses ³	
Aracaju	132,11	-1,43	-9,08	-2,17	40,87
Belém	145,54	-4,65	-7,16	0,13	45,03
Belo Horizonte	160,24	2,23	-9,41	0,26	49,58
Brasília	161,59	-0,43	-8,81	-0,52	49,99
Curitiba	154,48	-2,14	-12,68	-1,38	47,79
Florianópolis	158,89	-0,89	-7,95	2,63	49,16
Fortaleza	129,46	-3,98	-2,69	-3,69	40,05
Goiânia	140,10	-2,32	-6,05	-5,14	43,34
João Pessoa	133,23	-0,68	-7,86	-1,13	41,22
Natal	131,26	-4,36	-3,43	-4,70	40,61
Porto Alegre	171,72	0,41	-10,24	-0,66	53,13
Recife	130,87	-3,69	-6,73	-2,52	40,49
Rio de Janeiro	155,23	-2,79	-12,84	-5,66	48,03
Salvador	133,75	-0,98	-1,80	0,13	41,38
São Paulo	169,62	-0,52	-7,53	-3,14	52,48
Vitória	147,67	-2,51	-10,83	-2,06	45,69

Fonte: DIEESE

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior

² Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

³ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Agricultura

Produção física e rendimento médio dos principais produtos - Bahia 2005/2006						
Produtos do LSPA ¹	Produção física (t)			Rendimento médio (Kg/ha)		
	2005 ²	2006 ³	Variação (%)	2005 ²	2006 ³	Variação (%)
Lavouras Temporárias						
Abacaxi ⁴	119.712	126.296	5,5	24.914	25.284	1,5
Algodão Herbáceo	819.977	810.363	-1,2	3.184	3.358	5,5
Alho	7.432	7.380	-0,7	6.939	7.664	10,4
Amendoim	7.042	7.275	3,3	1.150	1.061	-7,8
Arroz Total	92.683	19.739	-78,7	2.376	1.146	-51,8
Arroz Sequeiro	74.832	16.008	-78,6	2.156	981	-54,5
Arroz Irrigado	17.851	3.731	-79,1	4.161	4.100	-1,5
Batata-inglesa	177.150	178.500	0,8	31.578	36.061	14,2
Cana-de-açúcar	5.636.887	5.786.980	2,7	58.761	60.352	2,7
Cebola	121.631	148.780	22,3	20.428	25.111	22,9
Feijão Total	460.505	359.215	-22,0	670	602	-10,1
Feijão 1ª Safra	122.830	62.187	-49,4	482	340	-29,4
Sequeiro	61.912	35.625	-42,5	434	391	-9,9
Irrigado	5.520	5.340	-3,3	2.667	3.456	29,6
Caupi	55.398	21.222	-61,7	503	235	-53,2
Feijão 2ª Safra	337.675	297.028	-12,0	781	718	-8,1
Sequeiro	302.735	267.335	-11,7	749	694	-7,3
Irrigado	23.947	19.200	-19,8	2.241	2.286	2,0
Caupi	10.993	10.493	-4,5	629	524	-16,7
Fumo	11.021	10.632	-3,5	923	909	-1,5
Mamona	135.394	75.725	-44,1	734	713	-2,9
Mandioca	4.512.817	4.414.164	-2,2	12.840	12.623	-1,7
Milho Total	1.614.899	1.158.176	-28,3	2.067	1.669	-19,3
Milho 1ª Safra	1.206.621	690.666	-42,8	3.020	2.167	-28,3
Sequeiro	1.155.660	640.186	-44,6	2.966	2.054	-30,7
Irrigado	50.961	50.480	-0,9	5.176	7.070	36,6
Milho 2ª Safra	408.278	467.510	14,5	1.070	1.246	16,5
Sequeiro	406.946	466.565	14,7	1.068	1.245	16,6
Irrigado	1.332	945	-29,1	3.149	2.899	-7,9
Soja	2.401.200	1.991.400	-17,1	2.760	2.282	-17
Sorgo Granífero	104.196	72.487	-30,4	1.798	1.463	-18,6
Tomate	204.599	193.806	-5,3	38.927	40.101	3,0
Trigo	1.915	nd	nd	5.583	nd	nd
Lavouras Permanentes						
Banana ⁵	865.221	1.059.877	22,5	13.880	14.282	2,9
Cacau	142.240	137.459	-3,4	255	266	4,1
Café	140.339	176.800	26,0	962	1.113	15,8
Castanha-de-cajú	5.964	5.666	-5,0	289	238	-17,6
Coco-da-baía ⁴	723.600	709.331	-2,0	8.873	8.725	-1,7
Guaraná	1.293	1.410	9,0	209	227	8,8
Laranja ⁵	800.852	780.115	-2,6	15.877	15.214	-4,2
Mamão ⁵	679.083	705.837	3,9	50.429	54.576	8,2
Pimenta-do-reino	3.224	3.483	8,0	2.457	2.531	3,0
Sisal	195.680	206.907	5,7	887	879	-0,9
Uva	86.338	89.051	3,1	25.230	28.913	14,6

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível, normalmente em razão da cultura estar na entressafra.

¹ A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto da Produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996² Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2005 (dados sujeitos a retificação)³ Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), agosto/2006 (dados sujeitos a retificação)⁴ Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare⁵ Produção física em toneladas e rendimento médio em quilo por hectare, a partir de setembro (Desconsidera variação percentual)

Área plantada, área colhida e área perdida dos principais produtos - Bahia: 2005 / 2006

Produtos do LSPA ¹	Área plantada (ha)			Área colhida (ha)			Área perdida (ha) ⁴	
	2005 ²	2006 ³	Variação (%)	2005 ²	2006 ³	Variação (%)	2005 ²	2006 ³
Lavouras Temporárias								
Abacaxi	4.805	4.995	4,0	4.805	4.995	4,0	0	0
Algodão Herbáceo	257.567	241.351	-6,3	257.567	241.351	-6,3	0	0
Alho	1.071	963	-10,1	1.071	963	-10,1	0	0
Amendoim	6.122	6.855	12,0	6.122	6.855	12,0	0	0
Arroz Total	39.004	17.224	-55,8	39.004	17.224	-55,8	0	0
Arroz Sequeiro	34.714	16.314	-53,0	34.714	16.314	-53,0	0	0
Arroz Irrigado	4.290	910	-78,8	4.290	910	-78,8	0	0
Batata-inglesa	5.610	4.950	-11,8	5.610	4.950	-11,8	0	0
Cana-de-açúcar	96.319	96.117	-0,2	95.929	95.887	0,0	390	230
Cebola	5.954	5.925	-0,5	5.954	5.925	-0,5	0	0
Feijão Total	775.368	711.121	-8,3	687.440	596.413	-13,2	87.928	114.708
Feijão 1ª Safra	342.929	297.441	-13,3	255.001	182.733	-28,3	87.928	114.708
Sequeiro	230.147	189.604	-17,6	142.717	91.016	-36,2	87.430	98.588
Irrigado	2.070	1.545	-25,4	2.070	1.545	-25,4	0	0
Caupi	110.712	102.686	-7,2	110.214	90.172	-18,2	498	12.514
Feijão 2ª Safra	432.439	413.680	-4,3	432.439	413.680	-4,3	0	0
Sequeiro	404.273	385.245	-4,7	404.273	385.245	-4,7	0	0
Irrigado	10.687	8.400	-21,4	10.687	8.400	-21,4	0	0
Caupi	17.479	20.035	14,6	17.479	20.035	14,6	0	0
Fumo	11.939	11.690	-2,1	11.939	11.690	-2,1	0	0
Mamona	185.521	107.380	-42,1	184.346	106.205	-42,4	1.175	1.175
Mandioca	380.078	392.881	3,4	351.473	349.700	-0,5	28.605	43.181
Milho Total	808.761	770.002	-4,8	781.121	693.843	-11,2	27.640	76.159
Milho 1ª Safra	427.140	394.936	-7,5	399.500	318.777	-20,2	27.640	76.159
Sequeiro	417.295	387.796	-7,1	389.655	311.637	-20,0	27.640	76.159
Irrigado	9.845	7.140	-27,5	9.845	7.140	-27,5	0	0
Milho 2ª Safra	381.621	375.066	-1,7	381.621	375.066	-1,7	0	0
Sequeiro	381.198	374.740	-1,7	381.198	374.740	-1,7	0	0
Irrigado	423	326	-22,9	423	326	-22,9	0	0
Soja	870.000	872.600	0,3	870.000	872.600	0,3	0	0
Sorgo Granífero	57.945	50.051	-13,6	57.945	49.530	-14,5	0	521
Tomate	5.256	4.833	-8,0	5.256	4.833	-8,0	0	0
Trigo	343	nd	nd	343	nd	nd	0	nd
Lavouras Permanentes								
Banana	62.424	78.584	25,9	62.336	74.210	19,0	88	4.374
Cacau	556.727	548.989	-1,4	556.727	517.603	-7,0	0	31.386
Café	145.957	160.963	10,3	145.957	158.833	8,8	0	2.130
Castanha-de-cajú	20.779	23.818	14,6	20.660	23.818	15,3	119	0
Coco-da-baía	81.604	82.117	0,6	81.547	81.302	-0,3	57	815
Guaraná	6.197	6.343	2,4	6.197	6.206	0,1	0	137
Laranja	50.593	51.329	1,5	50.441	51.275	1,7	152	54
Mamão	13.611	13.357	-1,9	13.466	12.933	-4,0	145	424
Pimenta-do-reino	1.312	1.401	6,8	1.312	1.376	4,9	0	25
Sisal	226.458	247.117	9,1	220.558	235.417	6,7	5.900	11.700
Uva	3.422	3.135	-8,4	3.422	3.080	-10,0	0	55

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível, normalmente em razão da cultura estar na entressafra.

¹ A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto da Produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996² Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2005 (dados sujeitos a retificação)³ Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), agosto/2006 (dados sujeitos a retificação)⁴ Equivale à área plantada menos a área colhida

Indústria

Produção física da indústria e dos principais gêneros - Bahia: Jun/2006				%
Classes e Gêneros	No Mês ¹	Mensal ²	Acumulado no Ano ³	Acumulado 12 meses ⁴
Indústria Geral	-0,4	1,3	5,5	5,7
Extrativa mineral	-3,0	-1,6	1,3	-1,2
Indústria de transformação	-0,1	1,4	5,7	6,1
Alimentos e Bebidas	13,5	-3,2	-4,5	0,8
Celulose, papel e produtos de papel	-5,6	23,6	35,0	36,4
Refino de petróleo e álcool	-10,0	-2,8	9,0	9,5
Produtos químicos	-1,7	3,4	-0,8	-2,3
Borracha e plástico	-5,0	-4,4	7,8	8,3
Minerais não metálicos	-0,8	1,3	10,4	12,6
Metalurgia básica	-6,6	-4,4	16,4	14,0
Veículos automotores	nd	3,0	-7,7	4,6

Fonte: IBGE

Elaboração: CAC - SEI

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível.

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior⁴ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Variação mensal do índice da indústria de transformação - Bahia: Jun/2005 - Jun/2006				%
Períodos	No Mês ¹	Mensal ²	Acumulado no Ano ³	Acumulado 12 meses ⁴
Junho 2005	6,2	-1,8	2,5	6,6
Julho	-1,3	9,2	3,5	6,9
Agosto	3,2	11,4	4,5	7,3
Setembro	-4,4	4,7	4,5	7,3
Outubro	-2,0	1,9	4,3	6,8
Novembro	1,6	1,1	4,0	4,6
Dezembro	6,9	10,6	4,5	4,5
Janeiro	-3,3	6,6	6,6	4,5
Fevereiro	-0,5	7,6	7,1	4,7
Março	-0,4	6,6	6,9	5,3
Abril	1,4	5,3	6,5	5,2
Maio	-0,8	7,2	6,7	5,8
Junho 2006	-0,1	1,4	5,7	6,1

Fonte: IBGE

Elaboração: CAC - SEI

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior⁴ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Energia

Variação percentual do consumo de energia elétrica por classe - Bahia: Jun/2006				%
Classes	No mês ³	Mensal ⁴	Acumulado no ano ⁵	Acumulado 12 meses ⁶
Rural/Irrigação	18,3	5,3	7,0	3,2
Residencial	-2,0	4,7	3,4	5,1
Industrial ¹	-2,2	2,2	0,5	-1,3
Comercial	-5,9	0,5	0,6	3,7
Utilidades Públicas ²	8,4	1,9	3,3	3,9
Setor Público	-3,7	0,5	4,5	7,6
Concessionária	-4,2	-0,9	1,4	4,3
Total	-0,2	2,8	2,5	3,3

Fonte: COELBA/CO - CGM

Elaboração: CAC - SEI

¹ Consumo industrial corresponde à COELBA

² Corresponde a Iluminação Pública, Água, Esgoto e Saneamento e tração elétrica

³ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal

⁴ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

⁵ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

⁶ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Serviços

Pesquisa Mensal de Comércio - PMC Variação mensal no volume de vendas no varejo ¹ - Bahia: Jun/2006				%
Classes e Gêneros	No mês ²	Mensal ³	Acumulado no ano ⁴	Acumulado 12 meses ⁵
Comércio Varejista	-0,8	6,0	9,2	8,0
Combustíveis e Lubrificantes	-0,4	-3,8	-2,9	-8,1
Hipermercados, Supermercados, produtos alimentícios, Bebidas e Fumo	2,0	11,0	12,2	8,2
Hipermercados e Supermercados	1,6	21,0	19,7	11,7
Tecidos, Vestuário e Calçados	-0,4	-3,5	1,5	9,5
Móveis e Eletrodomésticos	-4,6	14,1	23,8	30,7
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	nd	-1,2	3,0	8,5
Livros, jornais, revistas e papelaria	nd	-38,5	-28,1	-11,4
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	nd	40,2	54,6	68,5
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	nd	4,7	10,9	12,6
Veículos, Motos e Peças	-5,6	16,0	19,3	13,7
Material de construção	nd	3,8	3,4	nd

Fonte: IBGE/ Diretoria de Pesquisas / Departamento de Comércio e Serviços

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível

¹ Dados deflacionados pelo IPCA

² Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal

³ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

⁴ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

⁵ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Consultas e inadimplências junto ao Serviço de Proteção ao Crédito Salvador: Set/2002 - Set/2003						%
Períodos	Consultas			Inadimplências ¹		
	No mês ²	Mensal ³	Acumulado no Ano ⁴	No mês ²	Mensal ³	Acumulado no Ano ⁴
Setembro 2002	-25,5	-45	4,2	48,5	-94,8	-51,4
Outubro	3,6	-62,1	-7,4	-8,1	-88,3	-55,8
Novembro	-4,9	-62,9	-15,5	-7,4	-83,7	-57,8
Dezembro	11,8	-62,8	-22,1	-6,3	-95,2	-64,9
Janeiro 2003	-10,5	-46,3	-46,3	-25,2	-89,0	-89,0
Fevereiro	-12,5	-40,3	-43,6	-6,3	-90,5	-89,7
Março	-6,2	-49,4	-45,5	13,1	-89,2	-89,6
Abril	10,0	-50,5	-46,9	47,2	-80,7	-87,6
Maio	2,0	-54,2	-48,5	-22,1	-60,1	-85,5
Junho	-12,3	-28,4	-46,3	56,7	-38,4	-82,1
Julho	11,7	-28,4	-44,2	-33,9	-32,6	-80,1
Agosto	-3,7	-36,3	-43,4	-24,7	-16,0	-78,5
Setembro	3,3	-11,7	-41,0	214,2	77,7	-73,0

Fonte: Dados Primários SPC. Elaboração: SEI

¹ Novos registros

² Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior

³ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

⁴ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

Total de cheques compensados - Bahia: Jul/2005 - Jul/2006						%
Períodos	Quantidade			Valor		
	No mês ¹	Mensal ²	Acumulado no Ano ³	No mês ¹	Mensal ²	Acumulado no Ano ³
Julho 2005	-2,7	-11,9	-7,3	-2,9	-11,4	2,9
Agosto	14,0	-2,7	-6,7	13,0	-3,5	2,5
Setembro	-8,5	-0,1	-6,1	-7,6	-5,8	2,1
Outubro	0,8	-1,3	-5,6	1,1	-8,6	1,6
Novembro	-1,5	-10,1	-6,0	0,6	0,0	1,5
Dezembro	1,5	-9,0	-6,3	5,0	-11,3	0,9
Janeiro	6,3	-0,8	-0,8	3,3	-2,1	-4,9
Fevereiro	-26,7	-19,5	-9,7	-23,3	-13,8	-7,5
Março	37,4	-0,2	-6,4	31,2	4,7	-3,5
Abril	-23,2	-12,4	-7,8	-21,1	-6,2	-4,1
Maio	18,0	-8,2	-7,9	18,7	-0,5	-3,3
Junho	-9,5	-10,2	-8,2	-8,9	-4,0	-3,4
Julho 2006	3,2	-4,8	-7,8	2,5	1,3	-2,8

Fonte: Banco Central do Brasil

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior

² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano interior

³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano interior

Indicadores Sociais

Emprego

Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED Taxas de desemprego e de participação Região Metropolitana de Salvador - Jul/2006

%

Taxas	RMS	Salvador	Demais Municípios
Desemprego Total	23,9	22,9	27,9
Desemprego Aberto	15,9	15,0	19,6
Desemprego Oculto	8,0	7,9	8,3
Participação (PEA/PIA)	60,2	61,2	56,5

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

Taxa de desemprego aberto e taxa de participação Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Jul/2006

%

Períodos	Taxa de desemprego aberto		Taxa de participação	
	RMS	Salvador	RMS	Salvador
Janeiro 2005	14,0	13,9	61,0	61,8
Fevereiro	13,4	12,8	60,5	60,9
Março	14,0	13,0	60,4	60,6
Abril	14,9	13,7	60,3	60,7
Maio	15,5	14,4	60,7	61,2
Junho	15,1	13,9	60,7	61,5
Julho	14,5	13,3	61,1	61,7
Agosto	14,3	13,0	61,1	61,5
Setembro	14,1	13,2	61,5	61,7
Outubro	14,1	13,1	61,4	61,7
Novembro	13,9	13,0	61,7	62,0
Dezembro	13,6	12,9	61,8	62,3
Janeiro 2006	13,9	13,4	61,8	62,3
Fevereiro	14,1	13,8	61,8	62,3
Março	14,9	14,4	61,1	61,7
Abril	15,3	14,6	60,7	61,5
Maio	15,7	14,9	60,1	61,1
Junho	15,8	15,1	60,0	61,1
Julho	15,9	15,0	60,2	61,2

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

**Estimativa da população total e economicamente ativa e dos inativos maiores de 10 anos, taxas globais e de participação e taxa de desemprego total
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Jul/2006**

%

Períodos	População Economicamente Ativa (PEA)						Inativos maiores de 10 Anos		Taxas		Popula- ção total
	Total		Ocupados		Desempregados						
	Num. abso- lutos¹	Índice²	Num. abso- lutos¹	Índice²	Num. abso- lutos¹	Índice²	Num. abso- lutos¹	Índice²	Partici- pação (PEA/PIA)	Desemp. total (PEA/PIA)	
Janeiro 2005	1.693	129,0	1.273	121,7	420	157,7	1.083	118,3	61,0	24,8	3.287
Fevereiro	1.683	128,3	1.269	121,3	414	155,5	1.099	120,1	60,5	24,6	3.293
Março	1.684	128,4	1.256	120,1	428	160,7	1.104	120,6	60,4	25,4	3.298
Abril	1.685	128,4	1.252	119,7	433	162,6	1.109	121,2	60,3	25,7	3.304
Maio	1.700	129,6	1.261	120,6	439	164,9	1.101	120,3	60,7	25,8	3.310
Junho	1.704	129,9	1.270	121,4	434	163,0	1.103	120,5	60,7	25,5	3.316
Julho	1.719	131,0	1.291	123,4	428	160,7	1.094	119,5	61,1	24,9	3.321
Agosto	1.723	131,3	1.299	124,2	424	159,2	1.096	119,8	61,1	24,6	3.327
Setembro	1.738	132,5	1.328	127,0	410	154,0	1.088	118,8	61,5	23,6	3.333
Outubro	1.739	132,5	1.334	127,5	405	152,1	1.093	119,4	61,4	23,3	3.339
Novembro	1.751	133,5	1.352	129,3	399	149,9	1.088	118,8	61,7	22,8	3.345
Dezembro	1.758	134,0	1.350	129,1	408	153,2	1.086	118,7	61,8	23,2	3.350
Janeiro 2006	1.762	134,3	1.344	128,5	418	157,0	1.089	119,0	61,8	23,7	3.356
Fevereiro	1.766	134,6	1.346	128,7	420	157,7	1.091	119,2	61,8	23,8	3.362
Março	1.750	133,4	1.318	126,0	432	162,2	1.114	121,7	61,1	24,7	3.368
Abril	1.742	132,8	1.317	125,9	425	159,6	1.128	123,3	60,7	24,4	3.374
Maio	1.729	131,8	1.307	125,0	422	158,5	1.148	125,4	60,1	24,4	3.380
Junho	1.730	131,9	1.320	126,2	410	154,0	1.153	126,0	60,0	23,7	3.386
Julho	1.739	132,5	1.323	126,5	416	156,2	1.150	125,6	60,2	23,9	3.391

Variação mensal

Jul-06/Jun-06	0,5	0,2	1,5	-0,3	0,3	0,8
----------------------	------------	------------	------------	-------------	------------	------------

Variação no ano

Jul-06/Dez-05	-1,1	-2,0	2,0	5,9	-2,6	3,0
----------------------	-------------	-------------	------------	------------	-------------	------------

Variação anual

Jul-06/Jul-05	1,2	2,5	-2,8	5,1	-1,5	-4,0
----------------------	------------	------------	-------------	------------	-------------	-------------

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Em 1.000 pessoas. A partir de fevereiro/2001 as projeções da população foram ajustadas com base nos resultados do Censo 2000² Base: Dezembro 1996 = 100

Distribuição dos ocupados por setor de atividade econômica no trimestre Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Jul/2006							
Períodos	Setores de atividade econômica						
	Indústria de transformação	Construção civil	Comércio	Serviços produção ¹	Serviços pessoais ²	Serviços domésticos	Outros
Janeiro 2005	8,6	4,9	16,3	32,3	26,4	10,0	1,5
Fevereiro	8,7	5,5	16,3	32,9	25,2	9,8	1,6
Março	8,8	5,4	15,9	33,7	25,6	9,1	1,5
Abril	8,9	5,7	16,4	32,5	26,3	8,9	1,3
Maio	9,1	5,1	16,0	31,5	27,7	9,2	1,4
Junho	9,2	4,8	16,2	31,2	27,5	9,6	1,5
Julho	9,3	4,1	16,2	31,8	27,4	9,7	1,5
Agosto	9,2	4,3	16,1	32,8	26,4	9,6	1,6
Setembro	9,3	4,3	16,0	33,2	26,2	9,4	1,6
Outubro	9,1	4,3	15,7	33,3	26,5	9,4	1,7
Novembro	9,6	4,2	16,1	32,1	27,1	9,3	1,6
Dezembro	9,7	4,6	16,2	31,5	26,8	9,4	1,8
Janeiro 2006	9,4	5,0	16,3	31,4	26,8	9,3	1,8
Fevereiro	8,9	5,4	16,6	31,6	26,3	9,6	1,6
Março	8,7	5,3	16,6	31,7	26,7	9,4	1,6
Abril	9,2	5,6	16,8	31,3	25,7	9,7	1,7
Maio	9,2	5,6	16,7	31,4	25,9	9,5	1,7
Junho	9,2	5,5	16,7	31,7	26,0	9,6	1,3
Julho	8,7	5,0	16,7	32,5	26,4	9,6	1,1

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Incluem Transporte e Armazenagem; Utilidade pública; Especializados; Administração Pública, Forças Armadas e Polícia; Creditícios e Financeiros; Comunicação; Diversão, Radiodifusão e Teledifusão; Comércio, Administração de Valores Imobiliários e de Imóveis; Serviços Auxiliares; Outros serviços de reparação e limpeza

² Incluem Serviços Pessoais diversos, Alimentação, Educação, Saúde, Serviços Comunitários, Oficinas de reparação mecânica e outros serviços

Distribuição dos ocupados por posição na ocupação no trimestre										
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Jul/2006										
Períodos	Posição na ocupação									
	Assalariados				Autônomos			Empregador	Domésticos	Outros¹
	Total	Ass. priv. c/ carteira	Ass. priv. S/ carteira	Ass. público	Total	Aut. trab. p/ público	Aut. trab. P/ empresa			
Janeiro 2005	60,3	35,7	11,5	13,1	23,4	19,2	4,2	4,2	10,0	2,1
Fevereiro	60,5	36,0	11,2	13,3	23,3	19,3	4,0	4,4	9,8	2,0
Março	61,7	37,2	11,0	13,5	22,8	19,0	3,8	4,5	9,1	1,9
Abril	61,6	37,3	11,2	13,1	22,8	18,9	3,9	4,6	8,9	2,1
Maio	60,8	36,2	11,6	13,0	23,5	19,8	3,7	4,3	9,2	2,2
Junho	60,8	35,8	12,1	12,9	23,7	19,6	4,1	3,7	9,6	2,2
Julho	61,8	36,0	12,2	13,6	22,6	18,9	3,7	3,8	9,7	2,1
Agosto	62,1	36,5	12,0	13,6	22,3	18,4	3,9	3,9	9,6	2,1
Setembro 2005	62,2	36,7	11,4	14,1	22,0	18,4	3,6	4,2	9,4	2,2
Outubro	62,1	36,6	11,3	14,1	22,3	18,7	3,5	3,8	9,4	2,4
Novembro	62,6	37,2	11,2	14,1	22,0	18,4	3,5	3,6	9,4	2,4
Dezembro	62,4	37,7	11,6	13,2	22,6	19,0	3,7	3,2	9,5	2,3
Janeiro 2006	61,8	37,5	11,8	12,4	23,2	19,4	3,9	3,6	9,2	2,1
Fevereiro	62,2	38,2	11,8	12,1	22,5	19,0	3,5	3,5	9,6	2,2
Março	62,4	37,8	11,6	12,9	21,7	18,5	3,1	4,1	9,4	2,5
Abril	62,5	37,3	11,7	13,5	21,4	18,5	2,9	3,7	9,7	2,7
Maio	61,8	36,6	11,7	13,4	21,8	18,8	3,0	4,0	9,5	2,8
Junho	62,4	36,4	11,8	14,0	21,7	18,8	2,9	3,6	9,6	2,7
Julho	62,8	37,0	11,2	14,6	21,7	18,8	2,8	3,6	9,6	2,3

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Incluem trabalhadores familiares e donos de negócios familiares

Rendimento

Rendimento real trimestral dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Jun/2006							R\$
Períodos	Rendimento médio real						
	Ocupados ¹			Assalariados ²			
	Valor absoluto ³		Índice ⁴	Valor absoluto ³		Índice ⁴	
	Média	Mediana		Média	Mediana		
Janeiro 2005	745	401	80	858	495	80	
Fevereiro	772	423	83	878	514	82	
Março	801	422	86	909	516	85	
Abril	771	408	83	880	486	82	
Maio	759	398	81	865	478	81	
Junho	741	406	79	852	482	79	
Julho	750	423	80	868	509	81	
Agosto	758	423	81	878	529	82	
Setembro	757	423	81	877	524	82	
Outubro	755	420	81	862	519	80	
Novembro	745	415	80	859	517	80	
Dezembro	743	416	79	842	515	78	
Janeiro 2006	757	414	81	860	514	80	
Fevereiro	764	411	82	864	510	81	
Março	754	408	81	871	508	81	
Abril	751	407	80	868	506	81	
Maio	740	405	79	852	503	80	
Junho	748	413	80	856	504	80	
Variação mensal							
Jun-06/Mai-06	1,1	1,9	1,1	0,4	0,2	0,4	
Variação no ano							
Jun-06/Dez-05	0,8	-0,8	0,8	1,7	-2,1	1,7	
Variação anual							
Jun-06/Jun-05	1,0	1,5	1,0	0,4	4,7	0,4	

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Exclusive os Assalariados e os Empregados Domésticos Assalariados que não tiveram remuneração no mês, os Trabalhadores Familiares sem remuneração salarial e os Trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

² Exclusive os Assalariados que não tiveram remuneração no mês.

³ Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em Reais de Abril - 2006.

⁴ Índice de variação da média. Base: Dezembro -1996 =100.

Rendimento real médio trimestral dos ocupados por grau de instrução ¹					
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Jun/2006					
R\$					
Períodos	Rendimento real médio trimestral dos ocupados por grau de instrução				
	Analfabetos	1º Grau incompleto	1º Grau completo/ 2º incompleto	2º Grau completo/ 3º incompleto	3º Grau completo
Janeiro 2005	256	367	444	800	2.304
Fevereiro	274	374	470	814	2.282
Março	290	373	473	821	2.351
Abril	291	365	475	785	2.309
Maio	286	371	469	772	2.342
Junho	267	380	452	761	2.325
Julho	277	385	455	785	2.303
Agosto	296	392	454	798	2.265
Setembro	292	380	451	799	2.204
Outubro	266	370	453	804	2.219
Novembro	251	353	457	787	2.200
Dezembro	278	365	487	788	2.217
Janeiro 2006	291	378	509	782	2.218
Fevereiro	279	380	503	797	2.227
Março	257	374	485	783	2.243
Abril	243	377	465	768	2.260
Maio	242	394	448	741	2.168
Junho	260	391	446	739	2.155

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em reais de Junho de 2006

**Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado
por setor de atividade econômica e carteira de trabalho assinada e não assinada
pelo atual empregador¹**

Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Jun/2006

R\$

Períodos	Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado					
	Total	Setor de atividade			Carteira de trabalho	
		Indústria	Comércio	Serviços	Assinada	Não-Assinada
Janeiro 2005	671	908	504	676	754	389
Fevereiro	683	910	508	689	764	396
Março	715	1041	541	689	797	421
Abril	693	992	525	662	775	421
Maio	690	970	537	665	775	427
Junho	662	857	535	655	742	409
Julho	666	874	564	649	746	407
Agosto	673	923	547	652	748	414
Setembro	685	1011	545	650	762	423
Outubro	689	1011	529	656	768	418
Novembro	696	1015	569	655	777	418
Dezembro	687	980	573	657	772	406
Janeiro 2006	708	987	583	696	790	428
Fevereiro	715	1039	564	687	802	417
Março	719	1047	526	694	806	424
Abril	703	1021	529	665	785	427
Maio	690	926	526	685	764	437
Junho	708	930	563	706	784	438

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em reais de Junho de 2006

Distribuição do rendimento real trimestral entre os ocupados e os assalariados no trabalho principal¹

Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Jun/2006

R\$

Períodos	Rendimento real trimestral									
	Ocupados ²					Assalariados ³				
	10% ganham até	25% ganham até	50% ganham até	75% ganham até	90% ganham até	10% ganham até	25% ganham até	50% ganham até	75% ganham até	90% ganham até
Janeiro 2005	130	282	401	772	1.639	282	328	495	919	1.760
Fevereiro	142	281	423	864	1.640	281	328	514	973	1.839
Março	162	281	422	862	1.735	280	325	516	973	1.953
Abril	139	280	408	818	1.622	279	323	486	964	1.892
Maio	128	278	398	766	1.615	278	322	478	861	1.910
Junho	128	278	406	750	1.607	278	317	482	857	1.799
Julho	127	317	423	805	1.592	317	318	509	941	1.893
Agosto	127	317	423	847	1.641	317	339	529	952	1.851
Setembro	126	315	423	841	1.682	315	349	524	953	1.892
Outubro	156	312	420	821	1.587	312	338	519	945	1.798
Novembro	155	310	415	779	1.576	310	332	517	931	1.823
Dezembro	154	309	416	818	1.559	309	330	515	916	1.663
Janeiro 2006	154	307	414	818	1.635	307	341	514	926	1.824
Fevereiro	153	306	411	815	1.635	306	347	510	919	1.833
Março	152	304	408	810	1.532	304	344	508	917	1.823
Abril	151	303	407	807	1.596	303	353	506	911	1.815
Maio	150	304	405	802	1.518	304	353	503	907	1.804
Junho	150	350	413	800	1.586	350	352	504	907	1.800

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em reais de Junho de 2006

² Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício

³ Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês

Emprego Formal

Flutuação Mensal do Emprego Bahia: Jan/2005 - Jul/2006					
Períodos	Saldo líquido (Admissões - desligamentos)				
	Total ¹	Ind. Trans.	Const. Civil	Comércio	Serviços
2005	63.952	10.810	9.507	15.552	28.003
Janeiro	4.882	1.133	1.455	1.269	1.299
Fevereiro	3.112	786	-640	717	1.111
Março	6.426	1.665	1.418	-154	2.847
Abril	9.387	1.334	1.061	1.001	4.806
Maio	9.511	810	1.093	1.557	1.488
Junho	9.807	1.576	787	2.348	2.720
Julho	7.377	540	2.454	735	3.458
Agosto	6.047	464	1.961	1.465	3.713
Setembro	5.975	2.354	1.616	1.604	2.322
Outubro	4.564	1.448	-577	1.785	3.166
Novembro	2.655	-374	211	2.360	2.539
Dezembro	-5.791	-926	-1.332	865	-1.466
2006	27.493	6.193	2.786	5.817	3.689
Janeiro	6.994	569	1.592	1.074	2.890
Fevereiro	2.449	-320	173	607	1.853
Março	101	782	69	-841	-1.346
Abril	2.869	1.384	-727	771	901
Maio	6.038	1.240	519	1.872	816
Junho	4.395	992	347	1.057	-519
Julho	4.647	1.546	813	1.277	-906
Ago/05 - Jul/06	40.943	9.159	4.665	13.896	13.963

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4 923/65 - Perfil do Estabelecimento

¹ Incluem todos os setores (Dados Preliminares)

Flutuação Mensal do Emprego**Região Metropolitana de Salvador: Jan/2005 - Jul/2006**

Períodos	Saldo líquido (Admissões - desligamentos)				
	Total ¹	Ind. transf.	Const. civil	Comércio	Serviços
2005	36.057	3.555	6.414	5.322	21.610
Janeiro	-175	389	760	450	783
Fevereiro	974	-174	-343	358	1.199
Março	3.358	547	785	-199	1.959
Abril	4.514	647	516	256	2.882
Maio	1.713	-39	562	293	479
Junho	3.253	425	543	611	1.615
Julho	5.217	563	1.883	-69	2.702
Agosto	5.547	252	1.429	419	3.203
Setembro	5.145	725	1.119	876	2.325
Outubro	4.419	481	-66	859	2.832
Novembro	2.932	-2	-350	1.147	2.098
Dezembro	-840	-259	-424	321	-467
2006	6.914	2.101	2.545	1.738	541
Janeiro	3.315	610	1.356	327	986
Fevereiro	1.371	226	97	302	790
Março	-1.386	-48	17	-535	-859
Abril	375	6	-806	386	761
Maio	1.022	-103	588	413	177
Junho	703	444	520	280	-536
Julho	1.514	966	773	565	-778
Ago/05 - Jul/06	24.117	3.298	4.253	5.360	10.532

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65 - Perfil do Estabelecimento

¹ Incluem todos os setores (Dados Preliminares)

Finanças Públicas

União

Demonstrativo das Receitas da União							R\$ 1.000
Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan - Jun/2006							
Receitas	Previsão inicial (a)	Previsão atualizada (b)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (b-d)
			Maio-Jun/2006 (c)	% (c/a)	Até o bim. (d)	% (d/b)	
Receitas Correntes	575.218.298	575.218.298	92.054.760	16,00	281.659.115	48,97	293.559.183
Receita Tributária	173.600.935	173.600.935	28.512.187	16,42	85.311.348	49,14	88.289.587
Receita de Contribuições	330.288.651	330.288.651	49.637.238	15,03	150.115.430	45,45	180.173.221
Receita Patrimonial	35.056.708	35.056.708	5.628.479	16,06	20.083.757	57,29	14.972.951
Receita Agropecuária	20.857	20.857	3.505	16,81	14.835	71,13	6.022
Receita Industrial	512.252	512.252	46.009	8,98	174.615	34,09	337.637
Receita de Serviços	23.927.124	23.927.124	3.911.758	16,35	12.672.307	52,96	11.254.817
Transferências Correntes	330.769	330.769	20.259	6,12	93.796	28,36	236.973
Outras Receitas Correntes	11.481.002	11.481.002	4.295.324	37,41	13.193.027	114,91	(1.712.025)
Receitas de Capital	240.570.185	240.570.185	55.046.744	22,88	112.688.970	46,84	127.881.215
Operações de Crédito	168.700.936	168.700.936	42.940.180	25,45	83.366.579	49,42	85.334.357
Alienação de Bens	5.472.520	5.472.520	2.927.402	53,49	3.729.064	68,14	1.743.456
Amortizações de Empréstimos	22.645.063	22.645.063	4.639.595	20,49	10.927.164	48,25	11.717.899
Transferências de Capital	85.803	85.803	4.939	5,76	17.112	19,94	68.691
Outras Receitas de Capital	43.665.863	43.665.863	4.534.628	10,38	14.649.051	33,55	29.016.812
Subtotal das Receitas (I)	815.788.483	815.788.483	147.101.504	18,03	394.348.085	48,34	421.440.398
Operações de Crédito - Refinanciamento (II)	837.540.472	837.540.472	59.313.295	7,08	153.552.348	18,33	683.988.124
Operações de Crédito Internas	837.540.472	837.540.472	59.313.295	7,08	149.225.389	17,82	688.315.083
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	4.326.959	-	(4.326.959)
Subtotal com Refinanciamento (III) = (I+II)	1.653.328.955	1.653.328.955	206.414.799	12,48	547.900.433	33,14	1.105.428.522
Déficit (IV)	-	-	-	-	-	-	-
Total (V)=(III+IV)	1.653.328.955	1.653.328.955	206.414.799	12,48	547.900.433	33,14	1.105.428.522
Saldo de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	15.569.976	-	-

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

Demonstrativo das Despesas da União									
Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan - Jun/2006								R\$ 1.000	
Despesas	Dotação inicial (a)	Créditos adicionais (b)	Dotação atualizada (c)=a+b	Despesas empenhadas		Despesas liquidadas		% (g/c)	Saldo a liquidar (c-g)
				Maio-Jun/2006 (d)	Até o bimestre (e)	Maio-Jun/2006 (f)	Até o bimestre (g)		
Despesas Correntes	649.595.006	3.225.426	652.820.432	54.960.085	488.416.267	106.187.080	277.531.491	42,5	375.288.941
Pessoal e Encargos Sociais	103.675.744	144.549	103.820.293	8.708.112	82.188.495	17.580.353	49.798.107	48,0	54.022.186
Juros e Encargos da Dívida	179.525.234	(1)	179.525.233	(1.789.046)	177.008.933	29.348.514	70.644.787	39,4	108.880.446
Outras Despesas Correntes	366.394.028	3.080.878	369.474.906	48.041.019	229.218.839	59.258.213	157.088.597	42,5	212.386.309
Transf. a Estados, DF e Municípios	122.244.007	21.510	122.265.517	9.446.010	107.237.420	21.958.185	55.294.779	45,2	66.970.738
Benefícios Previdenciários	154.986.953	-	154.986.953	25.427.938	71.800.560	25.394.558	71.762.773	46,3	83.224.180
Demais Despesas Correntes	89.163.068	3.059.368	92.222.436	13.167.071	50.180.859	11.905.470	30.031.045	32,6	62.191.391
Despesas de Capital	144.077.865	50.027.127	194.104.992	62.313.144	160.540.269	47.839.063	69.263.064	35,7	124.841.928
Investimentos	21.234.827	3.702.191	24.937.018	7.403.547	7.914.434	725.864	731.637	2,9	24.205.381
Inversões Financeiras	30.349.989	186.405	30.536.394	7.119.201	18.959.834	3.932.127	7.038.556	23,0	23.497.838
Amortização da Dívida	92.493.049	46.138.531	138.631.580	47.790.396	133.666.001	43.181.072	61.492.871	44,4	77.138.709
Reserva de Contingência	22.846.522	(404.767)	22.441.755	-	-	-	-	-	22.441.755
Subtotal das Despesas (I)	816.519.393	52.847.786	869.367.179	117.273.229	648.956.536	154.026.143	346.794.555	39,9	522.572.624
Amortização da Dívida Refinanciamento (II)	834.588.711	0	834.588.711	(15.168.105)	819.420.606	45.755.273	193.898.271	23,2	640.690.440
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	826.884.493	0	826.884.493	(15.168.105)	811.716.388	44.152.233	189.928.496	23,0	636.955.997
Refinanciamento de Outras Dívidas	7.704.218	0	7.704.218	0	7.704.218	1.603.040	3.969.775	51,5	3.734.443
Subtotal com Refinanciamento (III) = (I+II)	1.651.108.104	52.847.786	1.703.955.890	102.105.124	1.468.377.142	199.781.416	540.692.826	31,7	1.163.263.064
Superávit (IV)	-	-	-	-	-	-	7.207.607	-	-
Total (III+IV)	1.651.108.104	52.847.786	1.703.955.890	102.105.124	1.468.377.142	199.781.416	547.900.433	-	1.163.263.064

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

Estado

Balço Orçamentário - Receita Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan - Jun/2006							R\$ 1.000
Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			Bim. Maio/Jun	%	No exercício	%	
			(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	
Receitas Correntes	15.484.891	15.548.004	2.416.150	15,54	7.172.662	46,13	8.375.342
Receita Tributária	8.800.006	8.805.739	1.319.776	14,99	3.957.189	44,94	4.848.550
Impostos	8.550.199	8.555.932	1.273.931	14,89	3.835.168	44,82	4.720.764
Taxas	249.807	249.807	45.846	18,35	122.021	48,85	127.785
Contribuição de Melhoria	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Contribuições	1.603.995	1.603.995	280.110	17,46	814.214	50,76	789.781
Contribuições Sociais	1.603.995	1.603.995	280.110	17,46	814.214	50,76	789.782
Contribuições Econômicas	-	-	-	-	-	-	-
Receita Patrimonial	129.018	129.020	31.217	24,20	88.461	68,56	40.559
Receitas Imobiliárias	7.986	7.986	1.885	23,60	4.292	53,74	3.694
Receitas de Valores Mobiliários	115.389	115.391	29.048	25,17	82.617	71,60	32.775
Receitas de Concessões e Permissões	5.550	5.550	119	2,14	1.104	19,90	4.446
Outras Receitas Patrimoniais	93	93	165	178,04	448	483,69	(356)
Receita Agropecuária	1.635	1.635	2	0,12	5	0,29	1.630
Receita da Produção Vegetal	150	150	-	-	-	-	150
Receita da Produção Animal e Derivados	1.205	1.205	2	0,17	4	0,36	1.201
Outras Receitas Agropecuárias	280	280	-	-	-	0,16	280
Receita Industrial	100	100	-	-	-	-	100
Receita da Indústria de Transformação	100	100	-	-	-	-	100
Receita da Indústria de Construção	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Industriais	-	-	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	79.558	89.104	13.269	14,89	31.854	35,75	57.250
Receita de Serviços	79.558	89.104	13.269	14,89	31.854	35,75	57.250
Transferências Correntes	5.497.055	5.508.689	856.083	15,54	2.511.777	45,60	2.996.912
Transferências Intergovernamentais	5.331.744	5.331.744	843.181	15,81	2.471.923	46,36	2.859.820
Transferências de Instituições Privadas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências do Exterior	1.183	1.183	59	4,95	117	9,85	1.066
Transferências de Pessoas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Convênios	164.128	175.762	12.844	7,31	39.737	22,61	136.025
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	790.585	826.783	133.984	16,21	409.268	49,50	417.515
Multas e Juros de Mora	128.797	128.797	18.311	14,22	49.930	38,77	78.868
Indenizações e Restituições	28.752	28.752	9.249	32,17	13.938	48,48	14.814
Receita da Dívida Ativa	7.339	7.339	1.011	13,78	3.076	41,91	4.263
Receitas Diversas	625.697	661.895	105.412	15,93	342.325	51,72	319.569
Conta Retificadora da Receita Orçamentária	(1.417.061)	(1.417.061)	(218.291)	15,40	(640.107)	45,17	(776.955)
Receitas de Capital	941.058	943.280	73.131	7,75	194.800	20,65	748.480
Operações de Crédito	698.573	698.573	61.521	8,81	164.349	23,53	534.224
Operações de Crédito Internas	383.402	383.402	19.378	5,05	51.959	13,55	331.443
Operações de Crédito Externas	315.171	315.171	42.143	13,37	112.390	35,66	202.781
Alienação de Bens	37.727	39.072	2.313	5,92	6.359	16,28	32.713
Alienação de Bens Móveis	33.170	33.170	-	-	2.249	6,78	30.921
Alienação de Bens Imóveis	4.557	5.903	2.313	39,19	4.110	69,63	1.792
Amortização de Empréstimos	5.132	5.132	400	7,80	1.190	23,18	3.942
Amortização de Empréstimos Imobiliários	5.132	5.132	400	7,80	1.190	23,18	3.942
Transferências de Capital	196.387	197.263	8.897	4,51	22.902	11,61	174.361
Transferências Intergovernamentais	12.716	12.716	-	-	-	-	12.716
Transferências de Instituições Privadas	71	71	-	-	-	-	71
Transferências do Exterior	300	300	167	55,53	167	55,53	133
Transferências de Pessoas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Convênios	183.300	184.176	8.730	4,74	22.735	12,34	161.441
Transferências para o Combate à Fome	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	3.240	3.240	-	-	-	-	3.240
Integralização do Capital Social	-	-	-	-	-	-	-
Div. Atv. Prov. Da Amortiz. De Emp. E Financ.	-	-	-	-	-	-	-
Restituições	-	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas	3.240	3.240	-	-	-	-	3.240
Subtotal das Receitas (I)	16.425.949	16.491.284	2.489.281	15,09	7.367.462	44,67	9.123.822

continua...

Balanco Orçamentário - Receita
Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan - Jun/2006

R\$ 1.000

Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			Bim. Maio/Jun	%	No exercício	%	
			(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	
Operações de Crédito - Refinanciamento (II)	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento de Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Para Refinanciamento de Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamentos (III)=(I+II)	16.425.949	16.491.284	2.489.281	15,09	7.367.462	44,67	9.123.822
Déficit (IV)	-	-	-	-	-	-	-
Total (V)= (III+IV)	16.425.949	16.491.284	2.489.281	15,09	7.367.462	44,67	9.123.822
Saldos de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	24.486	-	-

Fonte:SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP

Balanco Orçamentário - Despesa
Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan - Jun/2006

R\$ 1.000

Despesas	Dotação inicial	Créditos adicionais	Dotação atualizada	Despesas empenhadas		Despesas liquidadas		Saldo
				Bim. Maio-Jun	No exercício	Bim. Maio-Jun	No exercício	
Despesas Correntes	13.650.484	59.440	13.709.924	2.190.343	6.185.155	2.157.238	6.024.427	7.685.497
Pessoal e Encargos Sociais	6.991.340	33.450	7.024.790	1.189.250	3.371.815	1.188.106	3.361.171	3.663.619
Juros e Encargos da Dívida	805.880	(25.000)	780.880	90.912	262.415	90.912	262.415	518.465
Outras Despesas Correntes	5.853.264	50.990	5.904.254	910.181	2.550.925	878.220	2.400.841	3.503.413
Despesas de Capital	2.743.965	12.479	2.756.444	340.817	972.549	343.291	927.587	1.828.857
Investimentos	1.611.710	81.606	1.693.317	173.740	412.518	176.215	367.557	1.325.759
Inversões Financeiras	135.869	(10.288)	125.581	9.695	35.063	9.694	35.062	90.519
Amortização da Dívida	996.385	(58.839)	937.547	157.382	524.968	157.382	524.968	412.579
Reserva de Contingência	31.500	(6.585)	24.915	-	-	-	-	24.915
Subtotal das Despesas (VIII)	16.425.949	65.334	16.491.284	2.531.159	7.157.704	2.500.528	6.952.014	9.539.269
Amortização da Dívida-Refinanciamento (IX)	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamento (X)= (VIII+IX)	16.425.949	65.334	16.491.284	2.531.159	7.157.704	2.500.528	6.952.014	9.539.269
Superávit (XI)	-	-	-	-	-	-	415.447	-
Total (XII)=X+XI	16.425.949	65.334	16.491.284	2.531.159	7.157.704	2.500.528	7.367.462	9.539.269

Fonte:SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP

Receita tributária mensal - Bahia: Jan/2005 - Jun/2006					R\$ 1.000	
Períodos	ICMS		Outras		Total	
	2005	2006	2005	2006	2005	2006
Janeiro	636.043	617.773	30.157	52.834	666.200	670.607
Fevereiro	525.513	601.436	63.017	78.254	588.530	679.690
Março	486.953	567.745	48.790	58.047	535.743	625.792
Abril	526.342	601.722	67.908	59.602	594.250	661.324
Maiο	601.883	551.866	66.249	87.458	668.132	639.324
Junho	616.439	597.869	65.828	82.583	682.267	680.452
Julho	514.707		85.607		600.314	
Agosto	490.534		82.891		573.425	
Setembro	625.826		77.998		703.824	
Outubro	634.026		52.120		686.146	
Novembro	618.966		49.475		668.441	
Dezembro	599.895		82.788		682.683	
Total	6.877.127		772.828		7.649.955	

Fonte: SEFAZ - Balancetes mensais

Elaboração: SEI

Arrecadação mensal da receita tributária ¹ - Bahia: Jan/2005 - Jun/2006					R\$ 1.000	
Períodos	ICMS		Outras		Total	
	2005	2006	2005	2006	2005	2006
Janeiro	649.915	621.194	30.815	53.127	680.730	674.320
Fevereiro	534.812	605.115	64.132	78.733	598.944	683.847
Março	490.727	573.800	49.168	58.666	539.895	632.466
Abril	527.755	608.000	68.090	60.224	595.845	668.224
Maiο	605.036	555.540	66.596	88.040	671.632	643.580
Junho	622.465	597.869	66.472	82.583	688.937	680.452
Julho	521.845		86.794		608.639	
Agosto	501.276		84.706		585.982	
Setembro	640.376		79.811		720.187	
Outubro	644.681		52.996		697.677	
Novembro	627.293		50.141		677.434	
Dezembro	607.569		83.847		691.416	
Total	6.973.750		783.568		7.757.318	

Fonte:SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP

Elaboração: SEI

¹ Valores atualizados a preços de Junho/2006 pelo IGP-DI/FGV

Transferências constitucionais da União para Bahia : Jan/2005 - Jun/2006												R\$ 1.000
Períodos	Receitas											
	FPE		IPI-EXP		CIDE		FUNDEF UNIÃO		Outras		Total	
	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês
Janeiro 2005	213.700	213.700	10.766	10.766	21.084	21.084	17.367	17.367	9.217	9.217	272.134	272.134
Fevereiro	187.072	400.772	9.167	19.933	-	21.084	15.236	32.603	9.217	18.433	220.692	492.826
Março	179.413	580.185	9.168	29.101	-	21.084	14.592	47.196	9.217	27.650	212.389	705.215
Abril	194.791	774.976	10.609	39.710	21.274	42.358	15.788	62.984	9.217	36.867	251.680	956.895
Maio	219.866	994.842	10.347	50.057	-	42.358	17.453	80.437	9.217	46.083	256.883	1.213.778
Junho	213.015	1.207.857	8.594	58.651	-	42.358	17.116	97.553	9.217	55.300	247.942	1.461.720
Julho	174.920	1.382.778	8.756	67.407	22.431	64.789	14.183	111.736	9.217	64.517	229.507	1.691.227
Agosto	179.965	1.562.743	10.832	78.239	-	64.789	14.653	126.389	9.217	73.733	214.666	1.905.894
Setembro	150.327	1.713.070	10.620	88.859	-	64.789	12.357	138.746	9.217	82.950	182.521	2.088.415
Outubro	174.078	1.887.148	11.491	100.350	22.385	87.175	14.224	152.970	9.217	92.167	231.395	2.319.810
Novembro	210.430	2.097.578	11.895	112.245	-	87.175	17.045	170.015	9.217	101.383	248.586	2.568.396
Dezembro	295.024	2.392.602	13.220	125.465	-	87.175	24.118	194.132	22.639	124.023	355.000	2.923.396
Janeiro 2006	242.173	242.173	12.638	12.638	22.090	22.090	18.191	18.191	13.422	13.422	308.514	308.514
Fevereiro	208.287	450.461	10.696	23.334	-	22.090	15.639	33.830	-	13.422	234.622	543.136
Março	196.780	647.240	9.885	33.219	-	22.090	14.821	48.650	-	13.422	221.486	764.622
Abril	221.540	868.780	11.436	44.655	22.782	44.872	16.693	65.343	-	13.422	272.451	1.037.073
Maio	243.136	1.111.917	10.099	54.754	-	44.872	18.419	83.763	3.850	17.273	275.505	1.312.578
Junho	236.615	1.348.532	11.735	66.489	-	44.872	18.757	103.014	19.251	36.524	286.358	1.598.936

Fonte: MINFAZ/STN

Elaboração: SEI

Nota: A partir de 1998, dos valores do FPM, FPE, IPI-Exportação e ICMS LC 87/96, já está descontada a parcela de 15% (quinze por cento) destinada ao FUNDEF.

Município

Balço Orçamentário ¹ Orçamentos fiscal e da seguridade social: Jan - Jun/2006							R\$ 1.000
Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada (a)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (a-c)
			Maio-Jun/2006 (b)	% b/a	Maio-Jun/2006 (c)	% c/a	
Receitas Correntes	2.153.816	2.157.803	317.115	14,7	861.254	39,9	1.296.549
Receita Tributária	572.188	572.188	92.604	16,2	319.961	55,9	252.227
Impostos	482.454	482.454	79.111	16,4	266.794	55,3	215.660
Taxas	89.734	89.734	13.220	14,7	52.057	58,0	37.677
Outras Receitas Tributárias	-	-	273	-	1.110	-	-
Receita de Contribuições	82.793	82.793	12.083	14,6	34.283	41,4	48.510
Contribuições Sociais	37.254	37.254	4.604	12,4	12.570	33,7	24.684
Contribuições Econômicas	45.539	45.539	7.479	16,4	21.713	47,7	23.826
Receita Patrimonial	49.043	49.043	4.690	9,6	16.593	33,8	32.450
Receitas Imobiliárias	1.382	1.382	271	19,6	557	40,3	825
Receitas de Valores Mobiliários	10.251	10.251	3.048	29,7	9.112	88,9	1.139
Receitas de Concessões e Permissões	24.977	24.977	1.356	5,4	6.844	27,4	18.133
Outras Receitas Patrimoniais	12.433	12.433	15	0,1	80	0,6	12.353
Receita Industrial	3.900	3.900	-	-	-	-	3.900
Receita da Indústria de Construção	3.900	3.900	-	-	-	-	3.900
Receita de Serviços	29.303	31.417	252	0,8	2.887	9,2	28.530
Receita de Serviços	29.303	31.417	252	0,8	2.887	9,2	28.530
Transferências Correntes	1.190.445	1.192.318	193.508	16,2	444.123	37,2	748.195
Transf. Intergovernamentais	1.144.185	1.144.185	190.139	16,6	433.869	37,9	710.316
Transf. de Instituições Privadas	8	8	3	37,5	169	2.112,5	(161)
Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	2	-	2	-	(2)
Transferências de Convênios	46.252	48.125	3.364	7,0	10.083	21,0	38.042
Outras Receitas Correntes	226.144	226.144	13.978	6,2	43.407	19,2	182.737
Multas e Juros de Mora	76.359	76.359	7.074	9,3	18.066	23,7	58.293
Indenizações e Restituições	-	-	1.015	-	2.414	-	(2.414)
Receita da Dívida Ativa	137.484	137.484	5.285	3,8	18.026	13,1	119.458
Receitas Correntes Diversas	12.301	12.301	604	4,9	4.901	39,8	7.400
Receitas de Capital	66.317	66.367	5.238	7,9	15.337	23,1	51.030
Operações de Crédito	11.628	11.628	-	-	-	-	11.628
Operações de Crédito Internas	11.628	11.628	-	-	-	-	11.628
Alienação de Bens	151	151	-	-	3	-	148
Alienação de Bens Móveis	151	151	-	-	3	2,0	148
Transferências de Capital	54.438	54.488	5.238	9,6	15.334	28,1	39.154
Transf. Intergovernamentais	4.020	4.020	-	-	-	-	4.020
Transferências de Convênios	50.418	50.468	5.238	10,4	15.334	30,4	35.134
Outras Receitas de Capital	100	100	-	-	-	-	100
Receitas de Capital Diversas	100	100	-	-	-	-	100
Deduções da Receita Corrente	(77.883)	(77.883)	(12.625)	16,2	(31.967)	41,0	(45.916)
Subtotal das Receitas (I)	2.142.250	2.146.287	309.728	14,4	844.624	39,4	1.301.663
Déficit (II)	-	-	-	-	-	-	-
Total (III)= (I+II)	2.142.250	2.146.287	309.728	14,4	844.624	39,4	1.301.663

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG

¹ Administração Direta e Indireta da PMS-Sistema de Gestão Fiscal(SGF).

Balço Orçamentário									R\$ 1.000
Orçamentos fiscal e da seguridade social, Salvador: Jan - Jun/2006									
Despesas	Dotação inicial (a)	Créditos adicionais (b)	Dotação atualizada (c)	Despesas					Saldo (c-g)
				Empenhadas		Liquidadas			
				Mai-Jun/ 2006 (d)	Jan-Jun/ 2006 (e)	Mai-Jun/ 2006 (f)	Jan-Jun/ 2006 (g)	% (g/c)	
Despesas Correntes	1.879.810	8.377	1.888.187	257.272	1.068.888	276.189	731.104	38,7	1.157.083
Pessoal e Encargos Sociais	600.567	(2.348)	598.219	69.394	418.492	90.704	270.927	45,3	327.292
Juros e Encargos da Dívida Interna	80.095	-	80.095	10.123	42.116	11.910	33.537	41,9	46.558
Outras Despesas Correntes	1.199.148	10.725	1.209.873	177.755	608.280	173.575	426.640	35,3	783.233
Despesas de Capital	259.921	(2.624)	257.297	21.798	85.973	22.821	63.726	24,8	193.571
Investimentos	180.947	(2.624)	178.323	10.103	31.185	8.793	25.379	14,2	152.944
Inversões Financeiras	4.018	-	4.018	45	1.565	53	1.539	38,3	2.479
Amortização da Dívida	74.956	-	74.956	11.650	53.223	13.975	36.808	49,1	38.148
Reserva de Contingência	2.519	-	2.519	-	-	-	-	-	2.519
Subtotal das Despesas (I)	2.142.250	5.753	2.148.003	279.070	1.154.861	299.010	794.830	37,0	1.353.173
Amortização da Dívida/Refinanciamento (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamento (III) = (I+II)	2.142.250	5.753	2.148.003	279.070	1.154.861	299.010	794.830	37,0	1.353.173
Superávit (IV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total (V) = (III+IV)	2.142.250	5.753	2.148.003	279.070	1.154.861	309.728	844.624	37,0	1.353.173

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG

Nota: Administração Direta e Indireta da PMS-Sistema de Gestão Fiscal (SGF).

Normas para Publicação de Artigos

A revista Conjuntura & Planejamento, editada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), órgão vinculado à Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN), aceita colaborações originais, em português, seja sob a forma de artigos versando sobre a conjuntura e planejamento do ponto de vista da economia, seja sob a de resenhas de livros inéditos que se enquadrem nesses mesmos parâmetros.

Os artigos e resenhas são submetidos à apreciação do Conselho Editorial e os autores são, a seguir, informados sobre a viabilidade ou não da publicação de seus trabalhos.

Padrão para envio de artigos ou resenhas:

- formato A4, espaço 1,5, com margens de 3 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12, máximo de 10 e mínimo de 5 páginas, incluindo notas, referências bibliográficas e referências;
- identificação do autor, com nome completo, titulação acadêmica, nome das instituições a que está vinculado, além de endereço para contato, e-mail e telefone;
- cópia impressa e arquivos magnéticos editados em Word, que devem ser entregues à Coordenação de Análise Conjuntural (CAC), na SEI, ou cópia magnética enviada para o e-mail: cac@sei.ba.gov.br
- tabelas, ilustrações ou gráficos (formato Excel) com legendas numeradas e apresentados no corpo do texto;
- notas de rodapé explicativas ou complementares curtas, numeradas em ordem seqüencial;
- citações, até três linhas, entre aspas, na seqüência do texto; com mais de três linhas, apresentadas em outro parágrafo, com avanço de 1cm e fonte de tamanho 10, sem aspas, preferencialmente identificadas pelo sistema autor-data (NBR. 10.520 da ABNT);
- referências bibliográficas completas e precisas, segundo as normas para Referências Bibliográficas NBR 6.023, da ABNT.

As resenhas devem conter, no máximo, cinco páginas.

O autor terá direito a dois exemplares da publicação em que foi publicado seu artigo.

Os artigos publicados são de responsabilidade dos autores e não refletem a opinião da Instituição.

É permitida a reprodução e/ou citação, desde que citada a fonte.

Todos os números da Conjuntura & Planejamento podem ser visualizados no site da SEI (www.sei.ba.gov.br) no menu "publicações".

